

UNIVERSIDADE VILA VELHA-ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

JAIR GOMES DE FREITAS

**O CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA:
UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DA FORMAÇÃO DOS SOLDADOS DA
POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO EM SUA ATUAÇÃO
PROFISSIONAL**

VILA VELHA/ES

2023

JAIR GOMES DE FREITAS

**O CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA:
UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DA FORMAÇÃO DOS SOLDADOS DA
POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO EM SUA ATUAÇÃO
PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada a
Universidade Vila Velha como pré-
requisito do Programa de Pós-
graduação em Segurança para a
obtenção do grau de Mestre em
Segurança Pública.

VILA VELHA/ES

2023

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

F862c

Freitas, Jair Gomes de.

O curso superior de tecnologia em segurança pública: uma análise dos impactos da formação dos soldados da Polícia Militar do Espírito Santo em sua atuação profissional / Jair Gomes de Freitas – 2023.

107f. : il.

Orientadora: Maria Riziane Costa Prates.

Dissertação (mestrado em Segurança Pública) – Universidade Vila Velha, 2023.

Inclui bibliografias.

1 . Segurança Pública. 2. Relações policiais-comunidade.
I. Prates, Maria Riziane Costa. III. Título.

CDD 306.2

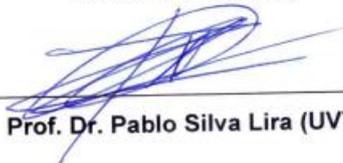
JAIR GOMES DE FREITAS

**O CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA
PÚBLICA: uma análise dos impactos da formação dos soldados da
Polícia Militar do Espírito Santo em sua atuação profissional**

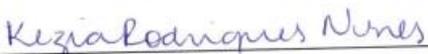
Dissertação apresentada à Universidade
Vila Velha, como pré-requisito do
Programa de Pós-graduação em
Segurança Pública para a obtenção do
grau de Mestre em Segurança Pública.

Aprovada em 01 de dezembro de 2023.

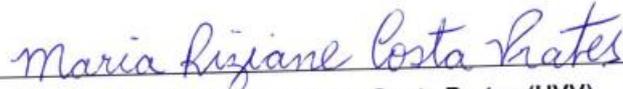
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Pablo Silva Lira (UVV)



Profa. Dr. Kezia Rodrigues Nunes (UFES)



Profa. Dra. Maria Riziiane Costa Prates (UVV)
Orientadora

Dedico:

À minha esposa Eliana e queridos filhos, Jaiane, Karla, Júlia e Jair Filipe, por tudo que representam para mim.

À Sra. Maria e Sr. Orlando, meus pais, por tudo que fizeram por mim.

“A tua mulher será como a videira frutífera aos lados da tua casa; os teus filhos como plantas de oliveira à roda da tua mesa. Eis que assim será abençoado o homem que teme ao Senhor” (Salmos 128:3-4).

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Jesus, que um dia me alcançou com Seu Amor e que direciona e sustenta minha vida e as minhas decisões, como em realizar este mestrado;

À minha orientadora, Professora Dra. Maria Riziane Costa Prates pela sabedoria, paciência, compreensão e dedicação que foram desprendidas durante toda esta trajetória. Muito obrigado, Professora, pela parceria!

Meus agradecimentos aos membros da Banca Avaliadora, Professor Dr. Pablo Lira e Professora Dra. Kézia Rodrigues Nunes, por aceitarem compor a banca e pelas significativas contribuições nesta construção, desde a qualificação da dissertação até a sua defesa.

Aos professores do Mestrado em Segurança Pública da UVV pelo conhecimento e experiências passadas, essenciais para nosso aprendizado e crescimento profissional e acadêmico.

Aos colegas do Mestrado em Segurança Pública da UVV pela amizade, colaboração e disposição de sempre podermos compartilhar as nossas experiências, preocupações e conquistas.

Professor Me. Vitor Nunes Rosa que, desde o início deste projeto, colaborou com sua longa experiência como docente na PMES, pesquisador e amigo.

À Polícia Militar do Espírito Santo, que me acolhe durante maior parte da minha vida, onde estão muito amigos, especialmente, ao Comando, à Diretoria de Educação e à Academia (APM) pelo apoio para que esta pesquisa fosse concretizada.

Aos policiais militares e Comando do 7º Batalhão e 16ª Companhia Independente da Polícia Militar, especialmente aqueles que participaram dos grupos focais e, com voluntariedade e sinceridade, contribuíram para uma conclusão deste trabalho.

À minha família - minha amada esposa Eliana, que sempre está ao meu lado, como companheira e motivadora, com carinho, amor e cuidado imensurável; e queridos filhos, Jaiane, Karla, Júlia e Jair Filipe, que sempre me apoiam e me amam - saibam o quanto foram importantes para me impulsionar em cada vitória.

À grande família Gomes de Freitas, na pessoa de nossos pais, digo que tudo isso é para/por vocês também, como um símbolo de luta, perseverança, resiliência, honestidade, humildade; não pare de buscar os seus sonhos.

RESUMO

FREITAS, Jair Gomes de. M.Sc, Universidade Vila Velha-ES, dezembro de 2023. **O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública: uma análise dos impactos da formação dos soldados da Polícia Militar do Espírito Santo em sua atuação profissional.** Orientadora: Profa. Dra. Maria Riziane Costa Prates.

Trata de uma análise do processo formativo de soldados da Polícia Militar do Espírito Santo do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública – Curso de Formação de Soldados - CFSd realizado na Academia de PMES em 2020 e 2021. O levantamento e análise documental foram feitos em documentos atinentes ao curso, como Matriz Curricular Nacional (2014), Projeto Político-Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública – CFSd (2020), leis e decretos. É uma pesquisa qualitativa, a partir de um estudo exploratório, com uso de grupo focal na intercessão das redes de conversações, realizados com os Soldados egressos do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública - CFSd 2020 e 2021 e que atuam no policiamento ostensivo no Município de Cariacica/ES, utilizando como fundamentação teórica, os apontamentos de autores como Sacristán, Santos, Alves, Carvalho, Ferraço, Silva, Alves e Oliveira, dentre outros, que investigam os currículos e a formação. Objetivou compreender as percepções desses egressos sobre o curso e delinear os impactos dessa formação na atuação dos soldados nas comunidades. Como produto técnico, foi realizado o 1º Seminário de Segurança Pública da Universidade Vila Velha, organizado pelos alunos na disciplina de Produção Técnica do Mestrado em Segurança Pública, com palestrantes que trouxeram o debate sobre a formação e currículos em múltiplos contextos da segurança pública. Conclui-se apontando lacunas encontradas entre a formação e a atuação policial nas comunidades, o que reverbera a necessidade de novos estudos curriculares, na interlocução com as pesquisas universitárias, a formação e a atuação do soldado, que se mostram objeto de reflexões para o ensino policial e a segurança pública. Como elementos positivos encontrados entre a formação e atuação policial citamos a comunitarização e relações interpessoais.

Palavras-chave: Formação. Atuação policial. Relação com a comunidade.

ABSTRACT

FREITAS, Jair Gomes de. M.Sc, Universidade Vila Velha-ES, December 2023.
The Higher Education Course in Technology in Public Security: an analysis of the impacts of training soldiers from the Military Police of Espírito Santo on their professional performance. Advisor: Prof. Dr. Maria Riziane Costa Prates.

It deals with an analysis of the training process of soldiers from the Military Police of Espírito Santo from the Public Security Technology Higher Education Course – Soldier Training Course - CFSd held at the PMES Academy in 2020 and 2021. The survey and documentary analysis were carried out on documents relating to the course, such as the National Curricular Matrix (2014), Political-Pedagogical Project of the Higher Education Course in Public Security Technology – CFSd (2020), laws and decrees. It is a qualitative research, based on an exploratory study, using a focus group at the intersection of conversation networks, carried out with Soldiers who graduated from the Public Security Technology Course - CFSd 2020 and 2021 and who work in overt policing in the Municipality from Cariacica/ES, using as a theoretical basis the notes of authors such as Sacristán, Santos, Alves, Carvalho, Ferrazo, Silva, Alves and Oliveira, among others, who investigate curricula and training. It aimed to understand the perceptions of these graduates about the course and outline the impacts of this training on the soldiers' performance in the communities. As a technical product, the 1st Public Security Seminar at Vila Velha University was held, organized by students in the Technical Production discipline of the Master's in Public Security, with speakers who brought up the debate on training and curricula in multiple public security contexts. It concludes by pointing out gaps found between police training and action in communities, which reflects the need for new curricular studies, in dialogue with university research, soldier training and performance, which prove to be the subject of reflections for teaching. police and public safety. As positive elements found between police training and action, we mention communitarization and interpersonal relationships.

Keywords: Training. Police action. Relationship with the community.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	15
3 OBJETIVOS E METODOLOGIA DE PESQUISA.....	21
3.1 Objetivos e sujeitos da pesquisa.....	21
3.2 Metodologia de pesquisa e procedimentos.....	21
3.3 Os caminhos da pesquisa.....	25
3.4 Produto técnico.....	26
4 A TRANSFORMAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO EM CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA.....	28
4.1 A Matriz Curricular Nacional – 2014 e o Projeto Político Pedagógico do CFSD- 2020.....	34
5 CURRÍCULOS E FORMAÇÃO.....	54
6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: resultados e discussões.....	62
6.1 Apontamentos dos soldados sobre o curso superior de formação de soldados da Polícia Militar do Espírito Santo - PMES e seus impactos em sua atuação.....	62
6.2 6.2 Percepções teórico-práticas sobre o curso e a atuação profissional do soldado no policiamento ostensivo.....	67
6.3 Relação professor-aluno-comunidade na Academia da Polícia Militar.....	75
7 APONTAMENTOS CURRICULARES PARA FORMAÇÃO DO POLICIAL.....	86
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	96
APÊNDICES.....	102
ANEXOS.....	105

1 INTRODUÇÃO

A formação do futuro Soldado da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) é assunto de extrema relevância tanto para a Corporação, por se tratar de agente operacional da estrutura da PM, quanto para a sociedade acadêmica, visto o debate atual sobre a formação e o emprego do policial no contexto do Estado Democrático de Direito, que atenda as demandas sociais da ética, defesa dos direitos humanos e policiamento comunitário, fato que também eleva o interesse da sociedade como um todo.

Assentado nessa importância do assunto, a presente dissertação propõe uma análise do currículo do curso de formação de soldados-2020 (curso superior de tecnólogo em segurança pública) da Polícia Militar do Espírito Santo, que foi aprovado a oferta a partir de 2019 como Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública ministrado pela Academia de Polícia Militar do Espírito Santo, pelo Conselho Estadual de Educação - Resolução CEE-ES nº. 5.327/2019 (ESPÍRITO SANTO, 2019).

Especificamente, é relevante contextualizar essa mudança ocorrida tanto no Curso de Formação de Soldados, quanto na estrutura da Unidade de Ensino da Polícia Militar do Espírito Santo, no ano de 2016, realizada pelo Governador do Estado do Espírito Santo ao transformar o Centro de Formação e Aperfeiçoamento da PMES em Instituição de Ensino Superior por meio do Decreto nº 3.962/16, sendo que no mesmo ano, a Unidade Operacional de Ensino da PMES foi credenciada pelo Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo como Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Pública da Polícia Militar do Espírito Santo (APM/ES) - Resolução CEE-ES nº 4,633/2016.

A partir de então, a Instituição de Ensino Superior – IES oferta o Curso de Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais e o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública - Curso de Formação de Soldados. Em 2020, iniciou-se o primeiro Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública - Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar do Espírito Santo focado na formação técnico-profissional do futuro soldado da corporação, no qual se formaram duas turmas de soldados. Todo o Projeto

Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública - Curso de Formação de Soldados está alinhado aos referenciais teóricos e metodológicos da Matriz Curricular Nacional, que é o documento orientador para a organização das ações formativas na área de segurança pública e que tem no desenvolvimento de competências o centro da sua concepção educacional.

A malha curricular para o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública - Curso de Formação de Soldados, a partir de 2020, traz em sua estrutura, um diferencial de formação do futuro soldado, pela ampliação da carga horária de 984 para 1650 horas/aulas. Trata-se de um tema relevante tanto para a continuidade da formação policial, que visa atender às demandas da sociedade atual, alinhando-se aos direitos humanos, ética e à filosofia da Polícia Interativa-Comunitária, tanto para a valorização profissional dos egressos do curso.

Neste contexto, emergiram algumas questões fundamentais, dentre as quais destacam-se aquelas que nortearão a nossa pesquisa: O novo formato do Curso de Formação de Soldados como Curso Superior, atende às exigências legais e éticas atinentes à função policial no serviço à sociedade?; esse curso, agora em formato de ensino superior, traz impactos na valorização profissional do policial militar?; há uma preocupação da Corporação em aprimorar o processo de formação e alinhá-lo aos parâmetros que a função de soldado exige?

As indagações objetivam responder a seguinte questão norteadora da pesquisa: Quais percepções os egressos do Curso de Formação de Soldados da PMES apontam sobre o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública e quais são os impactos dessa formação na atuação dos soldados nas comunidades? Tal análise pretende responder às seguintes indagações: Em virtude da mudança na formação do soldado da PMES para um Curso Superior em Segurança Pública, seria o currículo atual adequado às atividades desempenhadas pelo egresso do referido curso? Quais impactos da formação para a atuação profissional dos futuros soldados, com relação ao relacionamento com a sociedade?

Vale salientar, que sou Oficial da Polícia Militar (PM), onde servi em unidades operacionais (Comandante de Policiamento, Comandante de Companhia e Comandante de Batalhão), no Centro de Formação (Chefe do Corpo de Alunos e

da Divisão Técnico-pedagógica e Subcomandante), além Gabinete do Comandante Geral e Diretoria de Inteligência. Atualmente estou na reserva remunerada.

Possuo formação acadêmica na área de Administração e aperfeiçoamento, na área da Gestão em Segurança Pública, além de outras formações complementares, como Consultor Interno da PMES, Multiplicador na Formação de Polícia Comunitária, Instrutor do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), Instrutor de Tiro Policial para Preservação da Vida.

Há 12 anos, aproximadamente, faço parte do Corpo Docente da PM, atuando em cursos de formação de soldados, de oficiais e de habilitação e aperfeiçoamento de sargentos, em disciplinas como Policiamento Comunitário, Teoria de Polícia, Gestão de Pessoas e Liderança, e Relações Interpessoais; além de Instrutor de Tiro Policial e, também, de Gestão nos cursos de formação de multiplicadores de Polícia Comunitária.

Atualmente, atuo no Curso de Formação de Soldados (Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública) na Disciplina Relações Interpessoais e no Curso de Habilitação de Sargentos, com a disciplina Gestão de Pessoas. Durante esses anos de gestão policial e docência em diversos cursos na Polícia Militar, vislumbro a importância da convergência dessas duas vertentes (formação e atuação policial), como importante fonte de estudo e reflexões sobre esses processos, tendo em vista, a busca constante em aprimorar tanto o ensino policial, a valorização profissional e a prestação de serviço à sociedade.

A proposta de desenvolvimento do presente trabalho nasceu em razão da minha atuação como professor do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública - Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar do Espírito Santo – 2020 e 2021, na disciplina Relacionamentos Interpessoais, além de outras disciplinas e cursos diversos de formação policial; e também da carreira que tive de 26 anos de efetivo serviço na citada Instituição Policial, onde desenvolvi várias funções de gestão de pessoal e chefia de unidades operacionais da Polícia Militar, que faziam o planejamento e emprego do policiamento nas comunidades capixabas.

Aliado às experiências já ditas, há a atuação na Unidade de Ensino da PMES, denominada Academia da Polícia Militar, nas várias funções de Chefia do Corpo

de Alunos, Chefe da Divisão Pedagógica e Subcomandante da Unidade; local onde foi possível acompanhar a formação de policiais militares que são empregados no policiamento no Estado do Espírito Santo.

Nota-se, assim, a minha experiência tanto no ambiente de formação, quanto no emprego dos egressos dos cursos nas suas missões institucionais, que vislumbro a importância da convergência dessas duas vertentes (formação e atuação policial), como importante fonte de estudo e reflexões sobre esses processos; dado que sempre procura-se aprimorar tanto o ensino policial, a valorização profissional e a prestação de serviço à sociedade.

Espera-se com a realização desse estudo, produzir subsídios para promover a melhoria contínua da formação na corporação, bem como beneficiar a sociedade, que é atendida pelo egresso do Curso de Formação de Soldados da PMES. Fato a ser considerado na pesquisa é que o curso se deu durante a pandemia da COVID-19, mas transcorreu normalmente, com cada pelotão dividido em duas turmas.

Para a fundamentação da pesquisa, foram pesquisados documentos básicos para ações formativas dos soldados, como a Matriz Curricular Nacional (BRASIL, 2014), que traz os parâmetros das ações formativas para os profissionais em segurança pública do País, e o Projeto Político-Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública-Curso de Formação de Soldado (ESPIRITO SANTO, 2020a), que traz toda questão curricular para o referido curso, além de outras legislações para a contextualização histórica da formação na Polícia Militar, especialmente o Curso de Formação de Soldados. Juntamente com a análise documental, para fundamentação da pesquisa, será buscado a base teórica com livros e autores que tratam de currículo e formação.

O Ensino por competência foi abordado, já que é a diretriz para o ensino de profissionais de segurança, que viabilizou a elaboração da Matriz Curricular Nacional, através dos autores Perrenoud (1999) e Zabala e Arnau (2010).

O Projeto Político-Pedagógico, foi utilizado para análise e avaliação do currículo de formação dos soldados da Polícia Militar do Espírito Santo, junto a autores como Veiga e Resende (2002), Veiga e Fonseca (2012), Vasconcellos (2000), bem como a discussão sobre currículo, que se coloca como norteadora dos

saberes e vivências do processo de ensino e aprendizagem na intercessão de Alves (2012), Santiago (2012), Ferraço (2008; 2013), Sacristán (2000) e Silva (2007), dentre outros.

O contexto da formação, coloca-se como elemento do processo pedagógico e político envolvendo todos os movimentos do ensino-aprendizagem, como a didática e o currículo. Para contribuir com tais indagações, entramos em composição com autores como Luiz (2003; 2008), Veiga (2002), Libâneo e Alves (2012), Carvalho (2012), que enfatizam o ensino e a formação.

Sobre a viabilidade da pesquisa, nota-se que há considerável referencial teórico e material curricular a ser analisado, incluindo trabalhos científicos feitos com a temática do processo de ensino e formação policial. Quanto aos sujeitos da pesquisa, os egressos do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública-Curso de Formação de Soldados formados em 2021 e 2022, duas turmas, e que estão atualmente em atividade de policiamento ostensivo, os quais foram contactados a partir da pesquisa de campo usando grupos focais, viabilizados para os soldados que trabalham nas Unidades da Polícia Militar do Espírito Santo localizadas no Município de Cariacica/ES.

Nesse sentido, a escolha do tema é relevante pois conecta formação policial e produção curricular, pela abordagem da análise do Curso de Formação de Soldados e seus impactos na atuação do soldado, alinhada com as demandas que a função exige, em decorrência da sua missão tanto legal, ética e societal.

Esse olhar lançado sobre o Curso de Formação de Soldados também servirá de base para novas concepções curriculares, não só para esse curso, mas também como reflexão para as demais ações formativas para os profissionais da Polícia Militar, a partir de uma análise reflexiva e interativa sobre a atuação dos soldados nas atividades de policiamento, voltada aos anseios da sociedade e do policiamento com mais eficácia.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Usando os descritores: currículo, formação de soldados, polícia militar, foi realizado a busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), onde foram encontrados 16 (dezesesseis) trabalhos, conforme segue abaixo:

Quadro 1: Lista de autores e trabalhos encontrados na busca acadêmica

ANO	AUTOR	TÍTULO	INSTITUIÇÃO	PALAVRAS-CHAVE
2003	LUIZ, Ronilson de Souza	O currículo de formação de soldados da Polícia Militar frente as demandas democráticas	PUC-SP	Curso de Formação de Soldados - Formação do soldado de polícia - Grade curricular - São Paulo (estado) -- Polícia Militar
2013	NASCIMENT O, Iris Oliveira do	Competências de soldado: relações de gênero e formação profissional na Polícia Militar.	Universidade Federal da Paraíba	Educação Relações de gênero Formação de soldados Habitus militar Curriculum
2013	NASCIMENT O, Iris Oliveira do	Competências de soldado: relações de gênero e formação profissional na Polícia Militar.	Universidade Federal da Paraíba	Educação Relações de gênero Formação de soldados Habitus militar Curriculum
2015	OLIVEIRA, Flávia Roberta de Gusmão	Do porrete ao bicho papão: os discursos de direitos humanos nos cursos de formação de soldados da polícia militar de Pernambuco	Universidade Federal de Pernambuco	Direitos humanos; Policiais – treinamento; Policiais militares; Análise do discurso; Currículos – avaliação
2011	JESUS, Andrea Reis de	Colégio Estadual da Polícia Militar da Bahia - primeiros tempos: formando brasileiros e soldados (1957-1972).	Universidade Federal da Bahia	Educação militar – Currículos - Ensino secundário - Militarismo
2018	LOPES, Marcia Rocha Francelino.	Violência urbana, atuação e formação da Polícia Militar do Rio de Janeiro: algumas percepções.	Universidade do Estado do Rio de Janeiro,	Violência urbana UPP -Atuação policial - Formação policial - Rio de Janeiro - Polícia Militar
2017	COUTO, Eduardo Henrique Scanoni do.	Educação em direitos humanos na formação policial militar em Pernambuco: uma análise do curso de formação de soldados/2015	Universidade Federal de Pernambuco	Educação em direitos humanos; Formação policial militar em Pernambuco; Segurança pública como prática social e direitos humanos
2008	LUIZ, Ronilson de	Ensino policial militar.	Pontifícia Universidade	Polícia militar - Educação policial-

	Souza.		Católica-SP	Capacitação profissional de policiais militares - Matriz Curricular Nacional
2007	PAULA, Giovani de.	O ensino de criminologia na formação policial	Universidade Federal de Santa Catarina	Formação Policial; Criminologia Crítica; Sistema Penal; Mediação; Conciliação
2007	BÁSILIO, Márcio Pereira.	O desafio da formação do policial militar do estado do Rio de Janeiro: utopia ou realidade possível?	Fundação Getúlio Vargas - FGV, Rio de Janeiro	Segurança pública - Polícia - Educação policial - Democracia - Direitos humanos
2015	QUEIRÓZ, Jamil Amorim de.	Práticas de abordagens operacionais no contexto das relações étnico-raciais: desafios para a formação do policial militar	Universidade Federal de Mato Grosso	Polícia Militar - Abordagem policial - Preconceito racial - Discriminação - Formação
2009	SILVA, João Batista da.	A violência policial militar e o contexto da formação profissional: um estudo sobre a relação entre violência e educação no espaço da Polícia Militar no Rio Grande do Norte.	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Segurança pública - Formação Policial Militar - Violência policial - PMRN.
2014	SANTOS, Daniel Limeira dos.	Cultura, aprendizagem organizacional e desenvolvimento de competências: a formação de policiais militares para o exercício da profissão em uma sociedade democrática.	Universidade Federal da Paraíba	Cultura - Aprendizagem organizacional - Competências - Estado Democrático de Direito - Polícia Militar - Formação
2014	SANTOS, Daniel Limeira dos.	Cultura, aprendizagem organizacional e desenvolvimento de competências: a formação de policiais militares para o exercício da profissão em uma sociedade democrática.	Universidade Federal da Paraíba	Cultura - Aprendizagem organizacional - Competências - Estado Democrático de Direito - Polícia Militar - Formação
2015	FERREIRA, James Jacio.	A formação do policial militar: os desafios para a promoção dos direitos da população em situação de rua	Universidade Federal de Mato Grosso	Direitos humanos - População em situação de rua - Formação policial militar
2016	HAMADA, Hélio Hiroshi.	Um olhar além dos quadros: o que fazem os professores no ensino profissional de segurança pública	Universidade Federal de Minas Gerais	Professor - Prática docente - Segurança pública - Ensino profissional

Fonte: Autoria própria (2023)

Dos 16 trabalhos encontrados, selecionados no quadro, a partir da leitura de cada um deles, dez deles dialogam com esse trabalho, por tratar da temática de currículo, formação de soldados e polícia militar.

Quadro 2: Lista de autores e trabalhos que dialogam e não dialogam com este trabalho

Dialogam com este trabalho	Não dialogam com este trabalho
LUIZ, Ronilson de Souza, 2003	NASCIMENTO, Iris Oliveira do, 2013
OLIVEIRA, Flávia Roberta de Gusmão, 2015	NASCIMENTO, Iris Oliveira do, 2013
LOPES, Marcia Rocha Francelino, 2018	JESUS, Andrea Reis de, 2011
COUTO, Eduardo Henrique Scanoni do, 2017	PAULA, Giovani de, 2007
LUIZ, Ronilson de Souza, 2008	QUEIRÓZ, Jamil Amorim de, 2015
BASÍLIO, Márcio Pereira, 2007	HAMADA, Hélio Hiroshi, 2016
SILVA, João Batista da, 2009	
SANTOS, Daniel Limeira dos, 2014	
SANTOS, Daniel Limeira dos, 2014	
FERREIRA, James Jacio, 2015	

Fonte: Autoria própria (2023)

Delimitamos o tempo a partir de 10 (dez) anos da produção da pesquisa. Sendo assim, dos trabalhos que dialogam com a pesquisa em questão, temos: Oliveira (2015); Lopes (2018); Couto (2017); Santos (2014) e Ferreira (2015).

Oliveira (2015) aborda a questão da temática de direitos humanos presentes na formação policial nos cursos de formação de soldados da Polícia Militar de Pernambuco, inserida no currículo de formação com o advento da Matriz Curricular Nacional, fazendo uma trajetória histórica desses cursos e o conceito de “habitus policial violador”, que segundo o referido autor, está presente no DNA dessa polícia militar, que remota desde o período colonial, passando pelo período em que o Brasil viveu a ditadura, quando esse “habitus” foi reforçado pelas ações policiais arbitrárias.

Com a redemocratização, o autor cita que os movimentos em favor da defesa dos direitos humanos levaram a reflexões objetivando uma polícia cidadã, com repercussões sobre a formação policial; que apesar de uma forte resistência inicial, atualmente faz parte do discurso rotineiro do policial de rua, embora na sua prática profissional foi constatada um afastamento e uma visão negativa dos

direitos humanos pelos policiais que fazem o policiamento nas comunidades, perpetuando assim “habitus policial violador”.

Lopes (2018) traz uma avaliação dos currículos do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar do Rio de Janeiro visando verificar se a formação policial atende aos requisitos necessários para a atuação policial nas comunidades, especialmente onde há a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). O autor lança um olhar sobre a questão da violência policial presente principalmente nas comunidades carentes, já assoladas pela violência urbana e descaso estatal, o que também é parte de amplo debate social, questionando o verdadeiro papel do poder estatal, nesse caso a polícia militar, que foi ali inserido para uma convivência pacífica e que fosse ao encontro dos anseios dos moradores.

A temática do ensino dos direitos humanos na formação policial e seus reflexos na atuação profissional da polícia militar, também foi trazida por Couto (2017), que realizou seu estudo no Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar de Pernambuco com relação à inserção dessa disciplina nos cursos de formação policial como uma consequência de questionamentos oriundos do Estado Democrático de Direito, a partir da promulgação da Constituição de 1988.

Embora nesse processo haja a preocupação de que tal abordagem disciplinar seja de uma maneira transversal e interdisciplinar, como forma de adequar as demandas sobre a ação policial pautada nos direitos humanos, o autor traz que na prática policial ao término do período de curso, não se observa tal alinhamento entre o que foi ensinado no Curso de Formação e sua ação policial nas ruas, com relação ao policiamento e resolução de conflitos atinentes as suas atribuições profissionais.

Dentro de um questionamento sobre a atuação das policiais militares brasileiras para uma atuação adequada aos requisitos do Estado Democrático de Direito, principalmente dentro do viés militarista e formativo deficitário, Santos (2014) traz uma pesquisa com a advento da Matriz Curricular Nacional, elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), e que seu uso tem sido gradualmente aplicado nas academias e centros de formação policial do Brasil.

O autor traz uma análise do desenvolvimento de competência proposto pela Matriz Curricular, de como tem sido aplicada no Centro de Educação da Polícia

Militar da Paraíba, tanto no curso de formação de oficiais quanto de soldados. Para tal abordagem, utiliza conceitos do processo de aprendizagem organizacional, bem como de cultura organizacional, como um processo de mudança cultura da citada organização militar e dos policiais militares; objetivando, assim, uma formação de profissionais aptos para atuar na nova conjuntura democrática de Estado.

A ação policial e os direitos humanos também são assuntos tratados na dissertação elaborada por Ferreira (2015), que tem foco o estudo sobre a população em situação de rua, seus direitos humanos e sua relação entre os policiais militares; sobre este último sujeito da pesquisa, também abordado a sua formação, com a análise do currículo do Curso de Formação de Soldado da Polícia Militar de Mato Grosso e da atuação dos professores que atuam nesse contexto escolar. Ressalta-se também na dissertação, que a malha curricular foi baseada na Matriz Curricular Nacional que enfatiza o desenvolvimento de competências cognitivas, operativas e atitudinais.

O autor utiliza a metodologia de grupo focal com os sujeitos da pesquisa, junto à análise de conteúdo. Constatou-se que os direitos humanos daqueles que estão na situação de população de rua não são efetivamente assegurados e que há muitas desconfianças em relação aos agentes policiais e vice-versa. Como conclusão desse trabalho de pesquisa, o autor aponta que a melhoria dos serviços prestados pelos policiais militares são fruto de uma melhor formação policial, pautada nos direitos humanos e que também poderia ser alcançada pela capacitação dos seus profissionais docentes que atuam nos cursos de formação de soldados, onde essa temática de direitos humanos e população de rua seria mais reforçada.

Diante das proposituras dos autores citados, Oliveira (2015); Lopes (2018); Couto (2017); Santos (2014) e Ferreira (2015), nota-se que seus trabalhos vieram ao encontro da presente pesquisa quando tratam da formação policial, curso de formação de soldados, analisando seus currículos, a atualização que adveio com a matriz curricular nacional e novas disciplinas voltadas às demandas sociais no desempenho profissional no serviço policial, como os direitos humanos.

Assim, a análise curricular do curso, que foi norteado pela matriz curricular nacional, e seus impactos na atuação policial em atendimento à sociedade se comunicam com os objetivos desta pesquisa, quando trazem reflexões sobre esses movimentos e lançam luz sobre o assunto.

3 OBJETIVOS E METODOLOGIA DE PESQUISA

3.1 Objetivos e sujeitos da pesquisa

Introduzimos o tema da pesquisa O CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA: uma análise dos impactos da formação dos soldados da Polícia Militar do Espírito Santo em sua atuação profissional, trazendo como objetivo final da pesquisa: Analisar o currículo do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar do Espírito Santo, após a sua transformação em Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, a partir dos apontamentos dos soldados egressos do curso de formação de soldados e seus impactos na atuação profissional, na prestação de serviço junto à sociedade.

Para tal empreitada, delineamos os seguintes objetivos específicos: analisar a matriz curricular nacional e o projeto pedagógico estadual para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública da Polícia Militar do Espírito Santo; apresentar as teorias sobre currículo e formação; produzir conversas com os soldados formados no CFSd 2020 e 2021, na Academia da Polícia Militar do Espírito Santo, em grupos focais para problematizar o currículo e a formação do CFSd e identificar os impactos do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública na formação dos policiais militares do Espírito Santo egressos do CFSd 2020 e 2021, na pesquisa sob a ótica do sujeito da pesquisa.

Participaram da pesquisa os soldados egressos do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública (Curso de Formação de Soldados) de 2020 e de 2021 da Academia de Polícia Militar do Espírito Santo, lotados em Cariacica/ES (7º BPM e 16ª Companhia Independente); que atuam no policiamento ostensivo.

3.2 Metodologia de pesquisa e procedimentos

Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. Com relação a estas pesquisas, Gil (2008) afirma que na exploratória nos aproxima dos problemas estudados, de planejamento com maior flexibilidade com instrumentos que permitam isso; já a descritiva, estuda características de um grupo, como ele se comporta e associação entre as variáveis desse grupo, como que é caso da

relação da formação com a prática profissional. Para o autor as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais (GIL, 2008, p. 28).

Quanto aos meios, ou procedimentos técnicos a serem utilizados, trata-se de uma pesquisa bibliográfica – com material já elaborado como livros, artigos e dissertações e teses -, pesquisa documental - que se assemelha à bibliográfica, mas se difere quanto às fontes - e pesquisa de campo, onde vamos estudar um grupo único e as variáveis e a interação entre seus componentes (GIL, 2008).

A pesquisa bibliográfica foi realizada com levantamento e revisão bibliográfica com livros já publicados de autores que são referências, bem como artigos científicos e dissertações e teses, sobre currículo, formação ensino por competência e projeto político-pedagógico, com autores como Sacristán (2000), Silva (2017), Santiago (2012), Ferraço (2008;2013), Libâneo e Alves (2012), Perrenoud (1999), Zabala e Arnau (2010), Luiz (2003; 2009), Veiga e Souza (2018), Muniz (1999), dentre outros. Dentro desse material, há contemplação de trabalhos científicos referentes ao tema em estudo realizado em outras instituições policiais.

A pesquisa documental foi realizada pelo levantamento e análise de dados em documentos atinentes ao curso, como Matriz Curricular Nacional (2014), Projeto Político-Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública – Curso de Formação de Soldado (2020), leis, decretos e Boletins internos da Corporação, a serem acessado pelo site www.pm.es.gov.br e na sede da Diretoria de Educação e Academia da PMES.

A pesquisa de campo foi realizada a partir de grupos focais, tendo como norte saber: Qual é a percepção do soldado sobre o Curso de Formação de Soldados da PMES como Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública e quais são as possíveis contribuições desses sujeitos para uma articulação curricular diferenciada e cheia de apontamentos de quem está em campo e experimenta o trabalho com a segurança pública nas ruas?

Por se tratar de uma pesquisa de caráter qualitativo, sem a pretensão de quantificação, a análise dos dados foi realizada de acordo com os procedimentos de categorização das anotações relativas aos diálogos dos grupos focais com os sujeitos da pesquisa, categorização das respostas emitidas pelos egressos do CFSd 2020 e 2021 nos grupos focais e problematização desses dados à luz da pesquisa bibliográfica e documental realizada, da intercessão teórica apontada nessa pesquisa e com os documentos oficiais referentes ao CFSd que foram analisados.

Foram realizados grupos focais com os soldados formados nos cursos 2020 e 2021, lotados no município de Cariacica (7º BPM e 16ª Cia ind); sendo que os sujeitos participantes foram convidados mediante visita às Unidades da Polícia Militar do Espírito Santo, respeitando-se o desejo manifestado pelo sujeito em participar da pesquisa. Segundo Gatti (2005) esses grupos devem ter uma dimensão favorável a interação entre os participantes, não muito grande nem muito pequeno, “[...] ficando sua dimensão preferencialmente entre 6 e 12 pessoas” (p.22).

Segundo essa autora, o grupo focal tem as vantagens de ser um método que capta mais informações que não são alcançados pelos outros métodos de pesquisas, como o questionário, por exemplo. A interação entre os participantes do grupo, traz uma riqueza maior na abordagem feita sobre o assunto pesquisado, trazendo emoções, subjetividades, reações e percepções culturais não possíveis em outros métodos.

O trabalho com grupos focais permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante nas representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado. A pesquisa com grupos focais, além de ajudar na obtenção de perspectivas diferentes sobre uma mesma questão, permite também a compreensão de ideias partilhadas por pessoas no dia a dia e dos modos pelos quais os indivíduos são influenciados pelos outros (GATTI, 2005, p. 11).

Dentro dos grupos focais, visando à análise curricular pelos sujeitos da pesquisa, vale destacar, primeiramente, que Carvalho (2009) traz o currículo como redes de conversações e ações complexas, onde através dessa conversação são recriadas redes de subjetivação compostas de saberes, fazeres e afetos resultados da interação entre escola e comunidade; e que ativa e criativamente, dá-se lugar a multiplicidade na qual se mistura o individual e social. Destaca-se, assim, a potência desses encontros de conversações, que se traduzem em ações e novas experimentações.

Compreender a potência constituinte de redes de conversações e ações complexas, no âmbito do currículo escolar, remete ao entendimento da escola em seu conjunto e seus atravessamentos, assim como à problematização do tratamento da diferença e da alteridade (CARVALHO, 2009, p.202).

Nesse sentido, a autora aponta a rede de trabalho em educação como grandes redes de conversações e ressalta que se trata de uma “técnica de conversa” que é, antes de qualquer coisa, “a arte da conversa, e a sua finalidade não é homogeneizar os sentidos fazendo desaparecer as divergências, mas procurando emergir a convergência das diversidades” (CARVALHO, 2009, p.205).

Ferraço (2012) destaca a potência das conversações, dada a capacidade do grupo de produzir e trocar conhecimento, por essa prática discursiva com os sujeitos da pesquisa sobre o currículo do curso de formação, no qual foram submetidos, e dada a compreensão do cotidiano escolar, debatendo os movimentos desse currículo a partir dos conhecimentos, linguagens e suas subjetividades.

As conversas e narrativas nos ajudam a entender as aproximações feitas nas teorias e práticas entre cultura e currículo. Assim, nosso mergulho, com todos os sentidos, nos cotidianos das escolas, vai, então, em busca das narrativas produzidas entre as redes de conversações em suas traduções, negociações e usos feitos da proposta curricular oficial (FERRAÇO, 2012, p.13).

Assim, os grupos focais possibilitaram um amplo conhecimento das questões norteadoras da pesquisa com os egressos, já que os sujeitos da pesquisa possuem em comum características tanto na formação e na atuação profissional, além das suas subjetividades e convergências nos diferentes pontos de vista, que

nas conversações sobre o currículo do curso de formação poderão surgir, conforme os autores Gatti (2005), Ferraço (2012) e Carvalho (2009) trazem como técnica de pesquisa.

3.3 Os caminhos da pesquisa

Em um primeiro movimento, foi realizado contato com os soldados lotados em Cariacica (7º BPM e 16ª Cia Ind.) para informar individualmente sobre a pesquisa a ser realizada tendo eles como sujeitos da pesquisa. Em seguida criamos um grupo de WhatsApp, como todos eles, onde foram informados os dias dos encontros para os grupos focais da pesquisa de campo, sendo estes: 27, 28 e 29 de junho de 2023, sempre às 10:00 horas, no Auditório do 7º BPM situado em Tucum – Cariacica/ES. Tal contato serviu para dirimir algumas dúvidas e informar a formação do grupo para divulgação de informações sobre a pesquisa em questão.

Foram realizados contatos com os Comandos do 7º BPM e da 16ª Cia Ind. para solicitação da relação de soldados formados nos cursos CFSd 2020 e 2021, sendo encaminhadas as relações, sendo que o 7º BPM tem 47 soldados, e a 16ª Cia Ind. com 17 Soldados, desse total não foram contatados aqueles de dispensa médica e gestante.

Vale ressaltar que além do caráter voluntário da participação, a exigência era a de que os participantes estivessem de folga; ou seja, não estivessem cumprindo escala de serviço - o Comando da Polícia Militar estipulou esses parâmetros - os que estavam de férias também não compareceram. Então voluntariamente compareceram para o grupo focal 12 soldados, que trabalham em serviço de policiamento junto às comunidades, em regime de escala de serviço.

As datas foram colocadas no grupo criado para informações e então voluntariamente participaram tivemos as seguintes participações: no dia 27 de junho, 5 participantes; no dia 28 de junho, 3 participantes e no dia 29 de junho, 4 soldados participantes.

Nos dias dos grupos focais foram lidos e preenchidos os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e informamos a finalidade da pesquisa. Assim, demos início às conversas de acordo com as questões

disparadoras do grupo focal (Apêndice A), a partir da seguinte questão inicial: Qual é a sua percepção geral sobre o Curso de Formação de Soldados da PMES como Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública e os impactos dessa formação na sua atuação nas comunidades? E assim, a conversa prosseguiu.

As conversas do grupo foram gravadas na sua integralidade, para posterior análise por parte do pesquisador, usando letras para designar cada participante, a fim de garantir o anonimato dos participantes.

3.4 Produto técnico

O 1º Seminário de Segurança Pública da Universidade Vila Velha foi realizado no anfiteatro nos dias 16 e 17 de novembro de 2022 (Apêndice B), como produto técnico organizado pelos alunos da disciplina de Produção Técnica da Pós-Graduação em Segurança Pública. Os alunos apresentaram aspectos importantes das pesquisas que vem sendo desenvolvidas nos mestrados da Universidade. Nesse contexto, produzimos um movimento formativo, a partir do nosso projeto de pesquisa no mestrado em Segurança Pública.

Sobre o tema formação e currículos em múltiplos contextos da segurança pública, as palestras trouxeram um debate a partir dos múltiplos contextos que nortearam a nossa pesquisa sobre a formação policial, com objetivo de analisar o currículo do curso de formação de soldados, a partir de 2020, quando reconhecido como curso superior de tecnologia em segurança pública, com mudanças em sua malha curricular, em seu projeto político-pedagógico e sua carga horária.

Para desenvolvimento do tema, referente à formação e currículos em múltiplos contextos da segurança pública, foram convidados como palestrantes professores de outras instituições de ensino superior e membros da Academia da Polícia Militar, a partir do tema sobre a formação na Polícia Militar do Espírito Santo. Um dos palestrantes da Academia da Polícia Militar, lotado no Estado Maior Geral da Polícia Militar do ES, apresentou o tema sobre os cursos de formação, de habilitação e de qualificação realizados na Polícia Militar, questões teóricas e práticas, e o esforço institucional para atender às demandas da sociedade, dentro dos parâmetros legais, éticos e dos direitos humanos.

Esse movimento formativo, enquanto curso de curta duração, com palestras sobre a formação policial e a matriz curricular do novo curso superior em segurança pública, muito enriqueceu a pesquisa, a partir das indagações dos policiais e estudantes acadêmicos do mestrado em segurança pública, com as exposições e debates. Tais apontamentos desse projeto técnico, foram contemplados na escrita a seguir da dissertação, em dois momentos; sendo o primeiro movimento, sobre as teorias que envolvem formação e currículo; e no segundo, a partir das experiências abordadas pelos policiais nas comunidades, o que contribui para a transformação do currículo do curso de formação de soldados ao longo da história do curso até os dias atuais.

Diante das duas exposições e das discussões levantadas, foi possível concluir que as transformações curriculares ocorridas no curso de formação de soldados da Polícia Militar do Espírito Santo, foram para acompanhar as necessidades de adaptação da Corporação às mudanças que ocorriam na sociedade, sejam elas comportamentais e legais, que levaram a acompanhar tais evoluções, visando a prestação de serviço ao cidadão.

4 A TRANSFORMAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO EM CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

O Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar do Espírito Santo (CFSd) passou por significativas mudanças nas últimas décadas. Nas décadas de 1970 e 1980, o CFSd focava mais a segurança de Estado do que a do cidadão, quando as disciplinas estavam mais voltadas às questões técnicas, táticas e de estratégias militares, conforme pode-se ver na grade curricular do Curso de Formação do Policial Militar (Recruta) PM – ES, ano 1970, com carga horária total de 984 horas (ROSA; OLIVEIRA; ALVES, 2006).

Quadro 3: Grade Curricular CFSd – ano 1970

GRUPOS	RAMOS E DISCIPLINAS	Nº. DO PROGRAMA	C. H.
INSTRUÇÃO MILITAR	<u>INSTRUÇÃO DE ASSUNTOS GERAIS</u>		
	INSTRUÇÃO GERAL	1	40
	AÇÃO EDUCATIVA CONTRA A GUERRA REVOLUCIONÁRIA	2	18
	RELAÇÕES PÚBLICAS	3	20
	<u>INSTRUÇÃO TÉCNICA</u>		
	ORDEM UNIDA	4	72
	ARMAMENTO E TIRO	5	36
	<u>INSTRUÇÃO TÁTICA</u>		
	INFORMAÇÕES	6	18
LOGÍSTICA	7	18	
EMPREGO TÁTICO E MANEABILIDADE	8	36	
GUERRA REVOLUCIONÁRIA, DISTÚRBIOS CIVIS E GUERRILHA URBANA	9	30	
INSTRUÇÃO POLICIAL-MILITAR	INSTRUÇÃO POLICIAL E PATRULHAMENTO	10	60
	EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR	11	72
	EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	12	24
	NOÇÕES DE DIREITO	13	34
	INV. E POLÍCIA DE TRÂNSITO	14	48
	HIGIENE E SOCORROS MÉDICOS DE URGÊNCIA	15	18
	INSTALAÇÕES PREVENTIVAS E COMBATE A INCÊNDIOS	16	18
INSTRUÇÃO FUNDAMENTAL	COROGRAFIA	17	18
CARGA HORÁRIA TOTAL (horas)			580

Fonte: QCG, Maruípe, 10 de setembro de 1970 - Aditamento nº. 13/SE, ao Boletim Diário nº. 147

A formação do Soldado da Polícia Militar do Espírito Santo sustentava-se em preceitos legais que enfatizavam um teor militarista e tecnicista, a partir de leis da segurança e da educação. Esse teor é fixado por leis federais e estaduais como o Decreto-lei Federal Nº. 317/67, Emenda Constitucional Nº. 1/69, Decreto-Lei Federal Nº. 667/69, Decreto-Lei Federal 1.072/69, Decreto-Lei Federal Nº. 898/69 (Lei de Segurança Nacional), Decreto-Lei Nº. 66.862/70, Lei Estadual 3.044/75 (Organização Básica da Polícia Militar do Espírito Santo) e Lei Federal Nº. 6.620/78 (Lei de Segurança Nacional), Decreto-Lei Nº. 2.010/83, Decreto-Lei Nº. 88.777/83, Decreto-Lei Nº. 2.106/84.

Essa legislação preconizava a relação de subordinação das Polícias Militares (forças auxiliares e reservas) ao Exército Brasileiro, constituídas com a função de manutenção da ordem pública e segurança interna nos Estados, nos Territórios e Distrito Federal (ROSA; OLIVEIRA; ALVES, 2006).

Contextualizando historicamente, fazendo uma referência à formação e à legislação educacional da época, pode-se citar a Lei 5692 de 11 de agosto de 1971, que dentre outras providências, fixou as diretrizes e bases para o ensino do 1º e 2º graus.

Sobre essa época, Silva (2017), observando este campo educacional, traz o conceito de pedagogia liberal tecnicista, que estaria ligada ao modelo capitalista de ensino, onde a ênfase era a produção e a formação de indivíduos competentes, que tenham habilidades e competências adquiridas por práticas pedagógicas específicas. Para a autora, esse discurso:

... se coaduna com a lógica do modelo de competências ao ter como base uma educação que privilegia a lógica da instrução e a transmissão da informação. Mais especificamente, o reducionismo tecnicista – em que a formação de professores parte da dimensão acadêmica para a dimensão experimental/instrumental/pragmática e coloca a ênfase nas competências e habilidades dos professores e alunos busca, prioritariamente, o alcance das metas e resultados pré-estabelecidos para assim garantir a eficiência e a produtividade na educação. (2017, p.198)

Para Silva (2017), ainda trazendo essa influência tecnicista para a organização da educação brasileira, que trouxe repercussões consideráveis para a educação, já que esse modelo provocou uma inversão do trabalho pedagógico da escola, que

foi impulsionada pela busca de resultados técnicos da reestruturação do sistema de produção atendendo às tendências fordista, taylorista e toyotista.

Segundo essa autora, esses processos produtivos foram transferidos para o planejamento e os modos de fazer do ambiente escolar, como se os meios justificassem seus fins, em um modelo tecnicista de educação, em que havia a exigência da produtividade do sistema de ensino, por meio da racionalização, típica do mecanicismo, em que os fazeres eram fragmentados, invertendo assim o processo de ensino-aprendizagem:

Em outros termos, ocorre uma mudança qualitativa na organização do trabalho pedagógico da escola, que passa a ter como base um ensino que busca resultado uniforme, com ênfase em métodos e técnicas de ensino e na valorização da utilização de manuais, livros didáticos, módulos de ensino e recursos audiovisuais. Em outros termos, o tecnicismo privilegiou as questões do que fazer educativo, partindo de uma dimensão marcadamente técnica (SILVA, 2017, p.206).

Já na década de 80, com o advento da promulgação da Constituição Federal de 1988, a Polícia Militar do Espírito Santo promoveu alterações significativas no currículo do CFSd sobretudo a partir de 1989, com a inclusão de disciplinas pautadas na concepção de Direitos Humanos e conhecimento jurídico da nova ordem constitucional.

Na década de 1990, a estrutura curricular do CFSd contemplou os princípios preconizados pelo Estado Democrático de Direito. As diretrizes referentes ao ensino policial militar no Espírito Santo constantes nos Planos Gerais de Ensino de 1992 a 1998, e 2000, fundamentam-se na Constituição da República Federativa do Brasil, Decreto-Lei Nº. 667, de 02 de jul. 69, Decreto-Lei Nº. 1.406, de 24 de jul. 75, Decreto-Lei Nº. 2.010, 12 de jan. 83, R-200 – Decreto Nº. 88.777, de 30 de set. 83. Observa-se que ocorreram mudanças do ponto de vista da estrutura curricular, mas ainda deveriam ser observadas as legislações anteriores (ROSA; OLIVEIRA; ALVES, 2006).

As Normas para Planejamento e Condução do Ensino (Triênio 2001 – 2002 – 2003) apresentam adequações significativas quanto à legislação do Ensino, tomando como referência a Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988; a Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB); a Lei 3.196, de 09 de janeiro de 1978 (Estatuto dos Policiais Militares do

Espírito Santo); a Lei 3.044, de 31 de dezembro de 1975 (Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Espírito Santo – LOB) e o Decreto Nº. 254 – R de 11 de agosto de 2000 (Regulamento Disciplinar dos Policiais Militares) (ROSA; OLIVEIRA; ALVES, 2006).

Na década de 2000, a estrutura curricular do CFSD evidencia o “comprometimento da Corporação com a política de Direitos Humanos e a promoção da cidadania, ampliando a concepção da ação do policial militar, tomando como referencial as Bases Curriculares para a Formação do Profissional da Área de Segurança do Cidadão” (ROSA; OLIVEIRA; ALVES, 2006, p. 75). Os autores destacam que:

o Plano Geral de Ensino de 2004 da PMES define como eixo norteador das suas proposições a garantia do cidadão como foco dos serviços a serem prestados pela Polícia Militar do Espírito Santo, enfatizando a dinâmica do aprender continuamente, relacionado ao aprender a aprender. Faz considerações sobre o currículo e suas dimensões, deixando transparecer a absorção crítica em relação ao fazer pedagógico, o qual não pode ser considerado elemento neutro, mas imbuído de intencionalidades axiológicas, portanto políticas (ROSA; OLIVEIRA; ALVES, 2006, p. 75).

O Plano Geral de Ensino de 2004 da PMES define também que o emprego da polícia na sociedade democrática deve ser considerado como parte integrante da política de direitos humanos, bem como a concepção de polícia como serviço público para a proteção e defesa da cidadania (ROSA; OLIVEIRA; ALVES, 2006).

Um fato importante nessa evolução do ensino na referida década, foi a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), pelo decreto 2315/97, que dentre suas atribuições estava a temática da capacitação de profissionais da segurança pública; Secretaria que no ano de 2000, foi responsável pela publicação das “Bases Curriculares Para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança Pública”, constituindo um avanço importante na formação policial militar; que em 2003, foi consolidado com a formulação da Matriz Curricular Nacional para a Formação em Segurança Pública, sendo a última versão da Matriz de 2014. Acerca dessa questão, Alves (2011, p. 38) assevera que:

A formação dos policiais que antes não possuía um direcionamento central por parte do governo federal, passou a ter

uma orientação, inclusive, de um currículo mínimo, que servia de base para a construção dos currículos dos cursos, além do documento apresentar um perfil do profissional de segurança pública.

Alinhado com a Matriz Curricular Nacional, duas situações foram primordiais para a transformação do curso de formação de soldados em educação superior, segundo Projeto Político-Pedagógico do referido curso. A primeira situação foi a inserção em 2010, da “Segurança” como um dos eixos tecnológicos do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), do Ministério da Educação e Cultura, que também abrangeu o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.

A segunda situação, foi em 2016, quando o Governador do Estado do Espírito Santo transformou o Centro de Formação e Aperfeiçoamento da PMES em Instituição de Ensino Superior por meio do Decreto nº 3.962/16. No dia 10/11/2016, a Unidade Operacional de Ensino da PMES foi credenciada pelo Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo como Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Pública da Polícia Militar do Espírito Santo (APM/ES) - Resolução CEE-ES nº 4,633/2016. A partir de então, a IES oferta o Curso de Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais, e o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública - Curso de Formação de Soldados.

Em 2020, iniciou-se o primeiro Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública - Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar do Espírito Santo focado na formação técnico-profissional do futuro soldado da Corporação com uma proposta sustentada na Pedagogia do Desenvolvimento de Competências Profissionais.

A Polícia Militar do Espírito Santo assegura, no Projeto Pedagógico do CFSd 2020, que essa evolução e a normalização da carga horária para o curso de tecnólogo possibilitarão o desenvolvimento, no curso de formação de soldados, de ações que impactarão na qualidade da formação teórica e prática dos profissionais na segurança pública, consonante ao que prevê o Catálogo de Cursos de Tecnologia em Segurança Pública (ESPÍRITO SANTO, 2020a). Vale

ressaltar, que o curso de formação de soldados realizado em 2014 tinha 920 h/a; já os realizados em 2020 e 2021, tinham 1650 h/a.

Diante de toda a transformação que passou o curso de formação em questão, em virtude da sua homologação a um curso superior, aliada à necessidade de entrega de um profissional formado pela Polícia Militar que atenda às demandas sociais e de segurança pública que o cargo requer; percebe-se a necessidade de pesquisa dessa referida transformação curricular para verificação da contemplação de tais demandas, bem como se estão de acordo com o desenvolvimento profissional e pessoal do futuro soldado.

O Curso de Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais, com carga horária de 3.691 horas, também é realizado na Academia de Polícia Militar do Espírito Santo - Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Pública – APM/ES, com duração de realização de 03 (três) anos, em período integral. Em decorrência da aprovação do Curso de Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública, foi solicitada ao CEE/ES a equivalência de estudos da turma de CFO que estava em curso e que se formaria em dezembro de 2016; e após a aprovação dessa solicitação, essa referida turma passou a ser a primeira turma a ter a equivalência de estudos ao Curso de Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública (ESPÍRITO SANTO, 2020b).

Vale destacar, que no documento intitulado Normas para o Planejamento e Conduta do Ensino (NPCE), que regulamenta o planejamento e conduta do ensino na PMES, no seu artigo 14, o ensino profissional aparece como curso de formação inicial, pois preparam os candidatos dos seus respectivos concursos públicos, para a carreira policial militar e socialização na Polícia Militar:

a) Curso de Formação de Oficiais (CFO) – Curso de Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública: tem por objetivo o preparo teórico e prático para as atividades de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, de forma que permita ao futuro Oficial do Quadro de Oficiais Combatentes exercer funções no nível de gerência operacional; b) Curso de Formação de Soldados (CFSd) – Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública: será desenvolvido para qualificar o futuro Soldado para a execução direta das atividades de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.10).

4.1 A Matriz Curricular Nacional – 2014 e o Projeto Político-Pedagógico do CFSD-2020

O marco para o atual modelo de formação policial foi a formulação da Matriz Curricular Nacional para a Formação em Segurança Pública, em 2003, elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp/Ministério da Justiça, que teve a sua versão final em 2014; documento que norteia o planejamento do ensino das ações formativas para os profissionais de segurança pública, como é o caso da Polícia Militar do Espírito Santo.

...a Matriz Curricular Nacional expressa um conjunto de componentes a serem “combinados” na elaboração dos currículos específicos, ao mesmo tempo em que oportuniza o respeito às diversidades regionais, sociais, econômicas, culturais e políticas existentes no país, possibilitando a utilização de referências nacionais que possam traduzir “pontos comuns” que caracterizam a formação em segurança pública (BRASIL, 2014, p.17).

Assim, a Matriz foi elaborada para ser referencial teórico-metodológico apontando uma direção para as ações formativas dos profissionais dos órgãos de área de segurança pública nos diversos Estados brasileiros, mostrando assim que a meta é uma nova forma de olhar a formação dos agentes de segurança pública, sejam seus vários níveis de atuação, principalmente em busca de uma prestação de serviços mais eficaz e pautada pela legalidade e legitimidade.

As ações formativas, que constituem o bojo na Matriz Curricular (BRASIL, 2014), são frutos das escolhas pedagógicas da SENASP em relação à formação dos profissionais de Segurança Pública, que trata essa educação com uma visão crítica com o compromisso de uma formação reflexiva, éticas, técnica e dentro da legalidade.

Nesta mesma linha, há a necessidade de que os currículos sejam abordados dentro da complexidade entre a teoria e a prática, que devem ser problematizadas, na sua indissociabilidade. A relação teórico-prática contribui com as aprendizagens mais próximas aos contextos experimentados pelos policiais nas comunidades, junto aos estudos acadêmicos sobre a profissão, o que auxilia na aplicação de novos conhecimentos em novos e complexos cenários para que os futuros profissionais sejam capazes de aplicá-los em novas situações ligadas ao resultado dessa formação profissional. Formação esta que também

contemple a construção de modelo de segurança cidadã que “abranja políticas sociais e projetos sociais preventivos, protagonizados pela articulação de diferentes forças sociais: administrações públicas, terceiro setor, escolas etc.” (BRASIL, 2014, p.16).

Ainda como escolha pedagógica, está a ideia de construção curricular que pautem em eixos e áreas de aprendizagem, com disciplinas afins que interajam e articulem umas com as outras, trazendo assim, uma prática pedagógica com uma abordagem global e interdisciplinar; que também leve em conta as reflexões e discussões sobre os currículos vividos que, por vezes, ecoam nas práticas, mas não aparece nos currículos mais sistematizados. A relação curricular entre o vivido e o currículo planejado é indissociável.

Diante das escolhas pedagógicas sobreditas, a definição e objetivos da Matriz Curricular tornam-se mais claros, bem a sua dinâmica de ensino, na medida em que externa suas diretrizes pela visão crítica, a articulação teoria e prática, numa abordagem problematizada de ensino-aprendizagem, que tenha foco no cidadão e na comunidade com um todo, um currículo amplo que contemple com uma visão global e interdisciplinar e um olhar sobre a subjetividade desse projeto de aprendizagem.

No sentido de valorizar a capacidade de utilização crítica e criativa dos conhecimentos, e não o simples acúmulo de informações, a Matriz Curricular Nacional fornece diretrizes para recursos pedagógicos:

que possibilitam as instituições de ensino de segurança pública planejarem suas ações formativas (inicial e continuada) para que os profissionais da área de segurança pública possam, de maneira autônoma e responsável, refletir e agir criticamente em situações complexas e rotineiras de trabalho (BRASIL, 2014, p. 18).

Alinhada com a teoria do ensino por competência, a Matriz Curricular Nacional oferece em seu bojo “um referencial teórico que tem em vista a promoção efetiva da consciência coletiva profissional da área de segurança pública” (BRASIL, 2014, p.53), que constituirão nas competências relacionadas às tarefas desenvolvidas pelos policiais civis e militares, não apenas como uma rotinização, mas construção de saberes que envolvem as competências cognitivas, atitudinais e operativas:

Cognitivas, aprendendo a pensar: competências que requerem o desenvolvimento do pensamento por meio da pesquisa e da organização do conhecimento e que habilitam o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, a posicionar-se, a comunicar-se e a estar consciente de suas ações.

Atitudinais, aprender a ser e a conviver: competências que visam estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais - conscientização de si próprio - e da inserção com o grupo e a convivência em diferentes ambientes: familiar, profissional e social.

Operativas, aprender a atuar: competências que preveem a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente. (BRASIL, 2014, p.53).

Os princípios da Matriz Curricular Nacional (BRASIL, 2014) são os preceitos que fundamentam as ações formativas para os profissionais da área de segurança pública, que didaticamente foram divididos em ético, educacional e didático-pedagógico.

O princípio ético dá ênfase às ações formativas com base nos direitos humanos como um tema transversal, que serve como orientação para as ações dos profissionais de segurança pública em um estado democrático de direito; já o princípio educacional, diz respeito, de uma forma geral, da consolidação das ações formativas desses profissionais; e o princípio didático-pedagógico, traz uma orientação às atividades de planejamento, execução e avaliação, que são empregadas nessas ações formativas (BRASIL, 2014).

Conduzidos pelos princípios, os conteúdos são direcionados pelos “eixos articuladores da Matriz Curricular Nacional” (BRASIL, 2014, p. 41), que recebem esse nome pois conduzem para a “reflexão sobre os papéis individuais, sociais, históricos e político do profissional e das instituições de segurança pública”. Tem assim, o foco na formação como um desenvolvimento de um profissional que tenha condições de servir à sociedade dentro do contexto legal, moral e ético, pautando assim suas ações na sociedade em que será inserido.

Sobre os quatros eixos articuladores, temos o primeiro eixo que trata profissional de segurança pública como sujeito e suas interações no contexto da segurança pública, considerando-o no desenvolvimento da sua função em interação com a sociedade onde está inserido. Traz temas como: “Sensibilização, motivação

pessoal, e coletiva e integração de grupo [...] relações humanas; autoconhecimento e valores; mídias e segurança pública” (BRASIL, 2014, p.42).

O segundo eixo que trata sobre sociedade, poder, Estado e espaço público e segurança pública, traz a necessidade de que se considere o desenvolvimento das atividades de segurança pública no contexto da sociedade, trazendo luz sobre a realidade social e suas tensões que ali se dão e que devem ser estudadas nos vários aspectos (historicamente, socialmente, politicamente, antropologicamente e culturalmente). São temas a serem estudados neste eixo, por exemplo: “Elementos de antropologia e de história; sociedade, povo e Estado brasileiro; espaço público, cidadania, democracia e estado de direito [...] história social e econômica do Brasil e dos estados” (BRASIL, 2014, p.43).

No terceiro eixo que trata da ética, cidadania, direitos humanos e segurança pública, tem a função de fomentar o desenvolvimento de conhecimentos, práticas e atitudes que se refiram ética da existência, da prática profissional e da vida social, através da relevância da reflexão entre as diferentes abordagens sobre o pilar da ética, da cidadania e dois direitos humanos, através de temas como: “Valores presentes na sociedade; atuações humanas frente a dilemas éticos; ética, política, cidadania e segurança pública; [...] sustentabilidade social” (BRASIL, 2014, p.43).

Já o último eixo articulador da Matriz Curricular (BRASIL, 2014), trata da diversidade étnico-sociocultural, conflitos e segurança pública, volta-se para o debate voltado à diversidade que caracteriza o espaço social e cultural, para que principalmente o profissional de segurança pública tenha na sua formação os instrumentos para ele conhecer e refletir sobre expressões questões que envolva a diversidade e o conflito como fenômenos inerentes a vida social e bem como, um direito fundamental da cidadania no respeito e valorização das diferenças. São tratados nesse eixo, temas como:

Diversidade como fenômeno social e direito fundamental da cidadania; diversidade étnico-sociocultural; Grupos vulneráveis ou em situação de vulnerabilidade; Valorização das diferenças e a atuação de órgãos de segurança pública; Conflitos gerados pela intolerância e a discriminação; Mediação e negociação de conflitos; Movimentos sociais e a atuação dos profissionais de área de segurança pública; Multiculturalismo. (BRASIL, 2014, p.44)

Outro conceito destacado na Matriz Curricular Nacional são as áreas temáticas, que servem de base para a elaboração dos seus respectivos currículos pelas instituições, pelos setores de ensino competentes para isso. Segundo a Matriz, “cada área temática define o espaço de conteúdos que deverão ser trabalhadas pelas áreas de conhecimento, possibilitando complementações que atendam às expectativas das diversas instituições, carreiras, demandas da sociedade e peculiaridades locais e/ou regionais” (BRASIL, 2014, p. 45). As áreas temáticas propostas pela Matriz Curricular Nacional, são:

- Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública;
- Violência, Crime e Controle Social;
- Conhecimento Jurídico;
- Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos;
- Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador;
- Comunicação, Informação e Tecnologia em Segurança Pública;
- Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva;
- Funções Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública (BRASIL, 2014, p. 45).

A Matriz Curricular Nacional também apresenta conceitos fundamentais a serem considerados no desenvolvimento do ensino profissional na área de segurança pública, considerando que conectam todas os eixos com suas áreas temáticas. São eles: “a contextualização, a interdisciplinaridade e a transversalidade” (BRASIL, 2014, p. 56).

Para definir contextualização, o MEC (2000, p. 79 apud BRASIL, 2014, p. 56) afirma que:

o tratamento contextualizado do conhecimento é o recurso que a escola tem para retirar o aluno da condição de espectador passivo. Se bem trabalhado, permite que, ao longo da transposição didática, o conteúdo do ensino provoque aprendizagens significativas que mobilizem o aluno e estabeleçam entre ele e o objeto do conhecimento uma relação de reciprocidade.

Já a interdisciplinaridade questiona a segmentação dos diferentes campos do conhecimento, e assim possibilita, segundo Cordeiro e Silva (2005, p.18), “uma relação epistemológica entre as disciplinas, ou seja, uma interrelação existente entre os diversos campos do conhecimento frente ao objeto de estudo [...]”.

A transversalidade diz respeito aos eixos temáticos e seus temas, abarcando todas as discussões e movimento pedagógico, envolvendo o processo de ensino-aprendizagem e dando significado a ele. (BRASIL, 2014, p. 57). Desse modo, a transversalidade:

Refere-se a temas sociais que permeiam os conteúdos das diferentes disciplinas, exigindo uma abordagem ampla e diversificada, não se esgotando num único campo de conhecimento. Os temas transversais não devem construir uma única disciplina, mas permear todo o trabalho educativo (BRASIL, 2014, p. 57).

Para que esses três elementos conceituais (contextualização, interdisciplinaridade e transversalidade) tragam dinamismo, reflexão e objetividade ao processo de formação de profissionais de segurança pública, de forma efetiva, a Matriz Curricular Nacional (BRASIL, 2014) preconiza que os currículos devem ser alinhados com práticas pedagógicas e que sejam coerentes com as diretrizes nacionais e a filosofia da instituição, abrangendo as complexidades das ações e capacitação (competências) para a atuação dos profissionais de segurança pública.

Além disso, as práticas educativas devem também primar por uma formação que traga um currículo que articule os eixos articuladores e as áreas temáticas, pelo caminho da interdisciplinaridade; que desenvolva em ordem crescente intelectual e afetivamente os profissionais de segurança para que tenham conhecimentos, habilidades e atitudes de acordo com que é exigido na sua função. Ainda sobre esse investimento, são características da ação formativa:

Utilização de metodologia e técnicas coerentes com um ensino comprometido com a transformação social e profissional; Articulação entre teoria e prática. Ampliação de competências profissionais. Estímulo à curiosidade intelectual e à responsabilidade pelo próprio desenvolvimento pessoal. Avaliação continuada das práticas de ensino e da aprendizagem (BRASIL, 2014, p. 59).

Sendo assim, uma mudança curricular se torna indispensável para atendimento do que preceitua a Matriz Curricular, seguindo movimentos diferentes daqueles que vinham sendo o norte do ensino para profissionais da segurança pública. Segundo Perrenoud (1999, apud BRASIL, 2014, p. 60), a metodologia de ensino tem que ter os seguintes movimentos interdependentes:

- A mobilização para a aprendizagem deve ser guiada pelo interesse, pela busca do conhecimento e pela articulação com a realidade, tendo como referência necessidades e interesses institucionais e pessoais e a análise do conhecimento, ações e atitudes.
- A desconstrução/reconstrução do conhecimento deve se dar pelo desenvolvimento da capacidade para análise, síntese e crítica e recriação, a partir da exploração de diferentes situações vivenciadas na realidade e da reflexão sobre a ação.
- A avaliação da própria ação e da produção (pelo discente) deve acontecer a partir de reflexão sobre as ações e sobre os resultados alcançados, identificando avanços, reproduções e retrocessos.

Como parte final da Matriz Curricular, estão as ementas das disciplinas que formam as Malhas Curriculares para as ações formativas, sendo que as ementas do núcleo comum dessas malhas “têm por objetivo subsidiar a prática pedagógica dos docentes envolvidos diretamente nas ações formativas dos profissionais da área de segurança pública, [...]” (BRASIL, 2014, 78). Essas ementas trazem o nome da disciplina; mapa da competência; carga horária recomendada; descrição da disciplina - contextualização e objetivo geral; conteúdo programático, estratégias de ensino-aprendizagem; avaliação de aprendizagem e referências (BRASIL, 2014, p. 78-80).

Assim, é estabelecida pela Matriz um modelo para a construção dos currículos e programas de atividades nos cursos de formação das atividades, que se terão as seguintes formatações (BRASIL, 2014), que devem ser compostos por um núcleo comum (básico) e uma parte específica:

O núcleo comum, recomendado pelo Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, de acordo com o documento da Matriz Curricular Nacional, é composto por disciplinas que congreguem conteúdos conceituais, procedimentais (habilidades, técnicas, administrativas, interpessoais, políticas e conceituais) e atitudinais, cujo objetivo é a garantia de unidade de pensamento e ação dos profissionais da área de segurança pública, e que devem fomentar a construção dos currículos dos cursos de formação dos profissionais de segurança pública.

As disciplinas que compõem a malha curricular do núcleo comum e suas respectivas cargas horárias devem constar nas malhas curriculares dos currículos das instituições de ensino de segurança pública, observado o foco que se fizer necessário para

atender a atividade formativa a que se destinam (BRASIL, 2014, 67).

Já a parte específica, deverá ser composta por disciplinas que congreguem conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, que estão relacionados diretamente com a especialidade que farão parte do desempenho profissional e com as particularidades de cada região, de acordo com as necessidades e peculiaridades locais, e que venham a complementar os conteúdos do núcleo comum (BRASIL, 2014).

Com tais diretrizes da Matriz Curricular, a Polícia Militar do Espírito Santo, através da Diretoria de Educação, elaborou, em 2020, o projeto político-pedagógico para o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública – Curso de Formação de Soldados (CFSd).

Que embora seja um rumo, um caminho para a formação, dá-se sentido dinâmico, de algo que se move para a conclusão de uma meta acordada por aqueles que participam dessa elaboração, então coletivo e não individual, por isso que não é simplesmente um documento feito de maneira a atender um protocolo, mas algo que é legítimo e sustentado (VEIGA, 2002, p.14).

Daí destaca-se o caráter não só pedagógico desta construção, mas também a questão de ser um projeto político-pedagógico, dada a sua característica democrática e legítima de construção, que envolve as relações de poder da organização escolar a que se destina. Veiga (2002, p.13) afirma que:

O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo as relações horizontais no interior da escola.

Quanto à dimensão política do projeto pedagógico, Santiago (2012, p. 146) vê essa dimensão fortalecida, já que se encaminha para opções curriculares, que traz com comprometimento com a proposta e a sua prática no ambiente escolar:

[...] estamos inevitavelmente comprometidos com aquilo que propomos e colocamos em prática no âmbito da escola-uma vez que os significados imbricados nas práticas pedagógicas produzem normas, valores, visão do mundo e atitudes que definam posições de poder -, e, na dinâmica dessas relações, formam-se as subjetividades.

Destaca-se assim, sobre a importância das relações sociais nas práticas pedagógicas, que permeiam todo o processo de ensino/aprendizagem e, com isso também, a concepção do currículo escolar, que Carvalho (2008, p.96-97) define que ele pode assumir a forma do concebido e do vivido:

No âmbito do currículo concebido, temos o currículo formal. No Brasil, o currículo formal concretiza-se nos parâmetros curriculares nacionais e em documentos que expressam projetos político-pedagógicos ou proposta curriculares em nível regional (planos/propostas estaduais ou municipais) e em nível local (da escola).

No âmbito do currículo vivido é que efetivamente se manifesta, ou não, a concretização do concebido. O currículo praticado envolve as relações entre poder, cultura e escolarização, representando, mesmo que de forma nem sempre explícita, o jogo de interações e/ou relações presentes no cotidiano escolar.

Quando se fala de valores, normas, dentre outros fatores culturais, destaca-se o que diz Krok (2008, p. 61) sobre a construção do currículo, afirmando que nas escolas militares, como parte formação de uma cultura policial no aluno de academias militares, um currículo que atua paralelamente ao explícito e que impacta neste futuro profissional, chamado currículo oculto:

Nas escolas militares o currículo oculto é determinante para a transformação do indivíduo cidadão em um militar. É por meio dele que acontece a socialização e a adaptação do indivíduo às normas e regras sociais.

Sobre a definição do que se trata sobre currículo oculto, Silva (2017) traz como parte das relações sociais no ambiente escolar entre alunos, professores e administração da escola, “constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para a aprendizagem sociais relevantes” (p.78). E que “ensina, ainda, através de rituais, regras, regulamentos e normas” (p.79). Esses elementos são artefatos que estão presentes, principalmente, na formação policial militar, como parte da cultura tanto das instituições de ensino, como também no trabalho policial, após formação.

O Projeto Pedagógico para o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública – Curso de Formação de Soldados PMES versão 2020 (ESPÍRITO SANTO, 2020a), traz significativa inovação em termos de formação policial, em

conformidade com as exigências requeridas tanto legalmente como legitimadas pela atual conjuntura de segurança pública e que atenda aos preceitos requeridos pela sociedade. Consolida-se a teoria de base do Projeto Pedagógico que é a Pedagogia do Desenvolvimento de Competências Profissionais, adotada pela Secretaria de Segurança Pública por meio da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas da Área de Segurança Pública.

Trata-se de um documento essencial para o processo pedagógico, pois constitui um caminho para o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública – Curso de Formação de Soldados PMES, ou seja, “o projeto pedagógico aponta um rumo, uma direção, um sentido explícito para um compromisso estabelecido coletivamente” (VEIGA, 2002, p. 13).

Agora tratando do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública – Curso de Formação de Soldados PMES versão 2020, já na apresentação nota-se que toda a fundamentação teórica citada anteriormente é atendida, já que é a proposta da Polícia Militar do Espírito Santo “para a identidade e as diretrizes do processo de formação encaminhado para formar e produzir subjetivamente soldados com qualidade ética” (ESPÍRITO SANTO, 2020a, p. 5), dentro dos valores da Instituição, que são: Promoção dos Direitos Humanos, Hierarquia e Disciplina, Interação Comunitária e Ética que são valores da corporação.

Trata-se de um guia para orientar as ações formativas durante o processo de construção e constituição do policial militar, do ponto de vista técnico-profissional.

A necessidade de um Projeto Pedagógico de Curso significa lançar o ensino policial a novos horizontes, focados a partir de diagnósticos, planejamento compartilhado com a comunidade escolar e avaliação, a partir da profissionalização e consolidação das ações educativas (ESPÍRITO SANTO, 2020a, p. 5).

Sobre a forma de acesso à Polícia Militar do Espírito Santo, a Lei Complementar 667 de 27 de dezembro de 2017 regulamenta que esse ingresso “dar-se-á pela carreira de Praças ou na carreira de Oficiais, por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, destinado ao provimento dos quadros combatente, músico e da saúde [...]” (ESPÍRITO SANTO 2012, p.4).

Ressaltando que embora o projeto seja para os candidatos que acessarem o CFSd sejam para os quadros de Praça Combatentes e Praça Músico, o objeto de estudo deste projeto será o primeiro (Soldado Combatente), que tem os requisitos de acesso, conforme o Edital PMES nº 01/2018, de 20 de junho de 2018, dos quais se destaca o Curso de Formação, cuja a aprovação é necessário para que o candidato seja efetivado no cargo: “[...] o) ser aprovado com aproveitamento no Curso de Formação de Soldados - etapa do presente concurso; [...]” (ESPÍRITO SANTO, 2020a, p.18-19)

Ser aprovado, mas com qual perfil profissional? Sobre esse perfil de competência profissional do egresso do Curso de Tecnologia em Segurança Pública – Curso de Formação de Soldados, o Projeto Político-Pedagógico traz a seguinte explicação (ESPÍRITO SANTO, 2020a, p.23):

Idealizar o perfil profissiográfico para o egresso do Curso de Tecnologia em Segurança Pública – Curso de Formação de Soldados (CFSd/2020) constitui-se um desafio para a DEIP, tendo em vista o ineditismo desta proposta no histórico da formação do soldado da PMES. O perfil profissional é uma delimitação de características que auxiliam à gestão a formar suas equipes de trabalho e por isso deve estar diretamente alinhado aos seus princípios institucionais, missão e valores.

Sendo assim, como perfil de competência profissional do Soldado da Polícia Militar, egresso do curso de formação de soldado - Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, o Projeto Político-pedagógico (ESPÍRITO SANTO, 2020a, p.23-24) apontou quatro fontes para defini-lo para esse profissional da Segurança Pública:

1.O Plano Estratégico da PMES 2020-2023, que tem como missão “Promover, em parceria com a comunidade capixaba, o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública no Estado do Espírito Santo” (PMES, 2020, p. 33 apud (ESPÍRITO SANTO, 2020a, p.23);

2.O Estatuto da PMES, Lei 3.196/78 – “Art. 36 – os cabos e soldados são, essencialmente, os elementos de execução.”. (ESPÍRITO SANTO, 1978)

3.A classificação Brasileira de Ocupações, que estabelece para os soldados da Polícia Militar:

Realizam policiamento ostensivo preventivo fardado e atendem e solucionam ocorrências. Executam atividades operacionais e

policciamento reservado. Restabelecem ordem pública, controlam distúrbios civis e garantem cumprimento de mandado judicial (BRASIL, 2002, p.37).

4.E a Lei Complementar nº 667 de 28/12/12, estabelece as funções para o Soldado Combatente a serem desempenhada após sua formação (ESPRITO SANTO, 2012):

I - Policiamento ostensivo geral, preventivo e repressivo, em área urbana e rural, nos processos de policiamento motorizado, a pé, ciclístico, aéreo, dentre outros executados pela instituição;

II - Policiamento especializado, em seus diversos tipos, tais como policiamento de trânsito urbano e rodoviário, ambiental, montado, de guarda, de eventos, de choque e de missões especiais, dentre outros tipos de policiamento executados pela instituição;

III - Condução de viaturas policiais;

IV - Atendimento e condução de ocorrências policiais decorrentes das ações e operações de policiamento;

V - Elaboração de boletins de ocorrência;

VI - Cumprimento de planos, normas e ordens emanadas pelo escalão superior da instituição, pautando-se pela disciplina, hierarquia, equilíbrio emocional, honestidade, cooperação e comprometimento;

VII - Suporte de comando dos escalões hierárquicos imediatamente superiores, dentro dos limites de sua competência;

VIII - Observância constante dos valores, da ética e dos deveres policiais militares;

IX - Desempenho de outros tipos de policiamento e atividades inerentes à instituição, observando os demais princípios, normas e encargos aplicáveis na condição de militar estadual, dentro dos limites de competência de sua respectiva graduação.

Então, por meio do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública – Curso de Formação de Soldados PMES versão 2020, a Polícia Militar do Espírito Santo define, com clareza, a trajetória para a formação do seu profissional. Desse modo, sintoniza-se ao que afirma Martins (2002, p. 71): “o caminho escolhido tem a sua marca, a escola assume feição própria, adquire personalidade”. Essa feição e personalidade se traduz em cultura policial militar, típica da Corporação e de seus valores, cujo produto desse processo pedagógico, seja um policial que atenda aos requisitos para prestação de serviços à comunidade capixaba. Tal fato, podemos corroborar com a justificativa do projeto:

O curso de formação inicial para o policial militar é algo muito relevante do ponto de vista pedagógico e social. No campo pedagógico por possibilitar o primeiro contato do civil com conhecimentos e especificidades da cultura Policial Militar. No campo social, por representar a formação basilar do profissional responsável por preservar a ordem pública e promover a garantia dos direitos dos cidadãos (ESPÍRITO SANTO, 2020^a, p. 7).

Quanto se trata do caminho a ser percorrido e o papel dos atores desse processo, faz-se necessário a organização curricular, pois segundo Silva (2007, p. 150) “o currículo é o lugar, espaço, território. O currículo é a relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso”.

Dentro dessa lógica, fica patente o papel de todos envolvidos na formação, como a equipe técnica de ensino e pesquisa da PMES, os professores das disciplinas e o próprio ambiente da Academia da Polícia Militar, local de realização do Curso, que se constitui ambiente de vivências e troca de experiências dos alunos, que formam a cultura interna. Sobre isso, Pimenta (2005, p.535), afirma que:

As organizações escolares produzem uma cultura interna que lhes é própria e que exprime os valores e as crenças que os membros da organização partilham. Não são apenas divulgadoras, mas também produtoras de práticas sociais, de valores, de crenças e de conhecimentos, movidas pelo esforço de procura de novas soluções para os problemas vivenciados.

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, que ora forma os Soldados da Polícia Militar do Espírito Santo, traz no seu Projeto Político-Pedagógico os temas transversais para todo o processo de formação que são: “os direitos humanos, a filosofia da polícia comunitária, a ética e a hierarquia e disciplina”. (ESPÍRITO SANTO, 2020a, p. 34). Temos que estão de acordo com a visão estratégica da Polícia Militar do Espírito Santo.

Já as áreas temáticas, que segundo o Projeto Pedagógico, “são os conjuntos de conteúdos disciplinares divididos por suas especificidades e são imprescindíveis para exercício profissional do Soldado Combatente [...]” (ESPÍRITO SANTO, 2020a, p.36); conteúdos esses que formam a malha curricular do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública. São as áreas temáticas com seus conteúdos disciplinares (disciplinas/palestras) para o Curso de Formação para o Quadro Combatente, que compõe a Malha Curricular:

Quadro 4 - Malha Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública

ÁREAS TEMÁTICAS	Nº	DISCIPLINAS/PALESTRAS	Pré-requisito para:	C/H
ÁREA TEMÁTICA I Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública	01	Estado, Sociedade e Segurança Pública	Todas as demais disciplinas	19h/a
	02	Sistema de Segurança Pública		21h/a
	03	Filosofia da Polícia Comunitária		25h/a
ÁREA TEMÁTICA II Violência, Crime e Controle Social	04	Abordagem Histórica, Social e Psicológica da Violência e da Criminalidade		31h/a
	05	Criminologia		17h/a
ÁREA TEMÁTICA III Conhecimentos Jurídicos	06	Direitos Humanos	Ciclo de Palestras I	31h/a
	07	Introdução ao Estudo do Direito	Disciplinas 8 a 13	31h/a
	08	Direito Constitucional		17h/a
	09	Direito da Infância e Juventude		17h/a
	10	Direito Militar		39h/a
	11	Direito Penal		17h/a
	12	Direito Processual Penal		17h/a
ÁREA TEMÁTICA IV Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	13	Legislação Policial Militar		31h/a
	14	Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos		17h/a
ÁREA TEMÁTICA V Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	15	Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres		31h/a
	16	Relações Interpessoais		21h/a
	17	Saúde Mental do Trabalhador Policial Militar		17h/a
	18	Treinamento Físico Militar		120h/a
	19	Acompanhamento Psicopedagógico		10h/a
ÁREA TEMÁTICA VI Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública	20	A Disposição do Chefe/Auxiliar de Curso		10h/a
	21	Língua e Comunicação	Disciplinas 23 e 44	21h/a
	22	Documentação Técnica	Disciplina 44	17h/a
	23	Tecnologias da Informação e da Comunicação Aplicadas à Segurança Pública	Disciplina 44	31h/a
	24	Inteligência de Segurança Pública		17h/a
ÁREA TEMÁTICA VII Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva	25	Introdução à Análise Criminal		17h/a
	26	Comunicação e Imagem Institucional		21h/a
	27	Palestra: Ambientação na Intranet da PMES e as tecnologias das Bases Móveis Comunitárias		04h/a
ÁREA TEMÁTICA VII Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva	28	Ética e Cidadania		17h/a
	29	História, Identidade e Cultura da Organização Policial		21h/a
	30	Ordem Unida e Regulamento de Continências		61h/a
	31	Conduta Profissional		---
	32	Policiamento Ostensivo Geral I – Fundamentos	Disciplina 44	21h/a

ÁREA TEMÁTICA VIII Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	33	Policiamento Ostensivo Geral II - Técnica Policial		97h/a
	34	Primeiros Socorros		21h/a
	35	Condutor de Veículo de Emergência		51h/a
	36	Preservação e Valorização da Prova		17h/a
	37	Uso Diferenciado da Força	Disciplina 39	21h/a
	38	Defesa Pessoal Policial e Uso de Algemas		57h/a
	39	Armamento, Equipamento e Munição Policial	Disciplina 40	31h/a
	40	Uso da Força e Armas de Fogo I	Disciplina 41	51h/a
	41	Uso da Força e Armas de Fogo II (Tiro Defensivo na Preservação da Vida – Cat. Usuário)		30h/a
	42	Policiamento Ostensivo de Trânsito		17h/a
	43	Procedimentos Policiais em Crimes Ambientais		17h/a
	44	Confecção de Ocorrência Policial com Recursos Tecnológicos		21 h/a
	45	Prática Profissional em Serviço/ Estágio Supervisionado		360h*
	DISCIPLINA ESPECÍFICA PARA A QPMP-C			
	46a	Operações de Policiamento Ostensivo		31h/a
	DISCIPLINA ESPECÍFICA PARA A QPMP-M			
46b	Percepção Musical		31h/a	
AREA TEMÁTICA IX Direitos Humanos de 3ª Geração	47	Ciclo de Palestras - Questões Sociais Atuais e Direitos Humanos		08h/a
		Palestra - O uso consciente dos materiais da Fazenda Pública		02h/a
AREA TEMÁTICA X Produção Científica em Segurança Pública	48	Metodologia Científica e Trabalho de Conclusão de Curso		31h/a
Carga Horária Total				1.650h/a
Disciplinas do Núcleo Comum – propostas pela MCN 2014				
Disciplinas inseridas pela PMES				
(*) Carga horária definida pelo art. 2º, § único da Lei Complementar nº 911/2019.				

Fonte: Espírito Santo (2020a, p.38-39)

Cada disciplina tem as suas respectivas ementas, que servirão de base para que os respectivos professores a desenvolverem seus programas de ensino e aprendizagem por competências (PEAC), que segundo as Normas Para o Planejamento e Conduta do Ensino – NPCE da Polícia Militar, são assim definidos:

Os Programas de Ensino-Aprendizagem por Competências (PEAC) devem ser elaborados pelos professores com foco no desenvolvimento de cada unidade de acordo com o Projeto Político Pedagógico e especificando os respectivos objetivos,

métodos e procedimentos de ensino, recursos auxiliares, formas de avaliação e bibliografia dentro das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.12).

Cabe aqui também trazer uma explanação sobre a avaliação do Curso de Formação de Soldados pela PMES, que é realizada conforme prescreve o documento que regula o ensino da PMES, Normas para Planejamento e Conduta do Ensino (NPCE), que tem a sua última versão em 2020, que no seu artigo 36, o seguinte texto sobre a avaliação:

Art. 36. A avaliação do rendimento do ensino, considerada em termos qualitativos e quantitativos, verifica o desempenho do aluno, dos professores e da unidade de ensino e tem por objetivo propiciar:

I – O diagnóstico para identificação das potencialidades e dificuldades dos docentes e discentes e da Instituição para a formulação dos planos de ensino em seus diversos níveis;

II – Dados para o acompanhamento formativo do processo ensinoaprendizagem;

III – informações para análise do processo de ensino-aprendizagem, da adequação do planejamento e das condições institucionais;

IV – A melhoria constante da qualidade do ensino e do processo ensinoaprendizado, em conformidade com os parâmetros estabelecidos no Programa de Autoavaliação Institucional (PAI) em vigor.

Conforme NPCE (POLÍCIA MILITAR, 2021), há o monitoramento docente que é realizado através de uma avaliação por parte dos alunos, envolvendo observações sobre os professores e a disciplina aplicada por eles, bem como uma análise do docente em relação aos seus alunos, desenvolvimento da disciplina ministrada e do próprio curso – “Avaliação sob a ótica do professor” – em que são abordados os aspectos relevantes sobre as aulas ministradas e o referido curso.

Tais avaliações são gerenciadas pelo setor pedagógico da Academia da Polícia Militar e depois faz parte do relatório final do curso, que é encaminhado à Diretoria de Educação da Polícia Militar, como uma avaliação do curso realizado, que serve de feedback do processo de ensino-aprendizagem realizado durante o curso de formação. Vale ressaltar que os demais cursos realizados na APM, seja de formação ou de habilitação, também seguem esse processo.

Outro documento que versa sobre a avaliação da formação policial na Polícia Militar do ES é o Plano de Desenvolvimento Institucional da Academia de Polícia Militar do Espírito Santo - Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Pública (PDI), que tem vigência para os anos de 2021 a 2025 e que veio agregar a gestão do ensino policial da corporação, apontando sobre a avaliação de aprendizagem, tanto em termos qualitativos e quanto quantitativos, e que leva em conta a verificação do desempenho do aluno, dos professores e da escola e, de acordo com as normas de ensino vigentes. Sendo assim, tem por objetivo propiciar:

I – O diagnóstico para identificação das potencialidades e dificuldades docentes e discentes e da instituição, para a formulação dos planos de ensino em seus diversos níveis;

II – Dados para o acompanhamento formativo do processo ensino-aprendizagem; APM/ES – Academia de Polícia Militar do Espírito Santo - Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Pública 103

III – Informações para análise do processo ensino-aprendizagem, da adequação do planejamento e das condições institucionais. (ESPÍRITO SANTO, 2021, p. 102-103).

Sendo assim, da análise da Matriz Curricular Nacional (2014), documento elaborado após um amplo debate e pesquisa sobre a formação dos profissionais de segurança pública, acompanhando a preocupação na aplicação da lei e no relacionamento com as forças policiais e a sociedade, é notória a sua importância estratégica no ensino das instituições de segurança pública, dada a evolução em conhecimentos e práticas que vão ao encontro dos anseios do Estado democrático de direito, da ética e dos direitos humanos. Tal importância pode-se destacar 81% das fontes usadas para elaboração dos currículos dos cursos de formação seguiu a Matriz Curricular, segundo dados do Mapeamento de Modelos de Ensino Policial e de Segurança Pública no Brasil (2013).

Nessa mesma linha, o Projeto Político-pedagógico do Curso CFSd (2020), que nasce alicerçado pela Matriz Curricular Nacional, externa a preocupação com as ações formativas dos novos integrantes da Polícia Militar do Espírito Santo, cujos profissionais que deverão ter o perfil desejado para desenvolver suas missões diuturnas de policiamento e interação com a sociedade. Notória é a evolução que tais documentos trouxe a formação do soldado da Polícia Militar do Espírito Santo

e das instituições que seguem a Matriz Curricular no Brasil, já que o curso em questão é o primeiro para o qual foi elaborado o PPP e traz o incremento de aumento de carga horária e disciplinas, que se ajustam ao modelo de formação pretendido.

Fazendo uma comparação com o último curso de formação de soldados, realizado em 2014, nota-se que o presente curso teve sua carga horária ampliada, como requisito para um curso superior tecnológico em segurança pública, de 920 para 1650 horas; e com incrementos de novas disciplinas ao se comparar a malha curricular de 2020 com a grade curricular do CFSd 2014, como: Estado, Sociedade e Segurança Pública; Criminologia; Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos; Relações interpessoais; Saúde Mental do Trabalhador Policial Militar; Língua e Comunicação; Documentação Técnica; Inteligência de Segurança Pública; Introdução à Análise Criminal; Confecção de Ocorrência com Recursos Tecnológicos; Ciclo de Palestras: Questões sociais e Direitos Humanos; O uso consciente dos Materiais da Fazenda Pública; Metodologia Científica e Trabalho de Conclusão de Curso.

Fato é que a formação traz consigo outras questões das que já estão previstas nos referidos documentos oficiais relacionados ao ensino nas academias policiais militares. O Projeto Pedagógico em questão, traz na sua seção “O contexto e o ambiente escolar” (ESPÍRITO SANTO, 2020a, p.37), a importância desse para a formação e efetivação do currículo proposto, destacando-se a cultura escolar; uma cultura interna, que também é produzida pelas organizações escolares:

As organizações escolares produzem uma cultura interna que lhes é própria e que exprime os valores e as crenças que os membros da organização partilham. Não são apenas divulgadoras, mas também produtoras de práticas sociais, de valores, de crenças e de conhecimentos, movidas pelo esforço de procura de novas soluções para os problemas vivenciados (PIMENTA, 2005, p. 535).

Ferraço (2013, p. 98) corrobora sobre essa afirmação, ao dizer que essas práticas sociais, típicas de uma cultura interna desses cotidianos, devem ser levadas em conta quando se trata de currículo, precisando serem enxergados além que está escrito, formalizado, valorizando esta ligação:

Assim, a articulação entre os saberes curriculares cotidianos e as culturas vividas pelos sujeitos praticantes desses cotidianos impulsiona-nos a pensar sobre currículo para além dos textos oficiais, envolvendo-o nos domínios das redes de poderes, saberes e fazeres do cotidiano escolar, tecidas em meio a todo um campo de significação cultural.

Assim como Ferrazo (2013), Oliveira (2003) também nos ajuda nessa argumentação, quando nos faz entender que o cotidiano escolar é um local privilegiado de produção curricular, de movimento e de prática social, cultura e de poder, muito além do que está previsto nas propostas oficiais, mostrando, assim, que na formação, embora haja todo arcabouço de normas, objetivos e caminhos a serem seguidos, há outros cenários a serem observados, quanto ao desenvolvimento desse processo, não como uma maneira linear e estático, mas em rede e suas tessituras.

Portanto, o entendimento ampliado a respeito das múltiplas e complexas realidades das escolas reais, com seus alunos, alunas, professores e professoras e problemas reais, exige que enfrentemos o desafio de mergulhar nestes cotidianos, buscando neles mais do que as marcas das normas estabelecidas no e percebidas do alto, que definem o formato das prescrições curriculares. É preciso buscar outras marcas, da vida cotidiana, das opções tecidas nos acasos e situações que compõem a história de vida dos sujeitos pedagógicos que, em processos reais de interação, dão vida e corpo às propostas curriculares (OLIVEIRA, 2003, p. 69).

Neste diapasão e tratando sobre a construção de currículos com base na Matriz Curricular Nacional, levando em conta os eixos articuladores e áreas temáticas que norteiam a formação policial, Luiz (2008, p.49), traz a consideração sobre currículo:

O termo “currículo” não significa simplesmente o conjunto das disciplinas de um curso, ou o conjunto de conteúdos programáticos. Conforme orientação do documento ministerial vigente sobre os parâmetros curriculares nacionais, currículo significa a expressão de princípios e metas do projeto educativo, que deve ser flexível, promover debates e reelaboração em sala de aula, a partir da interação entre os sujeitos do processo educativo.

Então, corroborando, Pimenta (2005), Oliveira (2003), Ferraço (2013) e Luiz (2008), o currículo é um movimento constante que envolve repertórios, saberes, subjetividades, construções ao longo do curso formativo, que devem ser levados em conta na formação, não se detendo apenas no que está formalizado, mas também aquilo que é inerente aos sujeitos desse processo.

5 CURRÍCULOS E FORMAÇÃO

As referências, aqui tratadas, referem-se ao contexto escolar, relacionadas ao currículo e formação, porém faremos uso dessa problematização, trazendo para o contexto da formação policial, já que se trata de um ambiente de ensino/aprendizagem e que envolve movimentos entre os atores desse contexto, como gestores do ensino, professores, alunos e a sociedade como um todo. Para isso, destaca-se alguns autores que abordam tal temática.

Sacristán (2000) traz uma abordagem sobre currículo não somente como uma formalidade ou um documento a ser seguido, um conceito, mas destaca a sua prática, como um movimento que ocorre no contexto escolar, como uma construção cultural, onde se organiza e se efetiva as práticas educativas.

Para esse autor, enfatizando esse aspecto prático do currículo, que permeia todos os nuances do processo de ensino e aprendizagem, ele está presente em vários comportamentos, no diálogo estabelecido entre os alunos, professores e gestores e comunidade, num processo social e cultural. Daí a importância dessa abordagem curricular, destacada na seguinte fala:

Desenvolver esta acepção do currículo como âmbito prático tem o atrativo de poder ordenar em torno deste discurso as funções que cumpre e o modo como as realiza, estudando-o processualmente (SACRISTÁN, 2000, p. 16).

Corroborando com essa visão de construção social do currículo, de construção de valores e pressupostos culturais, que avança além de um conceito tradicional formal e impositivo, Silva (2017, p.53), afirma que:

O currículo não está simplesmente envolvido com a transmissão de “fatos” e conhecimentos “objetivos”. O currículo é um local onde, ativamente, se produzem e se criam significativos sociais. Esses significados, entretanto, não são simplesmente significados que se situam no nível da consciência pessoal ou individual. Eles estão estreitamente ligados às relações sociais de poder e desigualdade. Trata-se de significados em disputa, de significados que são impostos, mas também contestados.

Assim, pensar os currículos na formação policial requer compreender as relações de poder, de saber e culturais que perpassam esse espaço. A formação policial aponta uma certa construção social e curricular. Dentro dessa abordagem social, Sacristán (2000) também destaca o papel do currículo nos estudos pedagógicos, principalmente quando se fala de educação e qualidade de ensino, como um

instrumento que deve ser retomado e ressaltado sobretudo a sua relevância para a cultura da escola. Para ele, agindo dessa forma, cumpre a função de:

[...] recuperar a consciência do valor cultural da escola como instituição facilitadora de cultura, que reclama inexoravelmente o descobrir os mecanismos através dos quais cumpre tal função, e analisar o seu conteúdo e seu sentido. O conteúdo é condição lógica do ensino, e o currículo é, antes de mais nada, a seleção cultural estruturada sob chaves psicopedagógicas dessa cultura que se oferece como projeto para a instituição escolar (SACRISTÁN, 2000, p. 19).

Sobre a construção do currículo, Silva (2017) traz uma abordagem sobre as teorias curriculares, em que critica o currículo como “um objeto que precederia a teoria, a qual só entraria em cena para descobri-lo, descrevê-lo, explicá-lo” (SILVA, 2017, p.11).

Ferraço (2008, p.18) traz uma perspectiva sobre o estudo curricular como foco nas redes coletivas de teoria e prática, realçando os cotidianos praticados pelos alunos como sujeitos do projeto de ensino-aprendizagem. Para ele o repertório que os alunos trazem para o ambiente escolar é essencial para a análise e construção curricular:

Se pensarmos cada sujeito como inserido em diferentes contextos da vida, não há como desconsiderar que suas possibilidades de conhecimento estão relacionadas às relações entre esses contextos. A história de vida de cada aluno ou aluna não é uma história apenas pessoal, descolada dos contextos sociais, econômicos políticos e culturais que existem. Há, então, diferentes possibilidades de conhecimentos para os alunos que precisam ser consideradas e ampliadas quando nos dedicamos a pensar ou realizar o currículo nas escolas (FERRAÇO, 2008, p. 19-20).

Indo ao encontro da análise curricular, Sacristán (2000) destaca que a importância dessa ação é essencial para entender a missão da instituição escolar em cumprir sua missão seja cultural e de socialização levando em conta o conteúdo curricular, as formas pelas quais são deliberadas sua aplicabilidade e as práticas geradas e que as envolvem. Sendo assim, dada essa missão cultural e social:

O currículo, em seu conteúdo e nas formas através das quais se nos apresenta e se apresenta aos professores e aos alunos, é uma opção historicamente configurada, que sedimentou dentro de uma determinada trama cultural, política, social e escolar; está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar (SACRISTÁN, 2000, p.17).

Esse mesmo autor, traz uma abordagem sobre o significado de fases da objetivação do que significa currículo – o currículo prescrito, o currículo apresentado aos professores, o currículo moldado pelo professor, o currículo em ação, o currículo realizado e o currículo avaliado -, que trazem repercussões na prática pedagógica e têm suas especificidades; fases que também são observadas na formação policial, desde as diretrizes nacionais, especialmente contidas na Matriz Nacional, como também do órgão diretor da Polícia Militar, denominada Diretoria de Educação, até seus desdobramentos no órgão formativo – Academia da Polícia Militar do Espírito Santo – onde se desenvolvem a coordenação e efetivação dos cursos de formação da Instituição.

Sobre o currículo prescrito, Sacristán (2000, p.104) diz que “são aspectos que atuam como referência na ordenação do sistema curricular, servem de ponto de partida para a elaboração de materiais, controle de sistema etc...”. Para ele tais aspectos são as normas regulamentadoras que todo contexto educativo tem, que em função serem diretrizes e conteúdos orientados para fazerem parte de uma escolaridade, como obrigatória para aquele momento social e político. Nesse sentido, trazemos a Matriz Nacional como a diretriz da formação policial brasileira, onde estão todos os requisitos para que se pautem as ações formativas de profissionais da segurança pública.

Com relação ao currículo apresentado aos professores, que Sacristán (2000) diz que é a interpretação dos conteúdos presentes no currículo prescrito, pelas diversas instâncias até chegar aos professores e que nem sempre está no sentido literal, mas que sobre essas interpretações levam orientações genéricas sobre a atividade docente no processo educativo nas salas de aulas. Com relação a formação policial na Polícia Militar do Espírito Santo, o órgão responsável em traçar as diretrizes para o ensino é a Diretoria de Educação, que com base na Matriz Curricular e a demandas locais, traçam as normas para a formação de seus integrantes, como uma interpretação das diretrizes nacionais vigentes, como por exemplo o Projeto Político Pedagógico.

Para Sacristán (2000, p. 105) o professor “é um agente ativo muito decisivo na concretização dos conteúdos e significado dos currículos”. Para esse autor, isso ocorre pelo filtro que existe dada a formação profissional, cultural de cada docente

que o leva a formatar a proposta curricular que lhe é feita. No caso da formação na Polícia Militar, essa moldagem se dá pelos professores designados para atuarem nas diversas disciplinas dos cursos de formação, que com suas formações acadêmicas, cultural e profissional, são orientados a realizar seu planejamento de como se dará o desdobramento da sua disciplina. Essa materialização acontece nos planos de aulas elaborados para cada disciplina, visando atender às orientações da Instituição, pelo seu órgão responsável pela formação dos seus profissionais.

Para Sacristán (2000), o currículo em ação é a prática efetivada em sala de aula, que após o currículo ser moldado pelo professor, passa a ser desenvolvido pelo direcionamento dado por este para a sua ação pedagógica, tanto teórica como sua prática docente, que vão muito além do que é proposto pelo currículo dada as interações, os movimentos que ocorrem na sala de aula. Tal ação traz consigo o repertório anterior de vivência do professor, suas experiências acadêmicas, profissionais e pessoais, sua forma da “dar a aula”, que se somam às experiências vividas pelos alunos. Professores que pertencem à organização policial e outros que não fazem parte dela, criando uma possibilidade imensa de interações e trocas entre professores e alunos. Um dos focos da pesquisa, através do grupo focal, é também analisar esse processo.

Quando se trata de currículo realizado, Sacristán (2000, p.106) o traz “como consequência da prática se produzem efeitos dos mais diversos tipos: cognitivos, afetivo, social, moral etc.”; que são resultados das ações em sala de aula não apenas perceptíveis num primeiro momento, mas que trazem efeitos em longo prazo de quem participou desse processo, sendo alguns desses resultados difíceis de detectar já que são complexos e indefinidos. São as aprendizagens que impactam a vida do aluno, mas servem de experiência para os professores, em vários setores da sua vida, como profissional, social, cultural, familiar etc. Para a formação policial isso se dará na sua vida futura, após esse processo, mas principalmente na sua atividade profissional, nas suas atitudes, habilidades, no ser policial, na forma de relacionar com a sociedade, ser ou não ser bem-sucedido nas suas ações. Isso também será foco do grupo focal, onde será analisado os impactos da formação.

O currículo avaliado, segundo Sacristán (2000) é impactado pelas pressões externas como a obtenção de validações, títulos, ou por aspectos culturais e ideológicos, que podem levar, além da sua coerência, a desvios dos objetivos para os quais os currículos foram elaborados e aplicados em sala de aula pelos professores. Para o autor, esse currículo avaliado acaba impactando o processo ensino/aprendizagem desenvolvido na interação entre o aluno e professor. Para a formação policial, no caso da PMES, além do próprio rendimento escolar dos alunos do curso de formação, estão os mecanismos de avaliação do currículo estão nas ferramentas usadas pela administração escolar tanto na visão do aluno, como na visão do professor, além da questão externa de outros órgãos da área da Educação.

Sobre esse processo, que vai desde a concepção e avaliação curricular, passando pela prática, Alves e Oliveira (2012) enfatizam o lugar da teoria e da prática como movimentos indissociáveis na vida cotidiana da rede educativa e que se interpenetram, trazendo resultados diversos do que foi previsto, já que envolvem poderes, saberes e fazeres que se articulam e impactam esse processo. Para as autoras:

[...] nenhuma concepção teórica ou perspectiva prática quanto aos processos de *aprendizagem ensino* vai acontecer na realidade do modo como foi pensada/proposta/planejada. Isso porque os processos reais de *ensino aprendizagem* são habitados por saberes/poderes/quereres de seus *teóricopraticantes* (Alves; Oliveira, 2012, p.71).

Neste mesmo contexto, Carvalho (2009) compreende currículo não só como o que está escrito, planejado, formalizado, ou seja, concretizado nas diretrizes, planos e material didático, mas também tudo o que ocorre na prática e ambiente escolar, seja aquilo que se sente, vive e é praticado nesses ambientes; com isso, o currículo pode assumir quando a sua realização, a forma de currículo concebido, composto por todos os documentos nacionais, regionais e da escola - e o currículo vivido/praticado; este último é assim destacado:

No âmbito do currículo vivido é que, efetivamente, se manifesta, em maior ou menor grau, a concretização do concebido. Assim, o currículo, o praticado, como os demais, envolve as relações entre poder, cultura e escolarização, representando, mesmo que de forma nem sempre explícita, o jogo de interações e/ou as relações presentes no cotidiano escolar e para além dele (CARVALHO, 2009, p. 180).

Nesse jogo das relações, a formação pode conectar tais teorias curriculares. Poncioni (2005) traz a formação na organização policial como uma primeira etapa da socialização do futuro policial, já que seu emprego futuro será na própria instituição. Advoga que a formação introduz neste aluno aptidões teóricas e técnicas que lhe servirão no empenho profissional futuro, sem esquecer da cultura – crenças, valores, pressupostos – inerentes a essas organizações e alinhados com suas diretrizes de ensino e metodologias curriculares. Para essa autora:

os programas de ensino e treinamento profissional dos policiais nas academias de polícia exemplificam uma das estratégias fundamentais de transmissão de idéias, conhecimentos e práticas de uma dada visão do papel, da missão, do mandato e da ação deste campo profissional, que necessariamente envolve a transmissão de valores, crenças e pressupostos sobre este campo específico e que é revelada, particularmente, nas diretrizes teóricas e metodológicas dos currículos dos cursos oferecidos para a socialização do novo membro, em um contexto sócio-histórico determinado (PONCIONI, 2005, p. 588).

Muniz (1999) traz uma preocupação quanto a essa formação dos policiais militares e a sua destinação profissional, quando leva em consideração, principalmente, que o profissional formado dentro desses parâmetros curriculares deixa algumas questões relevantes de lado, como a subjetividade, a praticidade da ação e cultura da sociedade em que será inserido após a sua formação, ou seja, o seu emprego na sociedade é cada vez mais demandado por aprimoramentos legais, éticos e sociais.

As discussões acerca da reformulação dos currículos, dos conteúdos disciplinares e da própria metodologia de ensino para todos os níveis de formação policial, ocupam uma parte expressiva da atenção dos reformadores de polícia (MUNIZ, 1999 p.80).

Sobre essa formação, Luiz (2008) traz a importância de se conhecer mais esse processo relacionado aos novos policiais, como uma exigência, já que considera o isso desafiador e instigante para a instituição policial militar esse desvendar, que traz em seu ambiente escolar questões políticas, culturais e sociais, que carecem de análise:

...é necessário que estejamos minimamente dispostos a desvelar parte do sujeito que somos – ou seja, o lugar do qual nos pronunciamos – ou que desejamos construir pela tomada de consciência em razão de traços deixados pelas memórias particulares, coletivas e institucionais (LUIZ, 2008, p.76).

Corroborando com o que foi dito, Pinto (2012) afirma sobre o desvelar desse processo didático materializado nas escolas, que envolve tanto o docente, o aluno e o desenvolvimento das aulas, que estabelecem relações complexas nos processos de ensino e aprendizagem, ocorridos nos ambientes escolares; e que para entender essa complexidade, devemos olhar para além dos muros escolares, já que se refere a “processos simultâneos e interpostos em forma de rede, cujo os fios, procedentes de diferentes instâncias do sistema educacional, acabam por atarem nós nas salas de aula” (PINTO, 2012, p.514).

Carvalho (2012) diz que rede como um conceito ligado às relações sociais, como condições para que estas ocorram na vida cotidiana seja no âmbito familiar, de amigos, comercial, de conhecimento e afetos, que são permeados pelas subjetividades dessas relações em uma sociedade de constantes mudanças. Dentro desse diapasão, fazendo referência ao ambiente escolar como rede, autora afirma que:

A escola expressa uma história coletiva anunciada nas medidas do *espaçotempo* que se refere em sua geografia e que possibilita, ainda, considerar a articulação do espaço escolar como análogo às estruturas das redes sociais (CARVALHO, 2012, p. 195).

A autora ao falar dessa história coletiva, onde precisamos compreender não só as particularidades, mas, também, as múltiplas relações que são estabelecidas pelos sujeitos desse processo; afirma que assim como o currículo escolar é visto com rede, com entrelaçamentos de diferentes outros contextos, a escola é dependente desses movimentos dessas relações das questões mais próximas quando mais distantes, para alavancar seu crescimento.

A ordem próxima compõe as relações de imediatez, as vinculações diretas entre pessoas e os grupos mais ou menos organizados e desses grupos entre si, enquanto a ordem distante é regida por instituições poderosas, por um código jurídico, formalizado, ou não, por conjuntos significantes, concebidos no interior das formações discursivas e das instituições (CARVALHO, 2012, p.196).

Dentro dessa perspectiva de formação, onde Muniz (1999), Poncioni (2005) e Lujz (2008) trazem reflexões sobre essas questões do ensino nas organizações policiais no tocante ao avanço aos conceitos contemporâneos, que Pinto (2012) e Carvalho (2012) os trazem de uma forma que vem a corroborar com tal debate da

prática do ensino e aprendizagem; práxis que se desenvolve como um movimento de poder, cultural e social.

Sob o olhar de Sacristán (2000), Ferraço (2008), Carvalho (2009), Silva (2017), Alves e Oliviera (2012) e tantos outros, apostamos em um movimento curricular que se constitui como movimento, sempre provisório, de análise das práticas e da realidade social, para além daquilo que é prescrito, formal e regulatório, visando uma formação policial que atenda aos contextos sociais mais urgentes e necessários.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: resultados e discussões

A partir das questões de pesquisa (apêndice A), criamos as categorias de análise dos apontamentos resultantes do grupo focal realizado com os egressos do curso de formação de soldados (CFSD) 2020 e 2021: Apontamentos dos soldados sobre o Curso superior de Formação de Soldados da Polícia Militar do Espírito Santo - PMES e seus impactos em sua atuação; percepções *teóricopráticas* sobre o curso e a atuação profissional do soldado no policiamento ostensivo; relação professor-aluno-comunidade na Academia da Polícia Militar; e apontamentos curriculares para ampliação da malha curricular do curso de formação de soldados com relação às suas sugestões de mudanças na formação do policial.

6.1 Apontamentos dos soldados sobre o curso superior de formação de soldados da Polícia Militar do Espírito Santo - PMES e seus impactos em sua atuação

Os apontamentos dos soldados do CFSD 2020 e 2021, Curso Superior de Tecnólogo em Segurança Pública, possibilitam ter a percepção do curso de uma forma geral, sobre a formação e seus impactos na sua atuação policial no serviço de policiamento nas ruas, que constitui a atividade fim da Polícia Militar.

Vale destacar aqui a justificativa para a realização do curso de formação de soldados, que é a base da cadeia hierárquica da PMES, e que tem toda a preocupação tanto pedagógica quanto social, conforme consta no Projeto Político Pedagógico do referido curso:

O curso de formação inicial para o policial militar é algo muito relevante do ponto de vista pedagógico e social. No campo pedagógico por possibilitar o primeiro contato do civil com conhecimentos e especificidades da cultura Policial Militar. No campo social, por representar a formação basilar do profissional responsável por preservar a ordem pública e promover a garantia dos direitos dos cidadãos (ESPÍRITO SANTO, 2020, p. 7).

Diante desse contexto, destacamos a importância do curso de formação de soldados para a preparação do futuro profissional, como apontado em uma fala do soldado B: “O curso de formação é de grande importância, né? Não é toda profissão que tem um curso de formação, só que a nossa atividade exige isso”.

Fato esse corroborado pelo soldado C, que destaca também o quanto que a formação exige do aluno seja na parte física, seja no aspecto psicológico:

Então, hoje a formação é extremamente importante na nossa atuação profissional! O curso é bem cansativo, bem estressante, psicologicamente, fisicamente, mas, assim, depois que a gente sai para a rua, nós entendemos por que nós passamos por aquela formação tão pesada. Para a nossa atividade de fim foi muito importante, porque tem muita ocorrência, né, de estresse, estresse (Soldado C).

Na formação policial em questão, outra fala interessante é quando se destaca a importância do curso para se relacionar com a comunidade, apontando para uma mudança de postura com respeito e empatia; além de desenvolvimento de funções que fomentam essa transformação, já que a atividade fim é sempre voltada ao relacionamento com a comunidade. Sobre essa transformação, Poncioni (2021, p. 250), ao tratar sobre currículo e formação, diz que:

... os currículos dos cursos de formação profissional, usualmente estruturados por meio de disciplinas com conteúdos específicos de áreas de saber e organizados em um período determinado, revelam-se como “cartas de intencionalidades”, que “modelam”, no processo de ensino-aprendizagem, certa identidade profissional do policial, em um contexto histórico, social e cultural, são sobretudo campos de lutas e disputas em que os atores concorrem para dar sentido e certo direcionamento à formação.

Dentro desse enfoque, observa-se também que, algumas funções desempenhadas nos pelotões pelos alunos, como a função de xerife – função exercida por um dos alunos que tem a função de comando da sua própria turma -, ajudam a desenvolver a conversação e o relacionamento interpessoal.

Na prática que a gente usa, é importante também tratar bem as pessoas; a palavra senhor, nunca mais saiu da minha boca, até mesmo em casa eu comecei a chamar meus pais, meus avôs, que não tinham essa prática. E na rua eu continuei. Trouxe também do curso. Vou atender uma ocorrência seja quem for até mais novo, o senhor precisa de alguma coisa, o senhor entendeu isso aquilo que tem que fazer. O que eu trouxe para a rua também é se colocar no lugar do outro, o que ele está passando. O Ciodes mandou ir em uma ocorrência no bairro tal, a gente não sabe como está a situação de fato né, caramba, pode ser uma criança precisando de ajuda, um idoso, se colocar no lugar do outro também contribui muito para a nossa prática do dia a dia na rua (Soldado B).

Eu acho que o curso, a profissão militar, tem que abrir o leque para que as pessoas possam aprender, às vezes as pessoas mais caladas, a falar mais, se apresentar para o trabalho, ser xerife do

pelotão, nas suas funções lá no curso, ajuda muito na comunicação aqui fora, abre o leque, desenvolve o relacionamento com a população e a sociedade (Soldado C).

Sobre o curso de uma forma geral, também foram levantadas algumas questões relacionadas aos seus pontos de discordância dos soldados recém-formados, em que poderiam, nas suas opiniões, serem mais bem aproveitadas, e às vezes por não ocorrerem isso, são consideradas desnecessárias; mas quando tais discordâncias são confrontadas com a prática ou mesmo com apontamentos de outros soldados, conclui-se que se relacionam com a atividade hoje desenvolvida pelos militares, o que se traduz como benefício para a formação e atuação policial, um preparo profissional para as situações mais diversas que surgirão.

Tem várias coisas que acontecem no curso, principalmente a pressão, que lá a gente não entende o porquê, mas quando a gente chega na rua, a gente até acha uma coisa desnecessária no curso, né? Quando a gente chega na rua você vê a famosa chiqueirada, né? Muita gente gritando, pessoas falando, resolve, resolve e agora? Então isso é uma das coisas que eu vivenciei no curso, que na minha mente aquilo era uma bobeira, para que é isso? E é uma forma da gente ter um controle emocional ali, do vivenciamento na rua, com a realidade (Soldado A).

Na minha percepção, algumas cobranças ali dentro, lá dentro do curso, que eu achava desnecessárias. A gente podia estar aprendendo outras coisas, que são de armamento e tal, que aqui na rua a gente utiliza todos os dias, né, que a gente tem ao nosso favor. Aí, por exemplo, a gente fica em forma a duas, três horas, a meu ver a gente poderia estar aprendendo algumas coisas que seriam aplicadas aqui fora, uma percepção geral assim, né? Mas, no geral, eu gostei muito do curso, aprendi muito, aplico praticamente tudo que eu aprendi lá, hoje em dia, na minha atividade policial (Soldado B).

A gente entende que tem coisas ali dentro que tem que acontecer, que na hora a gente não entende, a gente acha que que é desnecessário, mas depois que a gente sai, a gente vê que é necessário, a suga que tem de ficar em pé é porque você precisa de ter um condicionamento para aquilo ali você vai ficar horas em pé, a suga psicológica, igualmente. A gente tinha no nosso curso, um Oficial que gostava da gente que não podia ver a gente. Ele de fato sugava, ele levava a gente assim ao ápice sabe, mas por quê? porque a gente hoje entende que a gente precisava daquele preparo porque na rua é isso. A policial mulher realmente na rua é subjugada, porque é mulher eu vou poder fazer o que eu quero e a gente tem que ter uma posição firme e um porte para enfrentar aquilo aí e mostrar que não é assim (Soldado J).

Importante pontuar isso né, que o que a gente fala que a gente não quer um curso Nutella, se não estraga o curso, é o curso tem que ser exigente, porque a profissão é exigente (Soldado I).

Outro ponto de vista a ser salientado, dito no grupo focal, foi justamente o choque de realidade experimentado pelos soldados, quando identificaram que faltou algo, quando se depararam com as ocorrências policiais, que de uma forma geral, o curso deveria ensiná-los. Ligado a isso, há uma concordância quando se relaciona ao processo de socialização da Polícia Militar, essa transformação em policial militar do indivíduo oriundo do mundo civil, mas não com tanta ênfase, pois o tempo que passam na Academia poderia ser otimizado com outras aprendizagens, relacionadas à função policial e não que fosse tão enfático com a questão da cultura militar. Ou seja, o curso precisa tratar em seus currículos, com maior ênfase, os processos de vida cotidianos.

Numa percepção geral, é que tem muita coisa que a gente deveria ter aprendido lá e não aprendeu. Por exemplo, é aquela briga de marido e mulher, aquele bêbado brigando com todo mundo, a gente não sai preparado de lá para ter esse tipo de coisa, até porque eles colocam a gente com um militar mais antigo para poder aprender a resolver aquele tipo de situação, onde a gente deveria ter aprendido seria no curso. E como eles disseram, ressalto outra vez, eles têm muita coisa desnecessária no curso. Não falo da suga física, nem da suga psicológica, eu acho que aquilo tem que acontecer mesmo, para a pessoa mudar, para ser militar, o cara tem que mudar, mas tem muita, como eu vou dizer, na grade curricular tem muita matéria que eu acredito ser desnecessária, claro que na minha opinião, eu não sou técnico nisso, mas eu acredito ser desnecessário para o que a gente está exercendo na rua (Soldado D).

... a questão da disciplina lá dentro e do militarismo em si, a gente tem que aprender e tal, mas na minha opinião não deve ser uma regra, acima de tudo, só militarismo, militarismo; aprender as demais matérias, dedicar o tempo, as disciplinas que a gente de fato utiliza aqui na rua, entendeu? (Soldado B).

Diante do que foi dito, vale destacar o que diz Poncioni (2005) sobre esse processo de socialização que procede dos currículos dos cursos de formação policial, que envolve o conhecimento e habilidades tanto da técnica e tática policial, quanto da cultura policial militar:

os programas de ensino e treinamento profissional dos policiais nas academias de polícia exemplificam uma das estratégias fundamentais de transmissão de ideias, conhecimentos e práticas de uma dada visão do papel, da missão, do mandato e da ação deste campo profissional, que necessariamente envolve a transmissão de valores, crenças e pressupostos sobre este campo específico e que é revelada, particularmente, nas diretrizes teóricas e metodológicas dos currículos dos cursos oferecidos

para a socialização do novo membro, em um contexto sócio-histórico determinado (PONCIONI, 2005, p. 588).

Importante destacar a presença de um soldado que participou do formato atual da formação de soldados da Polícia Militar do Espírito Santo e da formação no formato anterior, antes da mudança de malha curricular do referido curso, em 2015, quando se pode ter algumas percepções interessantes sobre os cursos. Salientamos que tal situação é possível em virtude de que os alunos entram no processo de seleção por medida judicial, que às vezes “caem” e retornam, quando possível, em outros cursos subsequentes. O soldado D trouxe o apontamento, em que vislumbra o aumento da carga horária, das disciplinas, mas não supriu completamente suas necessidades de atuação frente às demandas decorrentes da atuação policial.

A carga horária aumentou bastante. E algumas matérias também aumentou, o ensino melhorou por conta de introdução ao estudo de direito e a legislação policial militar; melhorou bastante. Antes era um ensino muito superficial. Eles aprofundaram um pouco mais. Não digo que foi suficiente. Como eu disse, a gente... A gente... Meio que pena na rua ainda por... Em algumas questões. Por não ter aprendido lá. A gente está aprendendo agora. Mas melhorou bastante. Embora não tenha tanta mudança, tanto na parte física quando intelectual.

A percepção de que a formação foi deficitária quando contrastada com as primeiras ocorrências com que se depararam, como foi percebido nas falas abaixo, onde no primeiro contato com o serviço policial há um choque, mas com o decorrer do tempo, percebeu-se que a dinâmica do trabalho de policiamento é que vai impulsionando essa praticidade, como se no decorrer do tempo de trabalho, vai percebendo que nem tudo poderia ser conseguido na formação.

A percepção que a gente tem de início, que foi a minha percepção, assim que a gente chega na rua é que é deficitário. A gente sabe pouca coisa e falta bastante no dia a dia. Mas passando um pouco o tempo a gente percebe que muitas coisas não teriam como ter no curso. Seria algo que realmente na rua a gente tem um leque de abordagens e coisas que a gente vê, coisas que faltam e demandas que dificilmente seria abordado no curso (Soldado G).

Eu achei deficitária é o que eu senti mais foi realmente na parte no atendimento de uma ocorrência, ocorrência de RO, primeira coisa que a gente faz. Quais são os primeiros passos a serem tomados? Acabou de deparar com uma situação, ou a rotineira mesmo. Quem que chama? o que que resolve? para onde que liga? Falta um pouquinho da parte prática, do início da parte prática. Mas com relação a esse dia a dia, principalmente o início

mesmo, porque com o trabalho, com o dia a dia a gente vai pegando. Quem que chama, qual é a autoridade responsável com cada tipo de situação, telefones que a gente pode ligar. Só que de início a gente chega na rua, tem uma certa deficiência. Um guincho, como é que é feito para poder chamar um guincho, questão de guia, a questão do que é no aplicativo hoje em dia, as ferramentas que são usadas. Sentir um pouco de deficiência (Soldado F).

Esse entendimento vai ao encontro do conceito da incompletude humana, que perpassa pelo processo de formação e o leva ao desempenho da sua função policial, como algo contínuo:

Aprender para se tornar um homem, para se apropriar do mundo em que se vive, tal como discutido ao longo do texto, não é um processo que se complete em certo momento tornando o aprender um processo concluído e superado. Pelo contrário, essa é uma tarefa tão inacabada quanto o próprio homem (VIEIRA; TEIXEIRA, 2020, p. 8).

Sendo assim, é compreensível tal constatação por parte dos soldados G e F, pois se trata de uma aprendizagem contínua, especialmente na sua função policial rotineira, onde se depara com muitas ocorrências diversificadas, que nem sempre podem ser previstas por eles. Se no primeiro momento, eles acharam deficitária a formação, notaram que com o decorrer do tempo de trabalho policial nas ruas, foram aprendendo mais e ficando mais aptos para o atendimento das demandas inerentes ao seu serviço; isso sem tirar sua grande preocupação com aquele momento de atendimento das primeiras ocorrências, por não acharem totalmente aptos para a atuação.

6.2 Percepções teórico-práticas sobre o curso e a atuação profissional do soldado no policiamento ostensivo

Após a análise das falas referentes ao curso de formação de uma forma geral, seguimos com as percepções teórico-práticas sobre o curso e a atuação profissional do soldado, com isso desvendamos alguns pontos que julgamos ser importantes da visão dos egressos que participaram do grupo focal.

Com relação a formação, as citações dos participantes foram, em um primeiro momento, voltadas para a questão prática do curso, quando foi dito que faltou algo ou foi deficiente, o que poderia ter causado impactos negativos no trabalho policial, especialmente naquele primeiro contato com as ocorrências, após a

terem formados com soldados da PMES, dado a diversidade dessas atividades na vida policial.

... porque o trabalho policial não consiste apenas no desenvolvimento de atividades relacionadas à estrita aplicação da lei, mas também se constitui de atividades diversas relacionadas à manutenção da ordem, executadas na maioria das vezes em condições instáveis e exigindo o uso da discricção, a formação e treinamento profissional fornecidos no interior da organização policial... (PONCIONI, 2021, p. 148).

Para eles, se durante o curso tivessem recebidos instruções práticas próximas da realidade com que se depararam, poderiam desempenhar melhor as suas atividades operacionais e evitariam possíveis problemas no atendimento à sociedade, fazendo isso com mais qualidade, embora destaquem a importância abordagens teóricas referentes à formação.

Acho que faltou prática, a gente que trabalha em Cariacica, tem muito beco, acho que a gente deveria ter mais instrução de patrulhamento (Soldado A).

Mas sai de lá de certa forma incompleto, um policial para a rua incompleto, [...] a gente não tem a prática, a gente também acaba não tendo a técnica para ser usada para fazer um policiamento ostensivo na rua, uma abordagem de forma correta, entrar e sair da viatura de forma rápida, ágil, é o que a gente vai viver no dia a dia, a gente aprende no dia a dia, a gente infelizmente sai da academia despreparado para policiamento de rua (Soldado J).

Complementando, embora seja importante ter essa teoria, evidente, questão da prática do armamento também, a meu ver as aulas não foram suficientes; tinha que ter mais prática disso, pois é o que a gente tem para nos defender no dia a dia, trabalhando e na folga também nosso armamento, também ter mais aulas, mais instruções, tiro e armamento (Soldado B).

Concordo que faltou bastante prática, principalmente de conduta de patrulha, dentro da viatura, aprende a patrulhar mesmo é na rua, na aula prática o percurso é curto que fazemos com a viatura, não tem exemplo de ocorrência, de nada, mas a agente usa a viatura para demonstrar a ocorrência mais nada (Soldado E).

Eu também percebi que a formação da gente aborda noções, noções básicas. E que o estágio, ao longo de não ter a oportunidade de vivenciar o que uma RO – ronda ostensiva, no dia a dia, uma viatura de escala ordinária, ter vivência. Realmente essa parte de deficiência da prática, um atendimento de ocorrência do começo até finalizar ela, a gente sentiu um pouco de baque. Eu acho que, eu falo por mim, eu senti um pouco de dificuldade em certas coisas por não conhecer. [...] o dia a dia

policial é muito mais prático do que aquela abordagem teórica que a gente viu. Então realmente eu também senti um pouco de dificuldade. Porque a vivência da gente no dia a dia é completamente prática. A gente precisa da teoria, lógico, né? Conseguir fazer a noção do que vai acontecer, mas eu acredito que faltou um pouquinho mais de prática em relação ao dia a dia do policial (Soldado H).

Sobre a questão do curso, ele aborda muito a questão teórica. E o nosso serviço, na minha opinião, é mais um serviço prático. A gente precisa muito da teoria para saber que se o cara cometeu um crime... A gente vai conduzir para a delegacia. A gente não precisa saber qual o artigo que o cara infringiu. A gente conduz para o delegado, apesar do delegado tomar decisão. Então o nosso serviço é muito mais prático do que teórico. E o curso, na minha opinião, deveria abordar mais as questões práticas do que a teoria. A teoria é importante, mas não precisa saber a fundo (Soldado F).

Dentro do curso eu acredito que foi muito mais teórico, justamente a parte de deficitária foi prática, já teoria de tem muitas matérias aborda o direito de diversas formas, matéria específica de direitos diferentes e por instrutores diferentes, então acaba tendo uma visão diferente, acaba eu acredito que ficou bem completa a parte teórica, a teoria do direito, a teoria de como se desdobra a parte judicial, mas a parte prática na rua acabou faltando (Soldado G).

Dentro desse diapasão, quando perguntados sobre a questão teórica que mais utilizam no policiamento de rotina e que julgaram importante terem recebido como instrução no curso de formação, houve destaque para as disciplinas relacionadas ao direito e as leis. Afirmaram que, com essa base, consegue-se saber o que é correto fazer ou não, levando em conta a legalidade da sua atuação, mesmo que alguns tenham achado que esses temas deveriam ser aprofundados neste campo e que não teriam como aprender tudo que é necessário no curso, houve também quem achou que foi bem abordado.

Na minha opinião claro, o que mais usa na rua é o aprendizado com as leis, tal lei você conduz, tal coisa você não conduz, em tal lei o cara vai ficar preso, tal lei é TCO, então mesmo o ensino dizendo que foi raso lá e não tão aprofundado, ainda ajudou muito, por isso que eu disse na outra fala que o ensino em questão das leis deveria ser um pouco mais aprofundado, é o que eu mais uso das ruas é o saber das leis (Soldado D).

O que eles falaram, a questão do direito que falei lá no início, que são matérias que são primordiais para nosso trabalho, que são passadas por cima, que utilizamos demais no nosso dia a dia (Soldado A).

A questão do direito mesmo, apesar de ter bastante direito de todos os quesitos e todas as formas, eu acho que deveria ter mais e um ensino mais aprofundado do saber das leis, 'para o policial já entrar na questão que ele está indo, na ocorrência que ele está indo já sabendo o que ele vai fazer...com base na legalidade (Soldado D).

O direito penal especificamente essa questão de TCO porque hoje é uma demanda muito grande (Soldado G).

O interessante foi assim trouxe para nós no curso de direito militar, legislação, código de ética, então isso foi interessante foi importante para nós. A gente saiu de lá já com isso quem quiser tem uma apostila vai lá ler, estuda, eles deram isso para nós faltou um pouco essa parte da trazer um pouco para nossa realidade de polícia de rua... (Soldado J).

Você tem que entender pelo menos um pouco da qualificação do crime, senão você pode se enrolar na ocorrência dependendo da situação. Eu acho que o conhecimento foi rico e eu acho que é importante manter um bom investimento neste seguimento, mas, até porque você deve saber qual a fundada suspeita com relação à abordagem? se você vai conduzir, realmente vai conduzir ou não? por que você está conduzindo? vai algemar? vai descrever isso na ocorrência? De que forma? Por quê? Entendeu? Esses conhecimentos são importantes sim, acredito que é válido sim, agora, a prática a gente teve, porém muito superficial, para gente ir para rua (Soldado H).

Quando ao preparo para as ocorrências, também não tem como sair da academia preparada, mas existe coisas que podem nos ajudar igual a gente falou né; mas é no dia a dia mesmo a gente vai aprender, mas eu acredito que a Maria da Penha, som alto, vias de fato e furto, furto não pouco, e o furto geralmente não tem muito o que fazer quando a gente chegar lá a pessoa já foi embora e o prejuízo já foi dado e que a gente pode fazer é só a orientação, aí vem a parte a gente precisa saber orientar, porque a pessoa está ali está nervosa, acabou de ser furtada, levou o bem dela; então é orientação jurídica, para ela procurar os seus direitos e infelizmente não tem muito o que fazer, pegar as características da pessoa e ficar ali no patrulhamento (Soldado J).

Falando eu acho que o arcabouço jurídico é bem dado de uma forma mais técnica... (Soldado I).

Quando foi perguntado, além das disciplinas de direito, o que mais da formação policial se aplica na prática do policiamento do dia a dia, junto à sociedade, foi dado destaque as disciplinas relacionadas as abordagens policiais, funcionamento de rádio de transmissão com as demais viaturas, armamento de uso individual; sendo que alegaram que deveriam ser mais capacitados nesses assuntos, já que usam no seu dia a dia. Sempre se destacaram, assim, as questões relacionadas à prática policial, que deveria ser mais enfatizada no curso. Com relação ao uso de armamento, houve destaque pelo motivo de ter sido bem

ênfatizado, já que seu uso traz repercussões tanto para o policial quanto a sociedade, por se tratar de armamento letal e que demanda total cuidado com seu manuseio e uso.

Que mais utilizo do curso, na prática, eu acredito que que é a busca pessoal a gente utiliza bastante; e POG – Policiamento Ostensivo Geral (Soldado G).

Olha, POG, eu acredito que teve uma abordagem bacana dentro do curso de formação. Porém poderia abordar um pouquinho mais a prática em relação a isso. Porque a formação, ele contou bastante abordagem, abordagem e abordagem. Mas não muito assim (Soldado H).

Também a matéria que a gente aprende a mexer no rádio [...] eu achei a teoria uma coisa assustadora para pouca prática; a gente teve sei lá 2 horas de prática e uma coisa que a gente usa o resto da vida na função policial, e sei lá uma apostila de 200 e poucas páginas (Soldado H).

Para mim, das coisas que mais utiliza na rua tem no curso, mas que talvez necessitaria de uma carga horária maior, eu acho que é confecção de boletins de ocorrência não só de redigir um boletim de ocorrência como também de fazer as abreviações, [...] o que aconteceu na situação, resumo da ocorrência, para mim o que mais utiliza no serviço é isso aí digitar, redigir os fatos de tudo que aconteceu (Soldado L).

Um boletim de ocorrência mesmo, é uma aula que a gente tem muito curta, muito rápida, e é algo que a gente faz todos os dias de trabalho, todos os serviços a gente vai fazer, vai redigir de um boletim de ocorrência; muitas vezes quando a gente se senta na frente do computador, a gente sabe nem como começar, porque a gente não teve o aprendizado necessário para isso (Soldado J).

Por enquanto eu me sinto segura de manuseio do armamento, acho que a formação está bem fresca na nossa cabeça de ter confiança, acho que numa ocorrência eu acho que eu não teria dificuldade de saber o momento certo, isso foi bastante, bateram bem na tecla em relação a saber usar no momento certo, eu acho que o curso ênfatizou muito isso, não é simplesmente pegar trabalho com arma de fogo, e sair usando. eu acho que eu tive essa percepção né foi bem orientado no curso de formação o momento de utiliza a arma de fogo, o momento de sacar, a necessidade de eu usar, foi muito bem orientado (Soldado H).

Sobre as questões práticas que deveriam ser aprendidas durante o curso de formação, como preparação para a atuação nas ruas, houve também apontamentos sobre o Estágio Operacional, que é a disciplina que objetiva dar um sentido prático ao curso, já o aluno soldado é empregado no policiamento ostensivo, acompanhado por um policial mais antigo, para que durante esse

estágio posso vivenciar, na prática, como se desenvolve o trabalho policial de rua; situação em que alguns dos alunos soldados chegam a atender ocorrências.

Sobre esses contextos de formação, citados pelos soldados como ambiente interno da Academia e ambiente externo vivenciado no Estágio Operacional, Alves (2010), diz que:

... a questão da formação pensando os processos de articulação existentes entre os diversos contextos é o caminho possível àqueles que, sinceramente, desejam buscar soluções necessárias para este problema [...] Esses processos são variados, exigindo que se dê espaçotempo, nas análises e críticas que precisamos desenvolver, às falas de todos os “praticantes” que neles estão envolvidos. É necessário considerar, ainda, pela existência dessas tantas formas de articulação dos vários contextos, que precisamos compreender que os muros das escolas são meras criações imaginárias, mas não indicam o que existe, no que se refere às relações entre as múltiplas e diversas redes educativas e as escolas: precisamos compreender que vivemos todos dentro fora das escolas e que o que é aprendido ensinado nas tantas redes de conhecimentos e significações em que vivemos entra em todos os contextos, porque encarnado em nós (p. 1197).

Tal estágio é realizado na modalidade de policiamento a pé numa região específica da comunidade, previamente planejando pela Academia da Polícia Militar. Para os soldados participantes, o estágio deveria estar mais próximo da realidade de rua, para estejam mais preparados após a formação.

O estágio também, aí entra a parte do estágio, o nosso estágio foi muito engessado, era um PO, policiamento ostensivo, em lugares mais tranquilos, eu entendo que não pode colocar a gente em áreas de risco, etc., mas às vezes com um mais antigo ou uma pessoa mais preparada para trazer a gente perto da realidade, porque a gente vive lá dentro é uma coisa, quando a gente chega aqui é outra; [...] Então às vezes já existe matéria, mas a matéria precisa ser revista para a rua, nos preparar para a rua, nos preparar para a realidade (soldado J)

...E na prática, mais mesmo o estágio, acho que o estágio sendo de uma forma diferente se for pegar uma sugestão talvez acompanhar um pouco mais o dia a dia de uma viatura RO talvez com terceiro homem ou talvez pegar uma situação parecida, chegar numa abordagem, entender como é o funcionamento dentro de uma delegacia, a maioria não pega uma ocorrência no estágio, faz só um preventivo em praças locais públicos de grande passagem pessoas, geralmente não chega a pegar uma ocorrência ali que vai ter desdobramento dela até o fim;... (Soldado G).

... essa parte de ter a vivência como terceiro homem numa viatura diária, acho que faria diferença no estágio a gente chegaria um pouco mais confiante depois do estágio (Soldado H).

Nas percepções *teóricopráticas* foi fomentada a interação, ou seja, o relacionamento com a comunidade durante o emprego do policial na realização do policiamento ostensivo, já que o policiamento comunitário é uma das questões estratégicas da PMES e um dos temas transversais para a processo de formação, conforme consta no seu Projeto Político-Pedagógico: “os direitos humanos, a filosofia da polícia comunitária, a ética e a hierarquia e disciplina”. (ESPÍRITO SANTO, 2020, p. 34).

Sendo assim, no curso teve disciplina específica para tal ênfase já que é um eixo estratégico da Polícia Militar e, segundo os soldados participantes, a filosofia de policiamento comunitário, na sua parte teórica, foi bem enfatizada durante o curso; mas que a questão prática, após a formação, foi adquirida de fato no policiamento na rua; e que, nesse momento, percebeu-se a importância da interação social como ferramenta para uma prestação de serviços à comunidade, quando se colheram boas experiências e quando se desmitificaram uma ideia de que não seriam bem recebidos, como relatado por uma das falas abaixo.

A gente é incentivado a ter bastante interação, a sempre estar bem relacionado com a comunidade; é uma impressão que talvez pode ser diferente; mas a gente vê lá dentro que é bem incentivado a ter uma educação muito grande com a comunidade; também a questão de tentar passar a respeito e receber respeito da mesma maneira da comunidade; então, recebendo essa noção que a gente vai passar a ser uma referência entre os demais ali, é algo que é bastante incentivado no curso e que realmente é bem aplicada; é essa a visão mesmo que é a gente tem, na rua, na prática (soldado G).

A gente aprende muito lá sobre polícia comunitária, tínhamos um professor muito bom nisso e aprendemos muita coisa sobre isso, mas acho que aprendi praticamente tudo aqui, tenho 4 meses que estou na Unidade e aprendi muito mais comunitário em 4 meses que um ano lá dentro (soldado D).

Eu acho que a matéria de polícia comunitária foi até bem completa, talvez só tenha faltado, provavelmente, talvez não seja tão interessante ter simulações também? Mas na parte teórica foi bem completa aquela parte de polícia comunitária, teve uma carga horária boa também (soldado L).

Esse entendimento da interação com a comunidade foi muito bem passado para mim, por exemplo, foi uma coisa desconstruída do que eu tinha antes do curso militar; eu tinha receio de conversar

com o policial na rua, não sei se isso é resquício do tempos mais antigos né, mas eu tinha a impressão de que se eu falasse com o camarada ele ia brigar comigo, ia falar que eu estou atrapalhando o serviço dele e aí entrando a gente vê o que é o extremo oposto, que na verdade a corporação quer de nós essa interação essa integração com a comunidade e existem essas comunidades que soldado B mencionou, mas também existem, eu percebo assim, que na maioria dos lugares nós somos bem recebidos, inclusive de forma inesperada em situações em lugares assim carentes em que a criminalidade o tráfico de drogas é muito intenso eu já fui bem recebido com criança até nesses lugares (soldado I).

Ainda dentro das percepções teórico-práticas e suas implicações na atividade fim, que é o policiamento ostensivo, foi perguntado quais as principais ocorrências atendidas e se sentiram preparados para fazer o atendimento. As ocorrências que envolveram a violência familiar, relacionadas com a Lei Maria da Penha, foram as que se destacaram, pela frequência com que ocorrem e que pela sua abrangência nos outros batalhões, onde destacamos as seguintes falas:

No curso, a gente teve esse contato com a lei Maria da Penha, mas aqui a gente volta na questão da prática, eu aprendi muito mais com os parceiros antigos, o modo como eles dão andamento a ocorrência do que no curso, hoje em dia se fosse, de repente, se eu fosse mais antigo da viatura ocorrendo Maria da Penha eu acho que teria um desfecho bom, por causa da experiência que eu já tive lá com os parceiros antigo (soldado F).

As matérias contribuíram, só que a prática é diferente um pouquinho, eu sinto que a prática não ocorreu para a Lei Maria da Penha, é diferente, a mulher está fragilizada nessas situações aí é uma forma de conversar diferente, é tentar ouvir, entender ali, geralmente ela chamou a polícia mas ela está com medo de continuar a ocorrência ali entendeu então você tem que ter toda sensibilidade de atender uma ocorrência dessa, que já a academia, a nossa formação fez a contribuição, mas a prática sinto que é um pouco diferente, (soldado H).

A gente sabe que no Espírito Santo, hoje, a realidade da Maria da Penha é enorme, mas a gente não sabe lidar, a gente sai, quando a gente chega na ocorrência a gente fica travado porque o que que eu vou fazer. Às vezes você quer fazer o que a gente aprendeu lá na prática tudo certinho, e não é assim, não tem como, às vezes a mulher se nega a ir e está lesionada e como que eu vou fazer na prática incondicional eu vou levar, mas eu também não posso pegar mulher, enfiar ela dentro do da viatura força e conduzir para chegar lá e ela falar que não aconteceu nada que ela caiu e como que faz? Às vezes a gente não tem a preparação para isso (soldado J)

Tal constatação torna-se relevante, pois está relacionado com o feedback da formação para atuação e onde se sentiram despreparados para essas ocorrências, já que disseram que não tiveram uma preparação prática, no curso

de formação de soldados, para esse tipo específico de ocorrência atendida com mais frequência que as outras; destaca-se assim, a questão da prática das disciplinas, conforme já relatada em outros apontamentos. Vale ressaltar que o problema é recorrente nas instituições policiais, segundo estudo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública:

Como, então, as instituições policiais podem trabalhar no sentido de promover um atendimento adequado, de criar condições para que essas mulheres confiem na polícia e, ainda, possam prevenir que novas violências aconteçam? Acreditamos que um importante passo seria empoderar a polícia, através da educação policial, a entender “as raízes culturais (da violência contra as mulheres)” e a contribuir à “desconstrução das normas sociais que contribuem para a desigualdade de gênero”. Muitas vezes a polícia é o primeiro recurso de proteção a ser procurado pela mulher quando ela busca interromper o ciclo de violência. As mulheres podem ligar no 190, procurar uma delegacia ou ainda pedir ajuda a um/a policial na rua. Um dos principais desafios no enfrentamento da violência de gênero no Brasil é garantir que as organizações policiais prestem atendimento de qualidade às vítimas (FBSP, 2020, p. 8).

Outro fato também visto nas falas dos participantes da pesquisa, foi a situação da ocorrência “Maria da Penha” se tratar de um tipo de ocorrência que vem acompanhada de imprevisibilidade no seu transcorrer e desfecho; momento em que destacaram a importância do papel dos policiais antigos que, segundo os soldados entrevistados, foram os responsáveis pelo preenchimento desta lacuna de praticidade, não atendida de maneira satisfatória na formação policial e, que após esse apoio de um policial mais experiente na atuação policial, sentiram-se mais confiantes e aptos para atendimento de ocorrências.

6.3 Relação professor-aluno-comunidade na Academia da Polícia Militar

Uma questão que temos a abordar nesta seção é a do ambiente escolar e seu cotidiano, onde se desenvolveu o currículo do curso de formação de soldados. O que torna uma abordagem muito importante quando se fala do currículo que foi praticado, vivido pelos soldados quando estavam curso de formação.

No âmbito do currículo vivido é que, efetivamente, se manifesta, em maior ou menor grau, a concretização do concebido. Assim, o currículo, o praticado, como os demais, envolve as relações entre poder, cultura e escolarização, representando, mesmo que de forma nem sempre explícita, o jogo de interações e/ou as relações

presentes no cotidiano escolar e para além dele (CARVALHO, 2009, p. 180).

Assim, nas relações desenvolvidas naquele ambiente, buscou-se a partir das falas os participantes, soldados, analisar com se deram esses enredamentos, entre alunos e professor, aluno e aluno, aluno e a comunidade da APM. Sobre esse cotidiano, pode dizer que:

... a articulação entre os saberes curriculares cotidianos e as culturas vividas pelos sujeitos praticantes desses cotidianos impulsiona-nos a pensar sobre currículo para além dos textos oficiais, envolvendo-o nos domínios das redes de poderes, saberes e fazeres do cotidiano escolar, tecidas em meio a todo um campo de significação cultural (FERRAÇO, 2013, p. 98).

Quando falamos da relação professor e aluno, vale destacar que há no CFSd, como nos demais cursos da PMES, um corpo docente formado de professores civis e de professores militares, de diferentes graduações e patentes, que no referido curso são comumente chamados de instrutores pelos alunos. Tal relação é importante para aplicação do currículo deste a sua formalização como malha curricular até chegar na prática escolar, pois os professores segundo Sacristán (2000, p.105):

O professor é agente ativo muito decisivo na concretização dos conteúdos e significados dos currículos, moldando a partir de sua cultura profissional qualquer proposta que lhe é feita [...] de fato é um “tradutor” que intervém na configuração dos significados das propostas curriculares.

Há algumas situações interessantes que foram citadas, como a dupla missão de ser professor e fiscal, já a formação militar também passa pelas normas internas da Academia e da própria Corporação, assim tornar um olhar fiscalizador e formador da cultura policial, sobrepondo em alguns aspectos isso, mas havendo também um tratamento dos oficiais com os alunos, que tranquilizavam mostrando uma preocupação com o discente, tipo de uma cultura que olha para os novos funcionários.

Interessante que esse ambiente escolar fez com que até mesmo os professores civis se investissem do militarismo, já que as normas internas da escola de formação exigem uma postura hierarquizada e disciplinadora para o bom andamento das aulas e formação militar.

Dependia muito do instrutor, que a gente costumava chamar muito de instrutor. Dependia muito da pessoa, porque existia instrutores da gente que não eram só instrutores, mas estavam lá fiscalizando a gente, então por exemplo eles ia dar uma instrução para gente, já aproveitava e dava aquela caxiada, então dependia muito da situação. A maioria dos professores que não eram militares, que iam, a gente tinha uma boa relação com eles, exceto de alguns que queriam continuar com aquele militarismo mesmo não sendo militar, mas a maioria 98% tratavam a gente bem, eles viam que a gente passava uma situação bem difícil lá. Alguns militares também faziam isso, alguns majores e coronéis, eles faziam isso com a gente também, eles chegavam e falavam assim com a gente, aqui dentro da sala de aula vocês esqueçam que sou coronel, que sou major, sou instrutor de vocês aqui, então vocês prestem atenção na aula e esqueçam o militarismo pelo menos no horário da aula. Mas alguns também não, então dependia muito do instrutor (Soldado D).

Como D comentou o assunto dos instrutores, tem uma situação que chamei o instrutor militar de professor, né, não chamei da patente que ele tem, e aí por esse motivo tive que pagar 10 flexões, pelo motivo por não ter chamado ele pela patente, pelo posto dele (Soldado B).

A maioria dos nossos professores, instrutores não é, geralmente eram oficiais então mesmo sendo oficiais a interação era muito boa, muito boa com eles, eu me atrevo a dizer que a nossa relação com os oficiais eram melhores do que conseguimos com os professores civis (Soldado J).

Também houve opinião no sentido de achar normal tal relação fazia parte do processo de ensino, já que o ambiente escolar propiciou situações que eram necessárias que acontecessem como parte da sua formação, ou seja, ter algum sentido por trás das atitudes; um aprendizado que os alunos de imediato não perceberam, mas que após a formação, notaram fazer sentido no serviço policial de rua, percebendo os fatos ocorridos como um preparo para situações que iriam se deparar, especialmente aquelas que envolvam uma postura diferenciada do policial.

A relação ao instrutor com aluno, eu não tenho que reclamar de nada o que aconteceu não, acho que foi dado a instrução conforme esperado, muitos instrutores bons passaram pela nossa formação, talvez não me recorde de algum que não tenha sido não me recorde. Quanto ao relacionamento aluno professor acho que foi o necessário, o básico (Soldado H).

Agora, uma coisa que é muito complicada, é muito complexo falar, porque tem algumas coisas do curso que de imediato o aluno reprova, ele acha que aquilo não deveria estar acontecendo, por outro lado, eu acho que de repente tem um propósito um pouco mais escondido naquelas atitudes ali dos instrutores, até teve uma certa vez que um dos instrutores falou e soou como piada, que ele

falou bem assim: dá uma CPI e outra CPI no fulano pra ele respirar o ar da injustiça, falou bem assim, né? E todo mundo achou aquilo engraçado, no outro dia ele questionou, por que vocês riem do que eu falei? Porque ele estava justamente, de repente, preparando aquele rapaz psicologicamente para o fato de que a rua é injusta, né? Você vai passar por situações injustas dentro ou fora da corporação, dentro da sua atuação, e aí talvez ele via esse sentido no instrutor, né? E aí, como eu disse, na primeira vista você pode falar não, isso que ele fez está errado, mas ele quis preparar psicologicamente o rapaz (Soldado I).

Já na relação entre os próprios alunos, conforme os apontamentos, descreveram como um relacionamento entre irmãos, típico de uma família, onde os conflitos eram constantes, mas se resolviam entre eles mesmos, e assim, desta maneira, foram se ajustando às demandas naquele ambiente acadêmico. Também relataram que a convivência era corrida, estressante e que demandava muitos esforços individuais, embora houve certos momentos e em alguns pelotões, que o coletivo funcionou e em outros não. Diferentemente de outros ambientes de ensino, a dedicação é quase que integral, tendo aulas, durante o dia, e a noite, a complementação de seus estudos; situação propícia aos comportamentos estressantes.

... a gente lá brigava um com outro e resolvia ali dentro da sala mesmo; era uma coisa mais interna, assim foi nosso apoio psicológico que a gente teve no início do curso (Soldado J)

Os recursos que seriam possíveis, na situação, seria conversa mesmo em grupo, às vezes para passar o tempo ali. A interação era quando as pessoas falaram, contaram um pouco sobre a vida delas, o pessoal conversar entre si, trocar experiências mesmo, no meu pelotão acontecia muito, quando tinha tempo (Soldado L).

Quando tinha tempo havia interação em grupo e é engraçado porque no meu pelotão, uma vez já no final do curso, a gente comentou sobre isso, a gente passou um ano dentro de uma sala, o dia inteiro, a gente chegava antes das 6:00 horas, saía Deus sabe que horas, e a gente não conhecia um ao outro porque a gente estava tão saturada ou seja a gente estava tão preocupado com o curso em si, que a gente esquecia que tinha uma vida lá fora; então eu conheço o companheiro aqui, mas eu não sei quem é a família dele, eu não sei se ele é casado, se seria solteiro, porque a gente não tinha tempo para conversar sobre isso, nas aulas não tinha tempo para isso, a gente estava tão focado no curso que a gente vivia o curso, a gente não vive o que estava lá fora (soldado J).

A gente começa a separar a briga ou então a gente deixa brigar pra resolver mas é tudo ali entre nós, eu acho que a gente

aprende, a gente fala muito negócio ninguém vende ninguém, a gente não vendia ninguém, a gente resolvia ali mesmo, foi até engraçado que uma vez eu estava tão cansada eu cheguei eu cheguei a gente estava vestindo, fardando para poder sair e eu estava tão cansada que eu comecei a chorar de cansaço e aí uma aluna que estava do meu lado olhou assim, por que você está chorando? Eu estou cansada disso aqui e eu já não aguento mais, a gente no alojamento feminino, quando eu olhei todas as alunas estavam chorando, também reclamando, então a gente acaba criando aquele vínculo ali, sabe, um com outro, a gente conversa sempre no grupo que a gente tem, é irmão mesmo (soldado J).

A relação aluno-aluno era aquele negócio como tem o ditado quando cada pessoa vira aluno vira um bicho, começa uma maluquice. Mas a relação entre um e os outros eram boas, claro que tinham alguns se exaltavam, às vezes, aconteciam até, sei lá, chegavam as vias de fato lá dentro, mas nada demais. Estavam tudo normal, **estava tudo em casa. Igual briga de irmão** (grifo nosso). Então, como um todo, a relação aluno-aluno era boa. Eles falavam, os instrutores, vocês vão sentir saudades e realmente, a gente sente a saudade, da relação aluno e aluno, que é muito divertida, muito legal. Você ter seu parceiro naquela situação ali, ombreando com você, aquela situação. (Soldado D).

Embora que para se ajudar nos estudos houve dificuldades relatadas, mesmo no início de formação do grupo, também houve a constatação de que alguns pelotões optaram, devido a rotina do curso, em fazê-lo individualmente, estudar em dois ou estudo coletivo; caso de alguns pelotões onde havia mais interação e que foi favorável a isso.

Nesses ambientes, vale ressaltar também as falas que mostram que também os alunos se ajudavam, especialmente nos estudos em grupo, que desenvolveram um conceito presente na cultura policial militar que é o espírito de corpo, um sentimento de amizade muito grande descrito abaixo.

Eu acho que é muito complicado colocar 20 pessoas ou 25 pessoas diferentes, de forma diferentes de estudar e tentar estudar em grupo em pouco tempo; era mais individual mesmo. [...] tem pessoas no grupo que conseguiu estudar em 2 dois, cada um procurou a forma que conseguiria melhor, acho que foi isso (Soldado H).

Um dia antes da prova, no dia da prova, acordava mais cedo, e estudar um pouco foi basicamente dessa forma, e coletiva sim, como o colega falou, mas não de uma forma tão organizada e criar um grupo específico aquelas pessoas específicas (Soldado G).

No sentido acadêmico, até a gente se ajudava bastante, isso é muito legal essa cooperação essa solidariedade, sempre tinha alguém fazendo um resumo compartilhando com os colegas, [...]

tinha muito esse sentimento de se ajudar e não tinha aquela coisa que embora tenha aquele o critério ali do merecimento intelectual, então quem tem a maior nota fica na frente, mas eu não via essa rixa, na verdade eu via todo mundo sempre se ajudando. Aqui enquanto a gente estava falando até fiquei rindo, lembrando de momentos porque o curso em si é esmagador né [...] passar por esse momento de dificuldade com outras pessoas criam um sentimento de amizade muito grande, porque lembrando de momentos aqui e talvez que o senhor falou dos alívios eu acho que um dos maiores alívios que eu tinha para conseguir atravessar o curso era justamente as amizades que eu tinha no meu pelotão, meus amigos; e a gente acabava aprendendo até a vida da desgraça, vamos dizer assim né, porque acontecia de ruim a gente acabava rindo depois, virava objeto de piada e com certeza isso me ajudou muito (Soldado J).

Não só na nossa turma, mas todas as turmas têm é o espírito de corpo, né. A nossa turma, não sei a turma de 2020. A turma de 2021 era bem unida. A questão da pessoa está ombreando com você o tempo todo. Está sempre de cabeça erguida isso ajuda muito. Então eu acho que o recurso da turma seria isso o espírito de corpo. Todo mundo junto, unido, e é aquele negócio, todo bem sempre unido mesmo (Soldado B).

A questão dos estudos lá o dia a dia é correria, a gente está aqui daqui a pouco está lá, uma forma que gente criou, a gente teve muito o lado coletivo, pelo menos na minha turma eu percebi isso, um dia antes da prova nos intervalos, pessoal se reunia discutia o que poderia cair que não poderia cair, no alojamento também tanto que eu lembro até hoje teve vez que eu cheguei na academia, estava colocando a farda no alojamento, estava conversando com 2 a 3 colegas ele comentou lá sobre certo conteúdo lá da disciplina que eu acabei gravando, aí fui pra sala tal, depois fiz a prova, quando chegou a prova eu percebi que tinha caído (Soldado A).

Lá no nosso tinha muito esse lado coletivo, um ajudar o outro, eu não sabia logo eu tinha muita dificuldade com uma parte de direito, aí tinha uma colega lá que ela era formada, ela sempre explicava, sempre era solícita para nos explicar, espairecer nossa dúvida, ajudou bastante (Soldado F).

Um fator que não pode ser ignorado, trata-se da pandemia do COVID, que os pelotões foram divididos em dois, cada um em uma sala diferente, usavam máscara de proteção todo o tempo e o distanciamento; elementos que dificultaram o relacionamento dos alunos com outros alunos, a ponto de alguns não se conhecerem, como se destaca na fala do Soldado A:

Eu acredito que a questão da pandemia que pegou o mundo inteiro pode ser prejudicada isso a questão do distanciamento social, a turma de 2020 para teve tanta oportunidade de fechar, de conviver tanto, tanto é que tem militares da minha turma que não conheço, pelotão mais distante, de outra companhia, só de máscara não podia juntar muito, dois, três pelotões para fazer a

instrução. A pandemia com certeza não só com as mortes, mas piorou muito para gente porque para cobrir tinha que dar distanciamento, não podia falar, só ficar de máscara, na hora de cantar hino eles não escutavam tinha que quase esgoelar. Demoramos conhecer o próprio pelotão, pois não podia tirar a máscara de hipótese alguma, então acho que isso atrapalhou a gente bastante em questão de convivência.

Sobre a relação com a comunidade da Academia da Polícia Militar, a APM, com seus servidores e com os outros cursos que ali são realizados, torna-se importante a análise, pois também faz parte de todo o processo de formação, não só da disciplina, mas também da cultura policial, como traz o Projeto Pedagógico do curso em questão, em que o contexto e o ambiente escolar são importantes para a formação e efetivação do currículo proposto, destacando-se a cultura escolar.

Nesse sentido a APM/ES se constitui em um espaço em que os alunos possam exercitar as práticas do diálogo, da negociação, do compromisso com o serviço público e do respeito ao ser humano, com o desafio de que as relações devem ser pautadas nos princípios da hierarquia e da disciplina, valores imprescindíveis às Instituições Militares e que torna o ambiente formativo dos profissionais de segurança pública extremamente singular (ESPÍRITO SANTO, 2020, p.37).

Assim, na visão dos soldados, que ali passaram aproximadamente 11 meses, achavam que tudo foi uma correria, com pouco tempo para estudar fora da academia, onde desenvolveram certos comportamentos para suportar a formação policial militar, como por exemplo ter “sangue frio” e assim suportar a carga do curso que é tanto física quando psicologicamente, típico da cultura militar citada.

Eu acho que a maioria das pessoas realmente não aproveitam muito, por causa dessa questão de correria, de tempo, pouco tempo para você estudar... (Soldado A).

Eu acho que existe várias técnicas para você poder desenvolver lá dentro para que fique mais tranquilo, mas o principal é ter sangue frio, você ter sangue frio para situações que tem instrutor gritando com você falando um monte de coisas, e você está com sangue frio, analisa a situação, pensa numa resposta boa para dar a ele. [...] É sangue frio para analisar a situação e poder ter um resultado bom. Eu considero que seja o principal recurso para a gente conseguir sobreviver (risos) é sangue frio (Soldado D).

Sobre o convívio na comunidade escolar, há situações que merecem ser pontuadas, como a questão da válvula de escape ao se referir à questão espiritual, à empatia e ao respeito; e outra percepção, que foi a questão da

irmandade, de pertencer a uma família; fato esse percebido após uma situação vivida na escola de formação; conforme vemos nos relatos de soldados, que vivenciaram essas experiências.

Uma válvula de escape que a gente tinha era o culto, logo no finalzinho do curso, o comando da academia autorizou, juntava no horário do intervalo, separa uma salinha separada para isso e a gente fazia um culto em todos os intervalos todos os dias. Eu acho que era uma válvula de escape, a gente utilizar a fé nos momentos de turbulência, ter nosso momento íntimo com Deus, e tal. E a empatia de colocar no lugar do outro era de grande importância, [...]. Não tinha para onde correr, e eu falava ouvia falando gente vamos fazer tudo para contribuir, entrar em forma, pois eu sabia que ia passar por aquilo, da mesma forma que respeitava colega eu também ia precisar daquele respeito para dar tudo certo. E assim, nós passamos lá 11 meses (Soldado B).

Uma coisa que a gente precisava de ter e que a gente não teve era mais contato com os praças, a gente está em um curso de formação de praças, de soldados, e a gente praticamente não teve contato com o sargento ali dentro, era muito difícil a gente ter um contato com eles, então eu acho que a gente precisava de ter mais essa interação de praça com praças, ali dentro deles trazerem para a gente a história deles a vivência. A gente entende que a polícia de hoje não é a polícia de 10 anos atrás de 20 anos atrás, como que era lá, como que é aqui, o curso de lá o curso daqui. A gente vê que já teve uma melhora nos cursos, até na questão de equipamento, de preparo de viatura, a gente escuta muito aqui antigamente na minha época não tinha viatura com ar-condicionado, hoje tem viatura com ar-condicionado, a gente vê que tem uma melhora, mas a gente precisava de ter mais essa vivência com eles, ouvir relatos de rua deles, essa convivência, essa conversa deles com a gente não teve isso lá, era muito afastada, a gente tinha mais contato com alunos oficiais... (Soldado G).

A gente não sabe de nada, tudo ali é muito novo, a informação chega tudo de uma forma muito rápida para a gente; para mim que não tinha militar na família então eu não sabia que era assim de fato o militarismo; eu vim aprender tudo, era tudo muito novo, era tudo muito difícil, era tudo muito rápido e prova prova prova toda a semana, é muito intenso que a gente vive ali, é muito intenso. Eu tive um problema sério com a minha filha durante o Giraldi, um problema seríssimo, de questão de saúde, eu cheguei a pedir baixa do curso nessa época e até interessante porque foi a época que quando eu via a polícia, quando era civil eu via a polícia e eu achava bonito a irmandade que a polícia tem, esse negócio de ser irmão, só que eu não tinha visto isso ainda acontecer na prática [...] aí eu senti essa interação de que a polícia realmente é, ela te abraça a gente é um só, foi a parte do curso para mim mais importante, de tudo o que eu aprendi ali dentro, o mais importante foi esse negócio de que irmão, se um está precisando, todos vão ajudar. Eu poderia ter ido embora e eles simplesmente ter virado as costas e foi totalmente o contrário,

eles me abraçaram e foi a lição mais importante que eu aprendi ali dentro (Soldado J).

Sobre o curso, vale notar que a questão levantada pelos soldados participantes da pesquisa foi no sentido de melhorar as condições internas do ambiente do curso e assim permitir um maior contato com a vida fora dos muros da academia e não uma ruptura de suas atividades que antes desenvolviam na vida social; e conseqüentemente, na visão deles, alcançar um melhor desempenho das atividades acadêmicas e rendimento escolar. Essa foi a fala de um dos soldados.

Importante pontuar isso, é que o que a gente fala, não é que a gente quer um curso Nutella, se não estraga o curso e o curso tem que ser exigente porque a profissão é exigente, mas tem pontos que em que você poderia se aliado para poder dar o seu melhor quando você é demandado. Por exemplo, tinham muitas horas que era simplesmente lá assim é a disposição [...]. Era um tempo em que você poderia ir para casa para estudar em casa, para treinar ele como a gente falou seria interessante ter mais é horas de treinamento físico militar, o TFM, de uma forma distribuída, justamente que a gente não tem tempo de fazer essas coisas fora dali, quem gostava de academia essas coisas, só conseguiu voltar a fazer no estágio, durante o curso não tinha como porque começa muito cedo acaba muito tarde, você vai para casa, descansa o máximo que dá estuda passa a farda, essa é a rotina né, então acho que tem momentos que que poderiam ser melhor aproveitados liberar a gente não para tornar o curso confortável, mas para a gente poder se recompor e voltar no máximo dia seguinte (Soldado I).

Ainda na análise da relação professor-aluno-comunidade na Academia da Polícia Militar, uma temática a ser considerada é sobre o processo de adaptação, que está muito ligada às expectativas dos alunos e à realidade da formação em ambiente escolar; principalmente, considerando que há processo de aculturação, já que essa formação se dá em um ambiente militar, onde para muitos se deu um choque de culturas, existente em uma passagem do mundo civil para o militar.

os programas de ensino e treinamento profissional dos policiais nas academias de polícia exemplificam uma das estratégias fundamentais de transmissão de ideias, conhecimentos e práticas de uma dada visão do papel, da missão, do mandato e da ação deste campo profissional, que necessariamente envolve a transmissão de valores, crenças e pressupostos sobre este campo específico e que é revelada, particularmente, nas diretrizes teóricas e metodológicas dos currículos dos cursos oferecidos para a socialização do novo membro, em um contexto sócio-histórico determinado (PONCIONI, 2005, p. 588).

Nas falas, vimos que não foi um processo tranquilo, mas sim de difícil adaptação, que alguns permaneceram por necessidade de emprego, por exemplo; mas que após esse período, acabaram se adaptando principalmente à rotina, que para eles é a mais complicada das adaptações. Mas por fim, após a formação, os egressos citam que tal processo é inerente e em decorrência da profissão que iriam exercer, que demanda a mudança de postura e o preparo para as situações adversas que enfrentariam, principalmente o preparo psicológico para suportar as pressões.

A adaptação não foi tranquila, eu senti muito, demais, inclusive assim no segundo dia pensando não voltar mesmo. Gente, o que estou fazendo, larguei um emprego, de X situação, assim e assim, assado, era encarregada com histórico, ganhava X e estava trocando praticamente seis por meia dúzia, financeiramente falando, mas porque tenho que passar isso, o dia inteiro debaixo de um sol, em pé, na poeira, andando marchando, não sabia marchar, aquilo aí foi um baque; **mas ali depois eu fui me ajustando eu consegui passar um pouco pela adaptação** (grifo nosso). Penso que porque a gente não tem noção, de como que é fisicamente o desgaste é físico e mental ao mesmo tempo, é bem duro, a formação, mas é aquilo ali que eles querem a formação, se não todo mundo seria policial militar, então a formação, ela cobra isso mesmo da gente, ela tem que ser tem que ser uma diferencial, ela tem que entender, ela vai lidar com a segurança pública de um Estado, tem que ser diferente mesmo a abordagem. Mas foi sofrido (Soldado H).

Concordo com todos e compartilho com o mesmo sentimento de que no segundo dia estava querendo ir embora, mas eu acho que por ser um meio militar, por tratar principalmente da segurança do Estado, acho que realmente eu tenho que ser forjado ao extremo, por que aquilo lá não é nem 1% que a gente enfrenta realmente na rua, que são por exemplo a gente está prendendo alguém por tráfico aí chega a vizinhança daquele local ali para interferir: ah velho que está levando ele é trabalhador não fez nada... aquela pressão [...] se de repente a pessoa não for forjada ao extremo, durante o curso, uma situação na rua ela de repente já pode perder a cabeça aí fazer besteira. Aí eu acho porque esse é o lado do curso, da suga, eu acho que para a gente que está sendo meio civil, eu acho importante (Soldado F).

Na primeira semana vontade de ir embora para casa, depois que você enquadra melhor sua mente não é, eu vou dizer até que um fator para não me fazer desistir para me fazer não desistir melhor dizendo foi a vergonha de voltar para casa para minha família e falar que desisti (Soldado I).

A adaptação foi muito difícil para mim, o que me marca assim foi questão de rotina mesmo, a rotina era muito pesada chegava em casa mesmo eu morando perto da academia chegava em casa só pra dormir, já tinha que voltar né, a questão da rotina eu

imaginava que seria totalmente diferente, achava que eu teria um pouco de tempo para chegar em casa, ter tempo de fazer alguma outra coisa, passar o tempo com a família alguma coisa assim, vou fazer alguma coisa com relação ao lazer, você tem que se aplicar de tudo durante o curso, você é obrigado a se dedicar inteiramente porque se passa todo o tempo na Academia, a rotina realmente é acho que é o que mais pesa (Soldado L).

Para ajudar nessa adaptação, que na percepção dos soldados foi difícil, alguns pontos foram citados como auxílio para vencerem essa etapa inicial do curso, mas sempre se destacando a questão da convivência entre alunos, do apoio de um ao outro, da criação de um vínculo que os ajudou a não desistir do curso, do fato de saber que o curso era passageiro e que em breve tudo acabaria, e de que um sonho estava sendo realizado.

O que ajudou mesmo foram os colegas...é um apoiando no outro, e se se não fosse eu acho que daria para sustentar não (Soldado F).

Realmente se cria um vínculo muito grande, em que as pessoas estão participando e uma acaba ajudando a sustentar a outra. E saber que é temporária, sempre batalhando um dia após o outro e tentar amanhã ser melhor, porque uma hora vai acabar. Esse pensamento que está passando (Soldado G).

Eu acho que o vínculo com o pelotão ali na formação, eu acredito que realmente foi necessário para ter conseguido passar pela adaptação; se não fosse, acho que não daria certo mesmo; saber que é passageiro, principalmente porque vai ter um prazo para acabar (Soldado H).

Foi a galera, foi o que eu também queria isso, eu queria passar por isso, eu sempre passei na frente do CFA e via alguns alunos do curso no seu interior entrando, um dia eu vou querer, querer estar aqui, quando eu fui não podia desistir, foi basicamente isso aí mesmo (Soldado K).

Quando falamos de cotidiano escolar, foram destacadas as relações interpessoais que são firmadas durante o curso, que é uma das características de uma Instituição, que durante seu processo formativo, vê consolidada a camaradagem entre os seus integrantes, especialmente os de mesma graduação, como é o caso dos soldados. Em vários momentos do grupo focal, tal ponto foi externado, o que se torna um ponto importante tanto no ambiente da formação policial quanto na rotina do trabalho policial.

7 APONTAMENTOS CURRICULARES PARA FORMAÇÃO DO POLICIAL

O que julgamos importante visibilizar são as muitas vozes de soldados que vivenciam e atendem ocorrências diariamente e, sendo esta, ainda a nossa aposta curricular e formativa, com movimentos que se interconectam por entre vida e formação acadêmica. Essa relação entre a teoria e a prática, Muniz (1999) salienta:

Penso que é importante ressaltar que um saber generoso e atento a tudo aquilo que se mostra contingente ou circunstancial não está assentado no pressuposto simplório e redutor de que “a prática nega a teoria” ou vice-versa. Em verdade, esse saber é uma espécie de híbrido reflexivo cujo desenvolvimento resulta do encontro cognitivo entre o conhecimento formal adquirido pelo PM nos seus períodos de formação e as exigências impostas pela vida prática, entre elas a instrumentalização desse mesmo conhecimento. [...] Reporta-se tão-somente ao que eles chamam de “choque de realidade” e que se traduz em uma crítica velada ao modelo de “instrução” praticado, que parece dialogar muito pouco com as situações concretas que aparecem nas ruas. [...] Nesse sentido, questionar na prática o conhecimento formal adquirido na escola não é negar a pertinência de ações tecnicamente orientadas. Ao contrário, é evidenciar a necessidade concreta de uma sintonia entre o que é formalmente ensinado, a metodologia desse ensino e os saberes necessários não apenas para sobreviver dentro da organização policial militar, mas também para efetuar o trabalho de polícia de forma atual e consequente (p. 169-170).

Assim, as percepções, nas opiniões dos que vivenciaram e atenderam as ocorrências, constituem-se como pistas curriculares do que se destacou, das necessidades inerentes ao dia a dia de quem está nas ruas, atendendo a população e levando a segurança pública a todos.

Dentro deste rol, estão as questões relacionadas às disciplinas do ramo do direito, que, segundo os soldados participantes desta pesquisa, elas nortearam a maioria das suas atuações, principalmente devido à preocupação de que suas ações fossem legais e em respeito aos direitos humanos. Devido a isso, opinaram que deveriam ser ampliadas como forma de embasar suas ações inerentes ao atendimento de ocorrências.

Em relação ao conteúdo do curso, eu acho que deveria ser mais aprofundada essas questões da lei, que a gente estuda pouco, e é

uma coisa que a gente tem que saber o que a gente está lidando na rua, e é uma coisa que a gente estuda pouco (Soldado A).

Mais processo penal, e direito penal também, pois tem uma situação na rua que você não sabe e joga para cima do Ciodes: “Ciodes, como resolve a situação aqui?” (Soldado C).

A questão do direito mesmo, apesar de ter bastante direito de todos os quesitos e todas as formas, eu acho que deveria ter mais e um ensino mais aprofundado do saber das leis, para o policial já entrar na questão que ele está indo, na ocorrência que ele está indo já sabendo o que ele vai fazer...com base na legalidade (Soldado D).

Na teoria, eu acho que na área penal poderia ter mais carga horária, porque é uma coisa muito válida para nossa profissão e teve uma carga horária baixíssima, foi uma noção da noção, as principais para nós termos uma noção mesmo; para quem não nunca teve contato com direito, eu já tive um estudo na área, mas superficial, mas quem teve zero contato que nunca teve um estudo nessa área sentiu um pouco de baque, de entender um pouco, eu acho válido (Soldado H).

Já nas questões enfatizadas, que estão ligadas à prática policial, ou seja, ao fazer policial, as situações que foram pontuadas estão relacionadas ao armamento não letal, principalmente pela frequência de ocorrências em que demandam seu emprego; ao uso de rádio de transmissão que, na opinião dos participantes, a instrução foi muito teórica e poderia ser focada naquilo que mais utilizam; e ao preenchimento de boletim de ocorrência e termo circunstanciado de ocorrência (TCO), que são muito utilizados na rotina policial e que, nas opiniões, houve essa necessidade de conhecer mais sobre a sua utilização.

A matéria tecnologia da informação, onde a gente tem um aprendizado com HT (rádio portátil) e código Q, a gente aprende muito nessa matéria, eu achei a teoria uma coisa assustadora para pouca prática, a gente teve sei lá 2 horas de prática e uma coisa que a gente usa o resto da vida na função policial, e sei lá uma apostila de 200 e poucas páginas. Como que funciona uma onda de rádio, muita tecnologia, então eu acho que foi abordado muita teoria numa coisa que é muito funcional no dia a dia e pouca prática, então foi o que senti (Soldado H).

Nós tivemos pouca carga horária com o armamento não letal, acho que foi pouca carga horária da instrução com ele; um armamento muito útil; [...] toda a viatura deveria ter, penso assim, é um armamento muito útil (Soldado H).

Para mim, das coisas que mais utiliza na rua tem que teve no curso mas que talvez necessitaria de uma carga horária maior, eu acho que é confecção de boletins de ocorrência não só de redigir um boletim de ocorrência como também de fazer as abreviações,

os *relizes*, abreviar a ocorrência para às vezes passar para o CPU, adiantamento do que que aconteceu e para utilizar o aplicativo também o CIODES para enviar para eles, o que aconteceu na situação, resumo da ocorrência; pra mim o que mais utiliza no serviço é isso aí digitar, redigir os fatos de tudo que aconteceu (Soldado J).

Realmente na formação teve muito pouco instrução sobre o TCO, precisaria de ter mais aulas, foi só uma palestra, e realmente a gente quando sai para trabalhar na rua fica sentindo essa falta de ter tido uma instrução mais completa, mais detalhada, porque até para a questão de massificar como proceder nas etapas do TCO, precisaria de mais aulas, não só uma palestra, poucas horas (Soldado L).

Com a relação à prática policial propriamente dita, os relatos foram direcionados à disciplina Policiamento Ostensivo Geral (POG) e Estágio Operacional, que são duas disciplinas que estão ligadas diretamente com essa prática, com o fazer policial propriamente dito. Também tiveram as sugestões para melhor aproveitamento dessas disciplinas depois de formados, principalmente que fosse voltada para a realidade da atividade, ou seja, com as principais ocorrências atendidas.

O Policiamento Ostensivo é a principal destinação do policial após a sua formação e o que tem ligação com seu empenho nas abordagens policiais e as primeiras providências operacionais no atendimento das demandas de policiamento seja preventivo ou repressivo, ficando mais no policiamento de rua e que segundo eles trariam mais segurança pessoal, na preservação das suas vidas.

Já existe disciplina que trata da prática, que é o POG, já existe, porém eu acho que teria que focar mais em embarque e desembarque de viatura, que é uma coisa necessária [...] acho que já existe a matéria, mas ela não vem focada no polícia da rua (Soldado J).

Poderia ter na nessa matéria de prática de policiamento ostensivo (POG), poderia ser feito levantamento de quais são as que tem maior quantidade de ocorrência no serviço policial e fazer simulações, porque não é isso que é mais frequente que a gente aprende muito a abordar pessoas revistar abordar o veículo, mas às vezes não aprende tanto a mediar a situação de Maria da Penha, uma situação de briga de bar ou coisa assim pode evoluir mais graves né, e vê essas ocorrências que são mais frequentes mesmo nos batalhões e passar para instruir no curso (Soldado L).

Já o estágio supervisionado – prática policial em serviço que seria a efetivação do curso na sua prática na atividade de policiamento - é o contato dos alunos com a

rua, com a sociedade, com as ocorrências policiais, que “deve ser desenvolvido a partir de planejamento próprio em diretriz específica, visando a consolidação dos conteúdos teóricos e práticos do curso” (ESPÍRITO SANTO, 2020, p.99). Na opinião dos soldados entrevistados, se fossem voltadas para situações mais diretas as que eles atendem no serviço policial, especialmente de viatura, que chama aqui de RO (ronda ostensiva), seria uma forma indicada pelos soldados de chegarem nas ruas já ciente de algumas particularidades do trabalho policial e seria um estágio, com o serviço de policiamento mais perto da realidade, com isso ser mais enriquecedor na profissão policial.

... acho que o estágio sendo de uma forma diferente, se for pegar uma sugestão talvez acompanhar um pouco mais o dia a dia de uma viatura (RO), talvez com terceiro homem ou talvez pegar uma situação parecida, chegar numa abordagem, entender como é o funcionamento dentro de uma delegacia, dentro de um DPJ, [...] a maioria não pega uma ocorrência no estágio, faz só um preventivo em praças locais públicos de grande passagem pessoas, geralmente não chega a pegar uma ocorrência ali que vai ter desdobramento dela até o fim, então se for no sentido sugestão, entender o que faz tomar a decisão de uma pessoa se vai levar ou se você vai conduzir ou se vai conversar com as partes para resolver no local, pois às vezes não tem entendimento de um crime, pois apesar da polícia chamada diversas vezes em situações que é apenas uma discussão entre as partes, a polícia não tem uma atuação para ser feita ali a não ser apaziguar aconselhar e orientar cada parte a resolver da melhor forma. Neste sentido, a orientação, acredito que o estágio poderia ser bem mais enriquecedor para profissão (Soldado G).

... essa parte de ter a vivência como terceiro homem numa viatura diária, acho que faria diferença no estágio a gente chegaria um pouco mais confiante depois do estágio (Soldado H).

O nosso estágio foi muito engessado, era um PO em lugares mais tranquilos, eu entendo que não pode colocar a gente em áreas de risco etc., mas às vezes com um mais antigo ou uma pessoa mais preparada para trazer a gente perto da realidade, porque a gente vive lá dentro é uma coisa, quando a gente chega aqui é outra (Soldado J).

Outra questão trazida nas conversas com os soldados foi a situação atual da violência nos estabelecimentos de ensino, já que ultimamente se tornam alvos de ataques de alunos e ex-alunos, e se estariam preparados para tais ocorrências com a formação recebida no CFSd sobre o policiamento nas escolas. Esses estabelecimentos demandam abordagens específicas, dadas as suas peculiaridades e a recenticidade dos fatos que são noticiados pelos canais de comunicação. Sendo apontada como viável a inclusão dessa temática na

formação policial, dado que é um assunto importante e atual, que causa impactos na segurança pública.

A gente tem a disciplina de patrulha da comunidade no curso, porque não ter a disciplina de patrulha escolar, focada nessa parte de atentado? [...], a grande maioria dos ataques não é nem por parte dos alunos, é de uma pessoa externa que entra na escola para poder atacar ou de um ex-aluno que hoje é adulto (Soldado J).

Apesar de ter um curso de capacitação para atuação nas escolas, seria o caso de até incluir até na nossa formação... (Soldado I)

Ainda sobre as mudanças que poderiam ocorrer na estrutura do curso, com relação ao seu currículo, também foram citadas as disciplinas relações interpessoais, acompanhamento psicológico; abordagens que poderiam, segundo os soldados, ajudá-los tanto durante o curso de formação, quanto trazer impactos positivos na atuação profissional. Quanto a essas disciplinas, eles alegam que deveria ter mais carga maior dada a sua importância para as questões pessoais que enfrentam no ambiente escolar e fora dele e que “saturam” os alunos, sendo desenvolvidas ao longo do curso para um melhor acompanhamento e atendimento às necessidades dos discentes.

Sobre relações interpessoais, é uma matéria que deveria ser até mais vista no curso, ter uma carga horária um pouco maior também da parte de aquela matéria psicologia que a gente tem no início do curso, é a primeira matéria que a gente tem, o acompanhamento psicológico, pra mim, na minha visão é uma matéria que deveria ter ao longo do curso todo porque às vezes a gente fica tão saturado lá dentro [...], então a relações interpessoais é um curso que eu acho que é interessante é inteligente deveria ter mais e a do da questão psicológica também a gente tinha até uma psicóloga com a gente ela fazia uma conversa com a gente que é que encaixa um pouco nessa relação interpessoal, são temas que eu acredito que deveria ter ao longo do curso todo (soldado I)

Uma propositura de acompanhamento, assim como já existe o psicológico, foi o nutricional, que não existe na grade, mas que teria um valor importante devido a rotina “muito difícil”, que aliada às demandas pessoais dos alunos tanto psicológicas quanto de saúde, eles deixam de desempenhar bem as suas atividades acadêmicas. O que traria um ganho tanto para o desempenho físico e quanto psicológico, como já foi trazido nas conversas anteriores que o curso é muito exigente quanto a esses campos.

Não tem, no caso, um acompanhamento nutricional, algum investimento na parte nutricional também, porque a rotina é muito difícil e a questão das pessoas que têm problemas psicológicos e de saúde, fisicamente também não desempenhar bem, talvez é por falta de se alimentar direito, assim um investimento talvez e na parte nutricional um acompanhamento seria interessante, não teria necessidade talvez de ter uma matéria, mas talvez até uma palestra para instruir os alunos que muitas vezes alguns não deve ter tanta noção de como que é importante estar bem na parte nutricional, se alimentando direito, (Soldado L).

Com relação às disciplinas que não usam na prática policial, segundo as falas dos participantes da pesquisa, foi mais destacada a disciplina de ordem unida, que, segundo sugestão, poderia ter a carga horária diminuída, viabilizando uma carga horária maior para disciplinas relacionadas à função policial militar ou ao treinamento físico militar.

É compreensível se levarmos em conta que suas falas foram de que as matérias que mais usam são diretamente ligadas a suas atividades como no campo do direito e aquelas de cunho prático que se relacionam com a atuação policial. E as disciplinas citadas têm muito a ver com a cultura policial, com a formação do seu ethos militar e principalmente às questões subjetivas, típica da cultura policial.

Poderia ter trocado diminuído um pouco de ordem unida e colocado uma aula de patrulhamento, tiro policial, manejo de arma, ficamos lá ordem unida o curso inteiro, em uma coisa na rua não vai usar tanto depois de formado (Soldado C).

Como C falou ordem unida faz parte do militarismo, tem que ter, mas não com aquela quantidade de horas aulas, por exemplo tinha 120 horas /aulas que é a mesma quantidade de horas aulas do TFM, que é treinamento físico militar; então diminui para 30 horas aulas e coloca as horas para patrulhamento de bicos, resolução de conflitos, da chiqueirada em si, ou até mesmo TFM, que eu gostava de fazer, treinamento físico sempre é bom, eu acredito a ordem unida é o ápice da coisa que não vai ajudar mesmo. Eu que deveria ter mais prática (Soldado D).

Mas quanto a currículo, eu particularmente, eu acho que muitas horas aulas são gastas com coisas que não têm aplicabilidade na profissão em si, falando especificamente de ordem unida, por exemplo, eu sei que deve primeiro porque traz uma noção de unidade, de coordenação, segundo pela questão constitucional de ser uma força reserva do exército, então tem coisas que são inerentes ao exército que querendo ou não os policiais militares estaduais eles precisam saber, mas eles precisam ter uma noção mínima, né? [...] Acho que poderia aplicar mais tempo em questões de técnica operacional mesmo, talvez o aluno ele treinou, treinou, treinou marcha, mas ele saiu sem saber o

procedimento de uma abordagem impecável, por exemplo, eu acho que poderia ser focado, mas nesse sentido aí (Soldado J).

Quadro 5: Quadro de sugestões curriculares para a matriz de formação do curso de tecnologia em segurança pública

Disciplinas/Assunto	Observações nos grupos focais	Pistas para novas matrizes
Do ramo de Direito, especialmente direito penal e processual penal	Conhecimento é muito utilizado na atuação policial, pois levam que suas ações sejam legais e legítimas.	Aumento da carga horária nesta área, ensino mais aprofundado.
Tecnologia da informação e da comunicação	Instrução foi muito teórica (ondas de rádio, tecnologia...) e pouco prática quando ao uso do rádio de transmissão.	Ser mais prática, voltada para o que utilizam no dia a dia, no policiamento.
Uso diferenciado da força	Sobre o uso do armamento não letal tiveram poucas horas de instrução e são muitas ocorrências atendidas que necessitam da sua utilização.	Aumento das instruções de manuseio e disparos com o armamento não letal.
Confecção de ocorrências com recursos tecnológicos	A confecção de boletim de ocorrência é muito utilizada no serviço policial, como resumo das ocorrências.	Uma carga horária maior e como fazer relizes.
Palestra sobre termo circunstanciado de ocorrência (TCO)	No trabalho nas ruas, sentiu-se a necessidade de uma instrução mais completa sobre o assunto, pois teve poucas horas sobre o assunto.	Transformar de palestra em uma disciplina, com mais detalhes e como proceder nas etapas.
Policiamento Ostensivo Geral (POG)	Precisa ser mais focada no trabalho de ruas, suas principais ocorrências e procedimentos ao atendê-las.	Instrução voltada para a realidade da atuação rotineira nas ruas, focada nas ocorrências de maior incidência e fazer simulações, como por exemplo as ocorrências com aplicação da Lei Maria da Penha (ocorrência mais atendida).
Estágio Supervisionado	Não atendeu completamente a necessidade da prática policial, pois é feito policiamento a pé, em lugares mais tranquilos, e nem todos presenciam um atendimento de ocorrência, do início ao fim.	Estágio mais perto da realidade do policiamento, especialmente acompanhando o dia a dia de uma viatura, vivenciando o atendimento de algumas ocorrências.
Patrulha da comunidade (inclusão da patrulha escolar)	Situação atual da violência nas escolas e ter o preparo para atendimento adequado das	Inclusão da disciplina patrulha escolar na formação policial em uma disciplina.

	ocorrências nesses estabelecimentos.	
Relações interpessoais	Ajudam-nos durante o curso, quanto às questões pessoais enfrentados no curso, trazendo efeitos positivos na atuação policial.	Ter uma carga horária maior, para melhor acompanhamento e atendimento das necessidades dos discentes.
“Acompanhamento psicológico” (saúde mental do trabalhador policial militar/acompanhamento psicopedagógico)	Ajudam-nos durante o curso, quanto às questões pessoais enfrentados no curso, trazendo efeitos positivos na atuação policial.	Ter uma carga horária maior, sendo mais abordada durante todo o curso, para melhor acompanhamento e atendimento das necessidades dos discentes.
Acompanhamento nutricional (Sugestão de inclusão)	Não existe na malha curricular e acham importante para uma rotina rígida, com demandas tanto psicológicas quanto de saúde, deixando de desempenharem bem as atividades acadêmicas.	A inclusão da disciplina traria um ganho para o desempenho físico quanto psicológico.
Ordem unida	Poderia diminuir a carga horária da disciplina que, embora esteja ligada à cultura militar, não é utilizada muito na prática policial, não tem aplicabilidade na profissão em si.	Com a redução da carga horária, utilizar o tempo para outras disciplinas voltadas à prática policial, como patrulhamento e outras técnicas policiais, ou treinamento físico militar.

Fonte: Autoria própria (2023)

Assim, diante das percepções citadas pelos sujeitos desta pesquisa, ressaltamos as presentes considerações sobre o assunto envolvendo a formação policial e seus impactos na atuação policial, que trouxeram reflexões sobre o tema curricular do Curso de Formação de Soldados, na visão daqueles que fazem uso dos conteúdos aprendidos no dia a dia do serviço policial e que apontaram pontos que julgaram necessitar de um olhar reflexivo, como a questão de maior ênfase para a prática policial e disciplinas ligadas ao ramo jurídico, dentre outras sugestões; além de destacarmos aqui o lado positivo da formação como a comunitarização do policiamento e as relações interpessoais que foram muito valorizadas durante o curso e que os soldados as levaram para a sua atuação profissional.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de toda essa busca de análise da matriz curricular e da formação com os soldados na pesquisa, lacunas foram encontradas entre a formação e a atuação policial, oriundas das percepções dos sujeitos da pesquisa diante do trabalho policial e os conhecimentos oportunizados em sua formação. Vale ressaltar que qualquer curso, seja de graduação e pós-graduação, sempre poderia ser diferente e ampliado.

Diante do trabalho realizado que foram contemplados, também, vários autores que tratam sobre o currículo e formação, e de maneira mais específica também a formação e atuação policial, que serviram de base para análise da pesquisa de campo com os soldados recém-formados (CFSd 2020 e 2021), destaca-se a importância do estudo, sobre a temática atual, importante e complexa, por que não dizer.

No campo da formação policial, tal estudo levou a uma posição reflexiva sobre o assunto, já que as percepções foram de quem está na linha de ponta, no trabalho de rua, no chão de fábrica, e que as falas retratam a necessidade de se pensar em um movimento que leve a melhor atuação policial e satisfação da população com um todo.

No campo acadêmico, por ser um estudo que carece de maior abordagens e conclusões que levem ao melhor entendimento do tema, que é de suma importância, e que quando trazido à luz da teoria de currículo, cotidiano e ensinoapredizagem mostra a necessidade de conhecer outros ambientes onde se dá a prática docente e esse currículo na prática.

No campo social, como já destacado anteriormente, o assunto é de interesse já que impacta a vida dos cidadãos quando se trata de ordem social e segurança pública; e ter profissionais capacitados e prontos para atender as complexas demandas do serviço policial diuturno sempre serão uma necessidade do Estado e porque não dizer um desafio.

Espero que o trabalho tenha ido ao encontro das lacunas e interrogações ora apresentadas, mas não com o interesse de saná-las, de preenchê-las, mas de

despertar um debate e o início de um percurso produtivo, reflexivo e inovador sobre a formação policial.

Entendemos, assim, que são pontos a serem considerados importantes dentro de todo contexto que foi situada a pesquisa, mas de maneira alguma se esgota o assunto, mas apenas se descortina algumas questões ligadas ao tema tão atual, pertinente e desafiador, tanto para o meio acadêmico em termos curriculares, quanto para debate sobre a profissão do policial militar e a segurança pública.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Emília. **A formação e o desempenho profissional do Sargento Combatente da Polícia Militar do Espírito Santo – 1994 a 2011**. 2011. 116 f. Monografia (Especialização em Segurança Pública) – Centro Universitário Vila Velha, Vila Velha, 2011.
- ALVES, Nilda. A compreensão de políticas nas pesquisas com os cotidianos: para além dos processos de regulação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1195-1212, out.-dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mJZwtkYBWLNGDgyRZGVbSwF/>. Acesso em: 11 nov. 2023.
- ALVES, Nilda; OLIVEIRA, Inês Barbosa. Ensinar e aprender/ “aprenderensinar”: o lugar da teoria e da prática em currículo. *In*: LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (org.). **Temas de Pedagogia: diálogos entre didática e currículo**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 61-73.
- BASÍLIO, Márcio Pereira. **O desafio da formação do policial militar do estado do Rio de Janeiro: utopia ou realidade possível?** 2007. 216 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/32de8878-e8a8-49bf-815f-03435269bb36/content>. Acesso em: 8 dez. 2023.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 dez. 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22017.pdf?query=curriculo. Acesso em: 14 abr. 2022.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Senasp. **Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**. 3. ed. Brasília: Senasp, 2014.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria ministerial nº 397, de 09 de outubro de 2002**. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO/2002). Brasília, 09 out. 2002.
- CARVALHO, Janete Magalhães. Pensando currículo escolar a partir do outro que está em mim. *In*: FERRAÇO, Carlos Eduardo. **Cotidiano escolar, formação de professores (as) e currículo**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 94-111.
- CARVALHO, Janete Magalhães. **O cotidiano escolar como comunidade de afetos**. Petrópolis: DP et Alii; Brasília: CNPq, 2009.
- CARVALHO, Janete Magalhães. Práticas pedagógicas nas múltiplas redes educativas que atravessam os currículos. *In*: LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (org.). **Temas de Pedagogia: diálogos entre didática e currículo**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 189-205.

CORDEIRO, Bernadete M.P.; Silva, Suamy S. **Direitos Humanos**: referencial prático para docentes do ensino policial. 2.ed. Brasília: CICV, 2005.

COUTO, Eduardo Henrique Scanoni do. **Educação em direitos humanos na formação policial militar em Pernambuco**: uma análise do curso de formação de soldados/2015. 2017. 137 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25194>. Acesso em: 3 jul. 2023.

ESPÍRITO SANTO. **Lei n.º 3.196, de 09 de janeiro de 1978. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1978.

ESPÍRITO SANTO. POLÍCIA MILITAR. Portaria n.º 524-R, de 25 de abril de 2011. Aprova as Normas para Planejamento e Conduta do Ensino. **Boletim do Comando Geral n.º 017**, Vitória, 25 abr. 2011. Vitória, 2011.

ESPÍRITO SANTO. Lei Complementar n.º 667, de 27 de dezembro de 2012. **Diário Oficial do Estado**, Vitória, 28 dez. 2012.

ESPÍRITO SANTO. POLÍCIA MILITAR. **Diretriz de Ensino 001/2014 de 07 de março de 2014 - Normas para realização do CFSd 2014**. Vitória, 2014.

ESPÍRITO SANTO. Resolução CEE-ES Nº. 5.327/2019. Aprova a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública – Formação de Soldados (Combatente e Músico), Eixo Tecnológico Segurança, na Academia de Polícia Militar do Espírito Santo - Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Pública - APM/ES. **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo**, Vitória, 10 de dezembro de 2019, p. 28.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Polícia Militar do Espírito Santo. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública - Curso de Formação de Soldados**. Vitória: PMES, 2020a.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Polícia Militar do Espírito Santo. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Policiais e Segurança Pública - Curso de Formação de Oficiais**. Vitória: PMES, 2020b.

ESPÍRITO SANTO. POLÍCIA MILITAR. Portaria n.º 925-R, de 01 de outubro de 2021. Aprova as Normas para Planejamento e Conduta do Ensino – NPCE/2019. **Boletim do Comando Geral ao BGPM n.º 039 de 01 de outubro de 2021**. Vitória, 2021.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Princípios e práticas de formação de policiais para o atendimento às mulheres em situação de violência**. Coord. Samira Bueno. São Paulo: FBSP, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/manual-formacao-de-policiais-para-o-enfrentamento-da-violencia-de-genero.pdf>. Acesso em 11 Nov. 2023.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Currículos, culturas e cotidianos escolares: afirmando a complexidade e a diferença nas redes de conhecimentos dos sujeitos praticantes. **Revista Leitura: Teoria & Prática**, Campinas, SP, v. 31, n. 60, p. 81-103, jun.2013. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/142>. Acesso em: 26 abr. 2022.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Currículo, cotidiano e conversações. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 1-17, ago. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/10985>. Acesso em: 26 abr. 2022.

FERREIRA, James Jacio. **A formação do policial militar**: os desafios para a promoção dos direitos da população em situação de rua. 2015. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2015. Disponível em: <http://ri.ufmt.br/handle/1/159>. Acesso em: 3 jul. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAMADA, Hélio Hiroshi. **Um olhar além dos quadros**: o que fazem os professores no ensino profissional de segurança pública. 2016. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AA2HDQ/1/tese um olhar alem dos quadros final corrigido.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AA2HDQ/1/tese%20um%20olhar%20alem%20dos%20quadros%20final%20corrigido.pdf). Acesso em: 8 dez. 2023.

JESUS, Andrea Reis de. **Colégio Estadual da Polícia Militar da Bahia - primeiros tempos**: formando brasileiros e soldados (1957-1972). 2011. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/9174/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o.%20Andr%20eia%20de%20Jesus>. Acesso em: 8 dez. 2023.

KROK, Jan Tadeusz, **O vínculo constitucional entre o Exército e as Polícias Militares**: reflexos na estrutura organizacional, formação e prática profissional (1934 – 1988). 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) - Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/37bff68d-60d0-4d83-966f-d320736d7a20/content>. Acesso em: 3 jul. 2023.

LOPES, Marcia Rocha Francelino. **Violência urbana, atuação e formação da Polícia Militar do Rio de Janeiro**: algumas percepções. 2018. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2018. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/10048>. Acesso em: 3 jul. 2023.

LUIZ, Ronilson de Souza. **O currículo de formação de soldados da Polícia Militar frente as demandas democráticas**. 2003. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação – currículo) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/9947/1/Ronilson.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2023.

LUIZ, Ronilson de Souza. **Ensino Policial Militar**. 2008. 139 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10067>. Acesso em: 26 abr. 2022.

MARTINS, Rosilda Baron, Educação para cidadania: o projeto político-pedagógico como elemento articulador. *In*: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de (org.). **Escola**: espaço do projeto político pedagógico. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002. p. 49-73.

MUNIZ, Jaqueline. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser**: cultura e cotidiano da polícia militar do Estado do Rio de Janeiro. 1999. 285 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

NASCIMENTO, Iris Oliveira do. **Competências de soldado**: relações de gênero e formação profissional na Polícia Militar. 2013. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4714/1/ArquivoTotal.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2023.

OLIVEIRA, Flávia Roberta de Gusmão. **Do porrete ao bicho papão**: os discursos de direitos humanos nos cursos de formação de soldados da polícia militar de Pernambuco. 2015. 156 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15005>. Acesso em: 3 jul. 2023.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. **Currículos praticados**: entre a regulação e a emancipação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PAULA, Giovani de. **O ensino de criminologia na formação policial**. 2007. 131 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/90357/241828.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 dez. 2023.

PIMENTA, Selma Garrido. Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 521-539, dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/9HMYtvM7bpRtzLv6XyvwBxw/>. Acesso em 3 jul. 2023.

PINTO, Umberto de Andrade. A docência em contexto e os impactos das políticas públicas em educação no campo da didática. *In*: LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (org.). **Temas de Pedagogia**: diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez, 2012. p. 513-533.

PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. **Sociedade**

e Estado, Brasília, v. 20, n. 3, p. 585-610, set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/YyvWW87zPp6XKF7CCkjrTs/?format=pdf>. Acesso em: 3 jul. 2023.

PONCIONI, Paula. **Tornar-se policial**: o processo de construção da identidade profissional do policial nas academias de polícia. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021.

QUEIRÓZ, Jamil Amorim de. **Práticas de abordagens operacionais no contexto das relações étnico-raciais: desafios para a formação do policial militar**. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015. Disponível em: <http://ri.ufmt.br/handle/1/127>. Acesso em: 8 dez. 2023.

ROSA, Vitor Nunes (coord.); OLIVEIRA, Dalva Câmara de; ALVES, Edson Pantaleão. **A formação do Soldado da Polícia Militar do Espírito Santo e seus reflexos na prática profissional**. Vitória-ES: FAESA; FACITEC – Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do Município de Vitória, 2006.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTIAGO, Anna Rosa Fontella. Projeto político-pedagógico e organização curricular: desafios de um novo paradigma. *In*: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (org.). **As dimensões do projeto político-pedagógico**. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. p.141-173.

SANTOS, Daniel Limeira dos. **Cultura, aprendizagem organizacional e desenvolvimento de competências**: a formação de policiais militares para o exercício da profissão em uma sociedade democrática. 2014. 148 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Aprendentes) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5945>. Acesso em: 3 jul. 2023.

SILVA, Andréa Villela Mafra da. A pedagogia tecnicista e a organização do sistema de ensino brasileiro. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 16, n. 70, p. 197–209, 2017. DOI: 10.20396/rho.v16i70.8644737. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644737>. Acesso em: 4 jun. 2022.

SILVA, João Batista da. **A violência policial militar e o contexto da formação profissional**: um estudo sobre a relação entre violência e educação no espaço da Polícia Militar no Rio Grande do Norte. 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13568>. Acesso em: 8 dez. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro, Perspectivas para a reflexão em torno do projeto político-pedagógico. *In*: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de (org.). **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. 6. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2002. p .9-32.

VIEIRA, Karina Sales; TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. Educação e incompletude humana na visão de Paulo Freire e Bernard Charlot: pistas para ouvir os jovens. *In*: **Anais Educon 2020**, São Cristóvão/SE, v. 14, n. 9, p. 2-13, set. 2020. Disponível em: <https://www.coloquioeducon.com/>. Acesso em 11 nov. 2023.

ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. **Como aprender e ensinar competências**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

APÊNDICE A

QUESTÕES DISPARADORAS DA PESQUISA COM OS SOLDADOS

- a. Qual é a sua percepção geral sobre o Curso de Formação de Soldados da PMES como Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública e os impactos dessa formação na sua atuação nas comunidades?
- b. O fato de o Curso de Formação de Soldados ser reconhecido como Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, promoveu mudanças significativas na formação acadêmica e profissional do Soldado da PMES? Se sim, quais mudanças?
- c. Ao final do Curso, você se sentiu preparado (a) para atuar como Soldado na PMES, nas comunidades?
- d. Houve equilíbrio entre as aulas teóricas e práticas no curso? Por quê?
- e. Quais aprendizagens estão sendo mais utilizadas em sua prática como Soldado da PMES, na relação com a sociedade? Por quê?
- f. Quais lacunas, em termos de conteúdos e práticas, você identifica no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública - Curso de Formação de Soldado da PMES?
- g. Em termos de relação Professor-Aluno, Aluno-Aluno e Aluno-Academia de Polícia Militar do Espírito Santo durante o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública – Curso de Formação de Soldados, quais apontamentos julga necessários?
- h. Durante o curso, houve alguns recursos da turma/pessoal para melhorar o desempenho da aprendizagem e da convivência na Academia?
- i. Em termos de ampliação curricular do curso de Formação de Soldados e atuação do policial em contextos comunitários, quais sugestões são possíveis para melhoria do contexto de formação militar permanente?
 - j. Qual a análise faz sobre as questões de segurança pública travadas na atualidade, como segurança em contexto escolar, como tem acontecido a relação militar com escola, qual o olhar que vocês têm sobre isso, e como pode entrar como pauta, no curso uma disciplina relacionada a segurança escolar (tornar interessante para agregar/mais ampla a Matriz)?

APÊNDICE B – PRODUTO TÉCNICO

Ressonâncias do primeiro seminário de segurança pública: produto técnico

O 1º Seminário de Segurança Pública da Universidade Vila Velha realizado na UVV nos dias 16 e 17 de novembro de 2022, é produto técnico organizado pelos alunos da disciplina de Produção Técnica da Pós-Graduação em Segurança Pública. Os alunos apresentaram aspectos importantes das pesquisas que vem sendo desenvolvidas nos mestrados da UVV. Os temas foram expostos a partir de visão teórica e prática com a participação de 2 convidados por alunos, esses profissionais que atuam ou já desenvolveram algum estudo na área pesquisada.

A avaliação dos dois dias do evento foi realizada por meio de formulário criado pelo google forms, sendo que, no fim do evento, o formulário foi encaminhado por e-mail aos participantes. O primeiro dia do evento, ocorreu de forma presencial no Anfiteatro da UVV e 16 pessoas preencheram o formulário, sendo que 13 ficaram extremamente satisfeitas com o evento e 3 satisfeitas. Quando perguntados sobre o que mais chamou atenção, a maioria respondeu a multiplicidade de temas expostos e a organização e como sugestão para os próximos eventos, indicaram a realização de forma híbrida com o objetivo de prestigiar mais participantes.

No que diz respeito ao segundo dia, que ocorreu na modalidade online, 23 pessoas responderam o formulário. 22 participantes ficaram extremamente satisfeitos com o evento e 1 informou ter ficado satisfeito. Das sugestões que foram pedidas aos inscitos, a maioria indicou que o evento deve passar a integrar o calendário oficial de atividades da universidade e elogiaram a organização.

Com relação à parte do seminário referente à formação e currículos em múltiplos contextos da segurança pública, a partir do tema proposto, o palestrante convidado foi o Professor Mestre da FAESA e da Academia da Polícia Militar Vitor Nunes Rosa, que apresentou o tema formação na Polícia Militar do Espírito Santo: breve descrição da trajetória histórica da formação policial militar na PMES, seus pressupostos teóricos, legais e normativos - Análise do Currículo do Curso de Formação de Soldados PMES (1970 a 2006); apresentação dos pressupostos epistemológicos e metodológicos adotados pela Academia de Polícia Militar do Espírito Santo: o professor como mediador, o protagonismo do

aluno, desenvolvimento de metodologias ativas, teoria do conhecimento interacionista, interdisciplinaridade e transversalidade, ensino por competências, alinhamento ao Estado Democrático de Direito, à Filosofia de Polícia Comunitária, aos Direitos Humanos; e o fazer docente na Academia de Polícia Militar do Espírito Santo: relato de experiência.

Também convidado como palestrante, o Professor Mestre da Academia da Polícia Militar Capitão PM Fabrício Borlot Soares, lotado no Estado Maior Geral da Polícia Militar do ES, apresentou o tema sobre os cursos de formação, de habilitação e de qualificação realizados na Polícia Militar, questões teóricas e práticas, e o esforço institucional para atender às demandas da sociedade, dentro dos parâmetros legais, éticos e dos direitos humanos.

Diante das duas exposições e das discussões levantadas, foi possível concluir que as transformações curriculares ocorridas no curso de formação de soldados da Polícia Militar do Espírito Santo, foram para acompanhar as necessidades de adaptação da Corporação às mudanças que ocorriam na sociedade, sejam elas comportamentais e legais, que levaram a acompanhar tais evoluções, visando a prestação de serviço ao cidadão.

Atualmente, o soldado é formado com um currículo moderno pautado pela Matriz Curricular Nacional, que direciona para o alcance dos objetivos institucionais, além de ser um curso superior – Curso Superior de Tecnologia em Segurança; onde também foi destacado o corpo docente altamente qualificado e interativo, que emprega as mais modernas metodologias de ensino, e o planejamento da formação e pesquisa pela Diretoria de Educação da PMES.

O palestrante enfatizou que a formação e qualificação continuada sempre foi uma preocupação da Polícia Militar, demonstradas em seus cursos realizados tanto dentro da Corporação, quanto em outras Polícias do Brasil, visando adaptar e atender às demandas sociais, legais e éticas; sendo assim, é necessário sempre tal debate sobre o assunto visando uma visão crítica sobre a formação e atuação policial buscando que essa prestação de serviço, seja moderna, de qualidade e de responsabilidade.

**ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(TCLE)**

Este documento visa registrar a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o Titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Dados de identificação:

Título do Projeto: O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública: Uma análise curricular da formação de soldados da Polícia Militar do Espírito Santo.

Pesquisadores Responsáveis: Profa. Dra. Maria Riziane Costa Prates (Orientadora) e Jair Gomes de Freitas

Nome do participante: _____

Idade: _____ R.G.: _____

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa: “O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública: Uma análise curricular da formação de soldados da Polícia Militar do Espírito Santo”, de responsabilidade dos pesquisadores Profa. Dra. Maria Riziane Costa Prates e Jair Gomes de Freitas.

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra aos pesquisadores responsáveis. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. O trabalho tem por objetivo analisar o currículo do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública - Curso de Formação de Soldados 2020 e 2021 da Polícia Militar do ES, na visão dos egressos desses cursos.

2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em responder a uma entrevista inicial sobre meus dados pessoais básicos e participar de grupo focal, de modo presencial ou virtual, caso seja necessário. A conversa do grupo focal será gravada e, por isso, se faz importante a assinatura deste termo para consentimento de gravação de áudio. Os dados coletados são sigilosos, ou seja, sua identidade não será revelada.

3. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos de: Sensação de invasão de privacidade; Ansiedade provocada por responder a questões sensíveis; Sensação de que os dados confidenciais poderão ser divulgados em revistas científicas e/ou congressos anonimamente; Receio de algum tipo de punição ou perseguição na Instituição. Em relação a esses possíveis riscos, serão tomadas as seguintes medidas protetivas: Preservação da privacidade e a garantia do anonimato por meio do uso de siglas ou de nomes fictícios nos relatórios, armazenamento dos arquivos em locais seguros.

4. Quanto aos benefícios, ao participar desse trabalho contribuirei para a análise do currículo do curso de formação de soldados turmas 2020 e 2021, visando ao aprimoramento da formação do soldado e alinhamento com as exigências éticas, legais, dos direitos humanos, do respeito aos fazeres cotidianos e aos novos traçados curriculares deste tempo.

5. A minha participação neste projeto deverá ter a duração média de 01:30h a 02:00 horas, sendo em média 20 minutos na entrevista inicial, e o tempo restante para realização das questões pertinentes à pesquisa do grupo focal.

6. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.

7. Fui informado (a) e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

8. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, antes, durante e depois da minha participação, no que se refere a minha pessoa.

9. Fui informado (a) que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa.

Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Jair Gomes de Freitas (telefone 27 98802-7762, e-mail jairgomesdefreitas@gmail.com), Profa. Dra. Maria Riziane Costa Prates (telefone 27 99945-2799, e-mail maria.prates@uvv.br), pesquisadores responsáveis pela pesquisa e/ou com o **Comitê de Ética em Pesquisa da UVV** localizado no 3º andar do prédio INOTEC, na Rua Comissário José Dantas de Melo, nº 21, Boa Vista, Vila Velha-ES, CEP: 29.102-770, Tel.: (27) 3421-2063, E-mail: cep@uvv.br.

Vila Velha/ES, _____ de _____ de 2023

Profa. Dra. Maria Riziane Costa Prates
Pesquisadora Responsável

Jair Gomes de Freitas
Pesquisador Responsável

Assinatura do Participante: _____